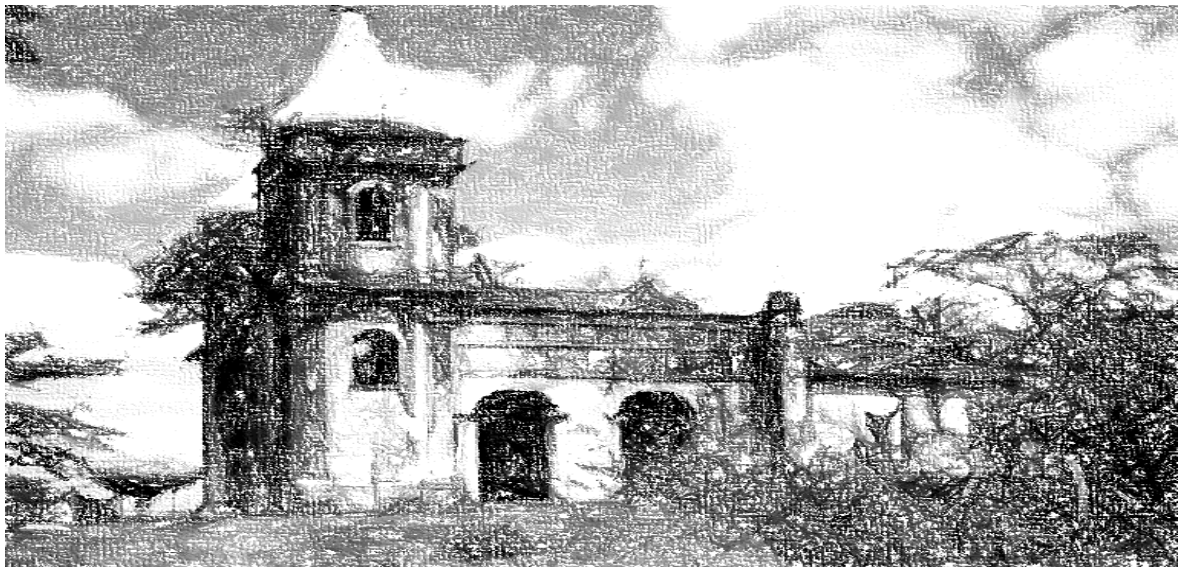




MEMÓRIAS E EXISTÊNCIAS:
Identities e valores na representação social
do patrimônio no Recôncavo da Bahia



MARIA DA GRACA ANDRADE DIAS

Volume I

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG
ESCOLA DE ARQUITETURA – EA/UFMG
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – NPGAU

Maria da Graça Andrade Dias

MEMÓRIAS E EXISTÊNCIAS:
Identities and values in the social representation
of heritage in the Recôncavo da Bahia

Belo Horizonte/MG
2015

Maria da Graça Andrade Dias

MEMÓRIAS E EXISTÊNCIAS:
Identidade e valores na representação social
do patrimônio no Recôncavo da Bahia

Volume I

Belo Horizonte/MG
2015

Maria da Graça Andrade Dias

MEMÓRIAS E EXISTÊNCIAS:
Identidade e valores na representação social
do patrimônio no Recôncavo da Bahia

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Teoria, Produção e Experiência do Espaço.

Orientador: Prof. Dr. André Guilherme Dornelles Dangelo
Co-orientadora: Prof. Dra. Celina Borges Lemos

Belo Horizonte/MG
2014

D541m Dias, Maria da Graça Andrade.
Memórias e Existências [manuscrito]: identidades e valores na representação social do patrimônio no Recôncavo da Bahia / Maria da Graça Andrade Dias. – 2015.
2 v.: il.

Orientação: Prof. Dr. André Guilherme Dornelles Dangelo
Coorientação: Prof. Dra. Celina Lemos Borges.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Patrimônio Cultural – Recôncavo (BA)- Teses. 2. Memória – Recôncavo (BA) – Teses. 4. Representações Sociais – Recôncavo (BA) – Teses. I. Dangelo, André Guilherme Dornelles. II. Lemos, Celina Borges. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. IV. Título.

CDD 350.85

Maria da Graça Andrade Dias

MEMÓRIAS E EXISTÊNCIAS:
Identidade e valores na representação social
do patrimônio no Recôncavo da Bahia

Banca Examinadora

Tese defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo/ NPGAU da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, e aprovada em 26 de fevereiro de 2015 pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. André Guilherme Dornelles Dangelo (Orientador - EA-UFMG) André G. D. Dangelo

Profa. Dra. Celina Borges Lemos (EA-UFMG) Celina Borges Lemos

Profa. Dra. Denise Marques Bahia (PUC-MG) Denise Marques Bahia

Profa. Dra. Patrícia Thomé Junqueira Schettino (UFOP) Patrícia Thomé Junqueira Schettino

Prof. Dr. Altino Barbosa Caldeira (PUC-MG) Altino Barbosa Caldeira

Belo Horizonte/MG
2014

Dedico este trabalho aos meus filhos
Leonardo, Paulo André e Isabella

AGRADECIMENTOS

A todas as pessoas e Instituições que, de algum modo, me ajudaram durante o Curso do Doutorado e na realização desta tese.

À CAPES que financiou meus estudos por meio do Programa Prodoutoral, como também, à PPGCI/UFRB que proporcionou a viabilização deste intento.

À Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, onde sou professora, por oportunizar a minha capacitação. Agradeço, especialmente, ao CETEC/SIMES por permitir que me afastasse para me dedicar exclusivamente às atividades de pesquisa.

Ao Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo - NPGAU/UFMG, pela acolhida, como também, aos professores, que muito contribuíram, cada um em sua especialidade, nos resultados obtidos nesta pesquisa.

Ao professor André Guilherme Dornelles Dangelo, meu orientador, por seu apoio, interesse, críticas e sugestões prestadas, que foram fundamentais para a elaboração da presente tese.

À minha coorientadora Celina Borges Lemos pelas inúmeras vezes que elucidou minhas dúvidas, pelas referências teórico-metodológicas que indicou ao meu projeto de pesquisa, pelo material disponibilizado, pelo apoio e carinho.

Ao professor Flávio de Lemos Carsalade pela sua contribuição, com questões relevantes apresentadas sobre a minha pesquisa no Exame de Qualificação.

À Secretaria de Cultura de São Francisco do Conde-BA, especialmente, à Honorina Gonçalves do Rosário Oliveira pela atenção e gentileza em contribuir com informações importantes sobre o Município e as áreas do estudo.

Aos habitantes de Monte Recôncavo e Madrugá, que gentilmente aceitaram constituir um dos grupos vitais da população da pesquisa.

À Maria Verônica Rohrs da Cunha pelo apoio e motivação constantes, que foram imprescindíveis para este trabalho chegar a bom termo.

Aos meus pais, Lídio e Dora, e aos meus irmãos, Lourdes, Valmir e Tânia, pela compreensão da minha ausência no convívio familiar e pelo apoio incondicional.

“A relação dialética entre passado e futuro, elemento,
ao mesmo tempo, de continuidade e ruptura, de
coesão e de luta, é a própria trama histórica”

(CHESNAUX, 1995, p. 25)

RESUMO

Apresenta-se nesta tese o estudo de dois monumentos religiosos: Igreja de Nossa Senhora do Monte e Capela de Nossa Senhora do Vencimento, atualmente em estado de degradação, situados no Recôncavo da Bahia, buscando analisar e investigar os aspectos simbólicos e do imaginário relacionados a esses patrimônios, na perspectiva de suas comunidades. Entende-se que a atribuição de valores ao patrimônio cultural através das práticas sociais ultrapassa a esfera objetiva, engloba os símbolos, as relações afetivas com o espaço, a identidade e a memória. Para a análise desses fundamentos seguiu-se os passos metodológicos sugeridos pela teoria das representações sociais e da análise de conteúdo, por permitir a identificação dos dados com parâmetros objetivos e eficazes, realizados por meio de abordagens quantiqualitativa, com amostras aleatórias, utilizando-se da técnica de entrevistas estruturadas, questionários e formulários, aplicados nas comunidades de Monte Recôncavo e no povoado do Vencimento, onde estão localizados os monumentos. Conclui-se neste levantamento que as comunidades estabelecem uma relação identitária e simbólica com os seus bens, reveladas pelas suas representações sociais, que se expressam nos diferentes vínculos, que lhes são inferidos: de apropriação, de sentidos e de valores.

Palavras-chave: Patrimônio. Identidade e memória. Representações sociais.

ABSTRACT

This thesis presents the study of two religious monuments: Church of Our Lady of Monte and Chapel of Our Lady of Vencimento, currently in a state of degradation, located in the Reconcavo of Bahia, trying to analyze and investigate the symbolic and imaginary aspects related to these assets from the perspective of their communities. It is understood that the assignment of values to cultural heritage through social practices beyond the objective sphere, encompasses the symbols, affective relationships with space, identity and memory. For the analysis of these fundamentals followed the methodological steps suggested by social representations theory and content analysis, for allowing the identification data with goals and effective parameters, conducted through quantitative and qualitative approaches, with random samples, using the technique of structured interviews, questionnaires and forms applied in the communities of district of Monte Reconcavo and the populated of Vencimento, where the monuments are located. We conclude this survey that communities establish an identity and symbolic relationship with their goods, revealed by their social representations, which are expressed in different bonds, which they are inferred: the appropriation of meanings and values.

Keywords: *Heritage. Identity and memory. Social representations.*

SUMÁRIO

VOLUME 1

RESUMO.....	ix
ABSTRACT.....	x
Lista de figuras	xiv
Lista de tabelas	xvii
Lista de quadros	xviii
Lista de abreviaturas e siglas	xix
INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO I – MEMÓRIAS, CONFIGURAÇÕES ESPACIAIS E ASPECTO ATUAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA	29
1.1 Formação histórica do Recôncavo da Bahia	30
1.2 O Recôncavo na contemporaneidade	40
1.3 O Recôncavo e o Município de São Francisco do Conde	45
<i>1.3.1 Formação socioespacial de São Francisco do Conde</i>	52
CAPÍTULO II – MONUMENTOS EM DESTAQUE - SÃO FRANCISCO DO CONDE / BA	59
2.1 Monumentos religiosos em destaque	60
2.2 Distrito de Monte Recôncavo	61
<i>2.2.1 Aspectos geográficos, históricos e culturais</i>	61
<i>2.2.2 Distrito de Monte Recôncavo na atualidade</i>	67
<i>2.2.3 Igreja de Nossa Senhora do Monte</i>	77
2.3 Povoado do Vencimento	89
<i>2.3.1 Aspectos geográficos, históricos e culturais</i>	89
<i>2.3.2 Povoado do Vencimento na atualidade</i>	91
<i>2.3.3 Capela de Nossa Senhora do Vencimento</i>	94
2.4 Monumentos religiosos como herança cultural	104
CAPÍTULO III – MEMÓRIA, IDENTIDADE E PATRIMÔNIO	106
3.1 Memória e Identidade	107
<i>3.1.1 A memória e o processo de construção identitária</i>	107
3.2 O patrimônio entre memória e representatividade	112
CAPÍTULO IV – TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	118
4.1 A teoria das representações sociais: um breve histórico	119
<i>4.1.1 Dimensões teóricas das representações sociais</i>	122
<i>4.1.2 A representação como instrumento de análise</i>	127
<i>4.1.3 Dimensões metodológicas da teoria das Representações Sociais</i>	130

CAPÍTULO V- PESQUISA DE CAMPO SOBRE AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS RELATIVAS AO PATRIMÔNIO.....	134
5.1 Instrumentos e Procedimentos Metodológicos.....	135
5.1.1 <i>Natureza e tipos de pesquisa.....</i>	136
5.1.2 <i>Local da Pesquisa.....</i>	138
5.1.3 <i>População e Amostra.....</i>	139
5.1.4 <i>Procedimentos da coleta de dados.....</i>	140
5.1.5 <i>Tratamento e análise dos dados.....</i>	144
CAPÍTULO VI – OS SENTIDOS DO PATRIMÔNIO: MEMÓRIAS E EXISTÊNCIAS.....	146
6.1 Mapeando os sentidos do patrimônio.....	147
6.1.1 <i>Religiosidade e valores patrimoniais.....</i>	148
6.1.2 <i>Investigando memórias e descrevendo representações.....</i>	152
6.1.3 <i>Dimensão simbólica do patrimônio.....</i>	153
6.1.4 <i>Permanências e rupturas nas significações do patrimônio.....</i>	154
6.1.5 <i>Discursos e formas de utilização do patrimônio.....</i>	156
6.1.6 <i>Iniciativas e cuidados para a preservação do bem.....</i>	158
6.2 Resultados e reflexões.....	164
6.2.1 <i>Representações sociais relativas ao Patrimônio.....</i>	165
6.2.1.1 <i>Distrito de Monte Recôncavo.....</i>	165
6.2.1.2 <i>Distrito do Vencimento.....</i>	172
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	178
REFERÊNCIAS.....	183
APÊNDICES.....	192
<i>Apêndice A – Roteiros de entrevistas.....</i>	193
<i>Apêndice B – Modelo de Questionário.....</i>	200
<i>Apêndice C – Modelo de Formulário.....</i>	203

VOLUME II

ANEXOS.....	11
<i>ANEXO A – Folhas de Registro de Batismo e Casamento.....</i>	12
<i>ANEXO B – Certidão de Reconhecimento da Comunidade como Quilombola.....</i>	19
<i>ANEXO C – Escritura atual da área do Engenho Paramirim (Cópia).....</i>	21
<i>ANEXO D – Transcrições das entrevistas realizadas no Monte Recôncavo.....</i>	25

<i>ANEXO E – Transcrições das entrevistas realizadas no Vencimento.....</i>	58
<i>ANEXO F – Questionários aplicados no Monte Recôncavo.....</i>	89
<i>ANEXO G – Questionários aplicados no Vencimento.....</i>	110
<i>ANEXO H – Formulários aplicados no Monte Recôncavo.....</i>	131
<i>ANEXO I – Formulários aplicados no Vencimento.....</i>	212
<i>ANEXO J – Entrevistas com gestores de Instituições.....</i>	293
<i>ANEXO K – Atas da Associação dos Moradores de Monte Recôncavo.....</i>	302

Lista de Figuras

Figura 1	- Localização do Recôncavo.....	30
Figura 2	- Mapa da Baía de Todos os Santos no século XVII.....	31
Figura 3	- Cidades e vilas do Recôncavo da Bahia em 1725.....	34
Figura 4	- Municípios do Recôncavo da Bahia.....	39
Figura 5	- Mapa das Freguesias de S. Francisco da Barra de Sergipe do Conde.....	46
Figura 6	- São Francisco do Conde, seus Distritos, limites e a RLAM.....	49
Figura 7	- Vista aérea de São Francisco do Conde.....	52
Figura 8	- Igreja Matriz de São Gonçalo (Fachada Principal)	54
Figura 9	- Igreja Matriz de São Gonçalo (Fachada Posterior)	54
Figura 10	- Casa da Câmara e Cadeia e casario.....	54
Figura 11	- Casario.....	54
Figura 12	- Sobrado e Casa do Engenho Cajaíba.....	55
Figura 13	- Mosteiro de São Bento das Lajes.....	55
Figura 14	- Engenho de São Miguel das Almas.....	56
Figura 15	- Convento e Igreja de Santo Antônio.....	57
Figura 16	- Engenho D'Água.....	57
Figura 17	- Mapa de S. Francisco do Conde localizando Monte Recôncavo e Vencimento.....	60
Figura 18	- Vista aérea de Monte Recôncavo.....	63
Figura 19	- Praça da Igreja.....	67
Figura 20	- Praça Nova.....	67
Figura 21	- Rua da Igreja.....	68
Figura 22	- Rua Nova Brasília.....	68
Figura 23	- Centro Educacional.....	68
Figura 24	- Vista aérea de Monte Recôncavo (Google Earth).....	69
Figura 25	- Imóveis de Monte Recôncavo.....	70
Figura 26	- Imóveis de Monte Recôncavo.....	70
Figura 29	- Rua do Cemitério.....	71
Figura 30	- Imóvel de Monte Recôncavo (Platibandas).....	72
Figura 31	- Imóvel de Monte Recôncavo (Grades de Ferro).....	72
Figura 32	- Casa de Farinha.....	72

Figura 33	- Grupo de Samba Lindro Amor.....	74
Figura 34	- Mascarados (Mandus).....	74
Figura 35	- Mascarados (Capabodes).....	74
Figura 36	- Mascarados (Capabodes).....	74
Figura 37	- Cortejo de Baianas para Lavagem da Igreja.....	74
Figura 38	- Procissão de Nossa Senhora do Monte.....	75
Figura 39	- Procissão de Nossa Senhora do Monte.....	75
Figura 40	- Casa da Irmandade de Monte Recôncavo.....	76
Figura 41	- Planta da Baía de Todos os Santos (1763).....	77
Figura 42	- Igreja de Nossa Senhora do Monte.....	78
Figura 43	- Planta - Pavimento Térreo.....	80
Figura 44	- 1º Pavimento.....	81
Figura 45	- 2º Pavimento.....	82
Figura 46	- Altar-mor.....	83
Figura 47	- Altar lateral, frontão e tribunas.....	83
Figura 48	- Vista do interior da Igreja.....	83
Figura 49	- Detalhe da Fachada Lateral.....	84
Figura 50	- Detalhe da Fachada Lateral e Posterior.....	84
Figura 51	- Fachada Principal.....	85
Figura 52	- Corte AA'.....	86
Figura 53	- Fachada Lateral.....	86
Figura 54	- Vista do adro da Igreja.....	87
Figura 55	- Detalhe da Cobertura danificada.....	88
Figura 56	- Corredor Lateral e Nave.....	88
Figura 57	- Detalhe da Sacristia.....	88
Figura 58	- Detalhe da Sacristia.....	88
Figura 59	- Casa Grande e Capela do Engenho Paramirim.....	89
Figura 60	- Acesso ao Povoado.....	91
Figura 61	- Igreja Evangélica.....	92
Figura 62	- Terreiro de Candomblé.....	92
Figura 63	- Rua do Vencimento.....	92
Figura 64	- Novas construções.....	92
Figura 65	- Vista aérea do Povoado (Google Earth)	93

Figura 66	- Imóvel do Povoado.....	94
Figura 67	- Imóvel do Povoado.....	94
Figura 68	- Capela de Nossa Senhora do Vencimento.....	95
Figura 69	- Ruínas da Casa Grande do Engenho Paramirim.....	96
Figura 70	- Ruínas da Casa Grande.....	96
Figura 71	- Planta - Pavimento Térreo.....	97
Figura 72	- 1º Pavimento.....	98
Figura 73	- Fachada Lateral da Capela com detalhes da cobertura.....	99
Figura 74	- Altar mor.....	100
Figura 75	- Vista do interior da Capela.....	100
Figura 76	- Fachada Principal.....	101
Figura 77	- Detalhe da Portada.....	101
Figura 78	- Fachada Principal.....	102
Figura 79	- Corte AA'.....	102
Figura 80	- Fachada Lateral.....	103
Figura 81	- Solenidade Pública: autorização do restauro da Igreja.....	182

Lista de Tabelas

Tabela 1	-	Religião dos entrevistados.....	148
Tabela 2	-	O que a comunidade reconhece como patrimônio.....	150
Tabela 3	-	Manifestações culturais de Monte Recôncavo.....	151
Tabela 4	-	Conhecimento dos aspectos históricos da Igreja.....	152
Tabela 5	-	Dados representativos do valor do bem para a comunidade....	154
Tabela 6	-	Relação da comunidade com o patrimônio.....	155
Tabela 7	-	Participação dos moradores em atividades religiosas.....	156
Tabela 8	-	Discursos e formas de utilização do patrimônio.....	157
Tabela 9	-	Sentimento dos moradores relativos ao bem degradado.....	158
Tabela 10	-	Responsabilidade pela preservação ao patrimônio.....	159
Tabela 11	-	Posição dos moradores quanto a recuperação dos seus bens.....	160
Tabela 12	-	Expectativa dos moradores em relação à recuperação do patrimônio.....	162
Tabela 13	-	Possibilidade de reabilitação do bem após a restauração.....	163

Lista de Quadros

Quadro 1	- Freguesias da Vila de São Francisco da Barra de Sergipe do Conde (1757).....	47
Quadro 2	- Aspectos demográficos de São Francisco do Conde.....	58
Quadro 3	- Fluxograma - Metodologia da Pesquisa.....	136
Quadro 4	- Relação dos entrevistados no Monte Recôncavo.....	141
Quadro 5	- Relação dos entrevistados no Vencimento.....	142
Quadro 6	- Participantes dos Questionários no Monte Recôncavo.....	142
Quadro 7	- Participantes dos Questionários no Vencimento.....	143
Quadro 8	- Relação dos entrevistados em Instituições.....	144
Quadro 9	- Comportamento dos moradores em relação ao patrimônio degradado - Monte Recôncavo.....	161
Quadro 10	- Comportamento dos moradores em relação ao patrimônio degradado – Vencimento.....	162
Quadro 11	- Significados do patrimônio – Monte Recôncavo.....	165
Quadro 12	- Significados do patrimônio – Vencimento.....	173

Lista de Siglas

ASCMS	- Arquivo da Santa Casa de Misericórdia
BTS	- Baía de Todos os Santos
CENAB	- Centro Náutico da Bahia
CIA	- Centro Industrial de Aratu
CODEBA	- Companhia das Docas da Bahia
CONDER	- Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
COPEC	- Complexo Industrial de Camaçari
EBASA	- Estaleiro da Bahia S. A.
EEP	- Estaleiro Enseada do Paraguaçu
ESR	- Estaleiro São Roque
IAA	- Instituto do Açúcar e do Alcool
IBF	- Instituto Baiano do Fumo
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICB	- Instituto do Cacau da Bahia
IIBA	- Imperial Instituto Baiano de Agricultura
IPAC	- Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural
IPAC/SIC	- Inventário de Proteção ao Acervo Cultural da Bahia / Secretaria de Indústria e Comércio
IPHAN	- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MDA	- Ministério de Desenvolvimento Agrário
RLAM	- Refinaria Landolfo Alves - Mataripe
RS	- Representações Sociais
SDI	- Secretaria de Desenvolvimento Institucional
SEPLAN	- Secretaria de Planejamento de São Francisco do Conde
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para educação, ciência e cultura

INTRODUÇÃO

A região do Recôncavo da Bahia envolve os municípios que se distribuem no entorno da Baía de Todos os Santos. Durante séculos caracterizou-se como a principal base territorial do sistema escravista de produção, sendo a primeira região a se urbanizar com elevada densidade populacional, e como modelo de organização da produção baseada na exploração agromercantil, voltada para o exterior. Historicamente, o conjunto Salvador-Recôncavo foi a base da economia colonial aberta que deu sustentação ao sistema capitalista comandado por Portugal, comercializando o açúcar produzido nestas terras.

Inúmeros engenhos foram construídos nessa região e muitos povoados foram transformados em vilas e cidades, deixando um grande legado arquitetônico colonial, atestado pelos conjuntos e monumentos existentes.

O patrimônio cultural religioso constitui-se num dos aspectos mais importantes desse legado histórico e cultural do Recôncavo da Bahia, pois a presença religiosa e os respectivos estabelecimentos são marcantes desde as nossas origens, sempre associados a períodos fundamentais da história política, cultural ou artística do país. Sendo, inegavelmente, reconhecido como expressão maior da cultura brasileira, um elemento de identidade, não somente de reflexo de valores.

Grande parte do patrimônio histórico de várias cidades do Recôncavo da Bahia, representado principalmente, por igrejas seculares, encontra-se em estado de arruinamento. A partir desta constatação, surgiu inicialmente, o interesse pelo desenvolvimento de um estudo, cujo objetivo se voltava para uma reflexão sobre a preservação desse patrimônio, o que motivou inúmeras viagens para o Recôncavo. Identificou-se nesse percurso, pequenos povoados que se concentravam em torno de monumentos, o que fez despertar o interesse para a realização de um estudo mais abrangente, que permitisse compreender os valores e as relações identitárias das comunidades com os seus bens.

A escolha do Município de São Francisco do Conde, como recorte espacial, fundamentou-se no conhecimento que possuía da cidade, como também, em decorrência de terem sido encontrados dois monumentos religiosos singulares e

suas respectivas comunidades nessa região. Essas comunidades, de características diferentes, uma formada por um núcleo de quilombolas que se instalou ao redor da Igreja e outra, originada a partir da implantação de um engenho de cana-de-açúcar. Ambas são fontes referenciais para o estudo acerca do homem, do seu espaço, mentalidade e cultura.

O Município de São Francisco do Conde, situado às margens da Baía de Todos os Santos, surgiu a partir da construção do Engenho Real de Sergipe do Conde, por Mem de Sá, em 1563; se caracteriza como referência no patrimônio cultural do Estado da Bahia, pois possui alguns marcos que o destacam na história baiana: a produção e exportação da cana de açúcar dos séculos XVI ao XIX; abriga importante acervo patrimonial do período colonial; possui como principal atividade econômica, a partir do século XX, a extração, o refino e o processamento de petróleo e reúne uma das maiores diversidades de manifestações da cultura popular afro-brasileira do Recôncavo da Bahia.

O patrimônio configura-se como uma síntese simbólica de valores que identificam uma sociedade e que ela reconhece como próprio; essa apropriação parte sempre de uma dimensão afetiva, por meio de olhares convergentes, que elege um determinado bem como representativo da sua identidade. A história e a vivência de um povo podem ser expressas através do patrimônio, que contribui para manter e preservar a identidade do grupo social.

Esta tese objetiva compreender e analisar as modulações socioculturais, pautadas pelos valores e símbolos, presentes nas memórias e nas representações sociais, acerca dos patrimônios: Igreja de Nossa Senhora do Monte e Capela de Nossa Senhora do Vencimento, situados, respectivamente, nas comunidades do distrito de Monte Recôncavo e do seu povoado do Vencimento – pertencentes ao Município de São Francisco do Conde – BA. Para tanto, parte-se de um esforço interpretativo dos sentidos dessas modulações, tendo como referência empírica as significações do patrimônio. Busca-se problematizar o tema na perspectiva da representatividade desses bens para essas comunidades, investigando a memória e a identidade num processo socialmente produzido.

Tem-se como propósito, portanto, suscitar uma aproximação entre os conceitos de patrimônio, memória e identidade, viabilizada pelo exercício do trabalho de campo. Esses conceitos possibilitam a apreensão da configuração das representações sobre o patrimônio dessas comunidades, atualmente, em estado de degradação, tendo como condutores as permanências e rupturas, permitindo identificar os sentidos nas suas representações sociais.

A problemática da pesquisa se dá pelo fato de que, tanto o distrito de Monte Recôncavo, quanto o seu povoado do Vencimento, apesar de possuírem patrimônio de grande valor arquitetônico, histórico e cultural, representado por suas igrejas, estas, encontram-se em estado de degradação. Parte-se da hipótese de que grande parte do patrimônio edificado do Recôncavo da Bahia, representado por Igrejas, capelas, engenhos, etc., encontram-se relegados ao abandono, sem a proteção do Poder Público – em qualquer uma de suas esferas – ou dos órgãos de defesa do patrimônio. As Igrejas em estudo são mais um exemplo desta realidade, apesar da Prefeitura de São Francisco do Conde reconhecer os valores desses monumentos e citá-los em muitos catálogos, divulgando-os como referenciais turísticos. Dessa forma, observa-se que, o Poder Público e a sociedade, em geral, mesmo reconhecendo a importância do patrimônio na constituição da memória e da identidade de um povo, tratam a questão de seu estado de conservação de forma secundária. Observa-se, também, que ainda existem nas comunidades onde encontram-se os monumentos, valores, costumes e representatividades, principalmente, em relação aos seus bens, que merecem ser identificados, valorizados e protegidos.

O sentido do patrimônio é a representação, aqueles que se constituem em símbolos para as suas comunidades, a representam. Os símbolos e valores agregados ao patrimônio, permitem o conhecimento do senso comum, coletivamente construído, estando atrelado às práticas cotidianas dos indivíduos e grupos sociais. A escolha da teoria das representações sociais como base teórica e metodológica, deu-se em função do seu aporte conceitual e técnico, necessários para o desenvolvimento da pesquisa e por possibilitar a investigação da dimensão simbólica e do imaginário, nos processos de construção da representação e da apropriação do espaço.

Busca-se nesse estudo, discorrer sobre os principais conceitos de *patrimônio*, *sujeito social*, *memória e identidade*, tendo como aporte teórico a teoria das representações sociais e outros aportes teóricos subsidiários.

O *patrimônio* como uma construção cultural, estrutura-se a partir da relação entre as noções de valor que lhe é atribuído pelo grupo social, em determinado espaço de tempo, não se limita ao sentido de herança, refere-se também aos bens produzidos por nossos antepassados, que resultam em experiências e memórias, coletivas ou individuais. O patrimônio só se torna significativo, e é considerado lugar, quando ocorre a experiência e, por conseguinte, a apropriação por parte dos sujeitos sociais (CARLOS, 1996). Por meio da apropriação, o espaço é reelaborado no imaginário, permitindo a construção de uma visão particular do mundo pelo sujeito social e, portanto, de sua própria subjetividade.

O *sujeito social*, segundo a definição de Charlot (2000), é um ser humano que possui historicidade, portador de interesses e é motivado por eles, além de estabelecer relações sociais. Para o autor, o sujeito é ativo, age no e sobre o mundo, e é nessa atividade que atua e recebe influências decorrentes das relações sociais, que estabelece no espaço onde está inserido.

A *memória* estabelece um vínculo entre as gerações humanas, “tempo histórico que as acompanha”. Este vínculo, que se torna afetivo, possibilita que as pessoas passem a se enxergar como sujeitos da história, que possuem direitos e deveres para com a sua localidade (LE GOFF, 2007). A memória coletiva é um elemento unificador do grupo, de representação coletiva, compartilhado por vários indivíduos de um determinado grupo e serve como mediador para alcançar e assumir uma característica, portanto, a memória permite entender as várias camadas de tempo e espaço, seus valores e significados culturais.

A *identidade* é um elemento que faz com que os indivíduos criem raízes e estejam vinculados a alguma coisa ou a alguém (REISEWITZ, 2004), esta vinculação possibilita valorizar o que é herdado, ou seja, o valor dos bens culturais, formando a consciência das pessoas, a respeito da sua própria vida.

A experiência do espaço está relacionada aos conceitos de apropriação, símbolo, memória, identidade, lugar e representações sociais. Um espaço experienciado, imaginado e simbolizado é também apropriado, tornando-se lugar de dimensão subjetiva, que remete à experiência, ao afeto, à necessidade de raízes do sujeito; sobre eles são elaboradas representações sociais, que integram o sistema de conhecimento comum do grupo social (FREIRE, 1997).

A apresentação da tese estrutura-se em dois eixos de análise referenciais, objetivando tratar sobre esses diversos temas, dispostos em seis capítulos. O primeiro eixo resulta da pesquisa bibliográfica-documental e iconográfica, composto por quatro capítulos; o segundo eixo, resulta da pesquisa de campo, composto pelos dois últimos capítulos.

No primeiro Capítulo – *“Memórias, configurações espaciais e aspectos atuais do Recôncavo da Bahia”*- faz-se uma análise do Recôncavo da Bahia, discorrendo sobre o seu histórico, a partir do descobrimento, no século XVI, onde foi construído pelos portugueses um núcleo colonial e utilizado como ponto de apoio para a conquista das terras do Brasil. Neste espaço, constituído pela baía e seu entorno, foram desenvolvidas uma agroindústria açucareira e uma complexa sociedade escravista, que proporcionaram a construção do Brasil português. Este sistema, embora resistente às inovações tecnológicas e transformações sociais, perdurou por quatro séculos. Para fundamentação do conteúdo deste capítulo foram consultados arquivos, material iconográfico e autores como: Brandão (2000, 2003), Tirapelli (2005), Bom Meihy (1998), Schwartz (1988), Mattoso (1992,1994), Azevedo (1978, 1982, 2011), Pedrão (1998, 2007), Pinho (1982), Leite 1945, Pedreira (1976), Marx (1989,1991), dentre outros.

Neste sentido, este primeiro capítulo mostra também, o desenvolvimento do Recôncavo, isto é, de todo o território que envolve a Baía de Todos os Santos, do seu passado colonial até a contemporaneidade. Território formado a partir de aldeias jesuíticas, de engenhos de açúcar, pousos e feiras de gado, onde foram criadas microrredes que se mantiveram até o início do século XX, quando os novos meios de transporte superaram os portos tradicionais e surgiram novas centralidades e novas relações urbanas. Busca-se, também, relatar a formação

histórica de um dos municípios do Recôncavo da Bahia, São Francisco do Conde, em decorrência da pesquisa ter sido realizada nesta região. Deste município, considerado como um dos mais antigos do Brasil, faz-se um retrospecto desde a chegada dos europeus em seu território até a transformação da sociedade local, construindo assim, o seu perfil.

No segundo Capítulo - *Patrimônio do distrito de Monte Recôncavo: São Francisco do Conde/Ba* discorre-se sobre um dos distritos de São Francisco do Conde, Monte Recôncavo e do seu povoado do Vencimento, locais que abrigam os monumentos: Igreja de Nossa Senhora do Monte e Capela de Nossa Senhora do Vencimento, objetos do estudo, onde relata-se os contextos históricos e as trajetórias desses patrimônios, do valor ao abandono.

No terceiro Capítulo: *“Memória, identidade e patrimônio”* - estuda-se a memória, a identidade e o patrimônio; relacionando a memória com a identidade, pois é o passado, trazido pela memória, que ajuda a projetar o futuro e a transformar os seres humanos em sujeitos históricos, que buscam a informação dos acontecimentos anteriores e percebem-se num processo contínuo da formação cultural; embasando-se nos conceitos de Bauman (2005), Bourdieu (1989), Bosi (1999), Halbwachs (1990), Nora (1993), dentre outros.

O patrimônio cultural por estar intimamente relacionado com os conceitos de memória e identidade, segundo Pelegrini (2007), entende-se, que ele constitui-se num *locus* privilegiado, onde a memória e a identidade adquirem materialidade. Pois, as noções de patrimônio cultural estão associadas às lembranças, elementos essenciais nas ações patrimonialistas, onde os bens culturais são preservados em função das relações estabelecidas com a sua identidade cultural.

No quarto Capítulo: *“Teoria das Representações Sociais”* - faz-se uma contextualização teórica sobre as representações sociais, onde são discutidas as posições de teóricos como: Jovchelovitch (2003), Jodelet (2002), Moscovici (1978, 2001), Durkheim (2003), dentre outros; revelando sua importância para esta pesquisa, onde as relações estabelecidas pelas comunidades com o patrimônio é o foco do estudo. O patrimônio, além da dimensão física, é uma construção social

e, conseqüentemente, um objeto trabalhado pelo imaginário, sobre o qual podem ser elaboradas representações.

No quinto Capítulo: *“Pesquisa de campo sobre as representações sociais relativas ao patrimônio”* - desencadeia-se o processo metodológico da pesquisa empreendida, baseada na abordagem quali-quantitativa do estudo, onde descreve-se todo o processo da pesquisa de campo aplicado nesta tese, cujo aporte está intimamente ligado ao método de pesquisa formulados por Minayo (1994, 2004, 2005) e Leopardi (2002), utilizando-se como recurso entrevistas semiestruturadas, questionários e formulários. A caracterização dos sujeitos participantes da pesquisa é apresentada na composição da amostra, assim como todos os procedimentos empregados na coleta de dados e finalmente, discorre-se sobre a técnica de análise de conteúdo, tendo como base Bardin (2002).

No sexto Capítulo: *“Os sentidos do patrimônio: memórias e existências”* - são apresentados os dados coletados na pesquisa de campo, seguido do tratamento quali-quantitativo. As informações obtidas no levantamento foram organizadas de acordo com a ordem das questões formuladas nos instrumentos de pesquisa, utilizando-se, também, da análise de conteúdo para identificar categorias, extraindo destas, unidades significativas, que possibilitassem compreender os símbolos e valores associados ao patrimônio, pelas representações sociais das comunidades.

Nas *Considerações finais* destacam-se o alcance dos resultados e a identificação das representações sociais sobre os patrimônios: Igreja de Nossa Senhora do Monte e Capela de Nossa Senhora do Vencimento, podendo, conseqüentemente, afirmar que as representações sociais reveladas nessa pesquisa indicam o interesse, a atribuição de valores e significados aos seus patrimônios. Esses sentidos, relativos aos bens, estão diretamente relacionados às articulações que os atores sociais mantêm com o espaço, a memória e a identidade.

Na pesquisa com essas comunidades, destacam-se sete representações sociais: Religiosidade e valores culturais; Memórias e representações históricas; Dimensão simbólica do patrimônio; Permanências e rupturas nas significações do patrimônio; Formas de utilização do patrimônio; Iniciativas e cuidados para a preservação do patrimônio; Expectativas em relação à recuperação do patrimônio. Essas

representações, embora analisadas separadamente, constituem-se a partir de elementos comuns, como: o aspecto valorativo, o patrimônio como um bem coletivo e a própria história da comunidade.

As inferências foram de grande importância para a compreensão da relação estabelecida entre o sujeito social e o patrimônio, considerando o papel do bem como lugar de memória. As representações sociais revelaram as permanências e rupturas dos indivíduos em relação ao patrimônio, apresentando os conceitos e os valores a ele associados, indicando quais as ações protetivas que esperam que sejam implementadas, estabelecendo-se comparações entre as visões das duas comunidades em relação ao seu patrimônio.

CAPÍTULO I

MEMÓRIAS, CONFIGURAÇÕES ESPACIAIS E ASPECTO ATUAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

1.1 FORMAÇÃO HISTÓRICA DO RECÔNCAVO DA BAHIA

O Recôncavo da Bahia durante séculos foi importante no processo de ocupação do território brasileiro, toda essa região está localizada em torno da Baía de Todos os Santos (BTS), abrangendo não só o litoral, como também o interior circundante à baía (Figura 1).

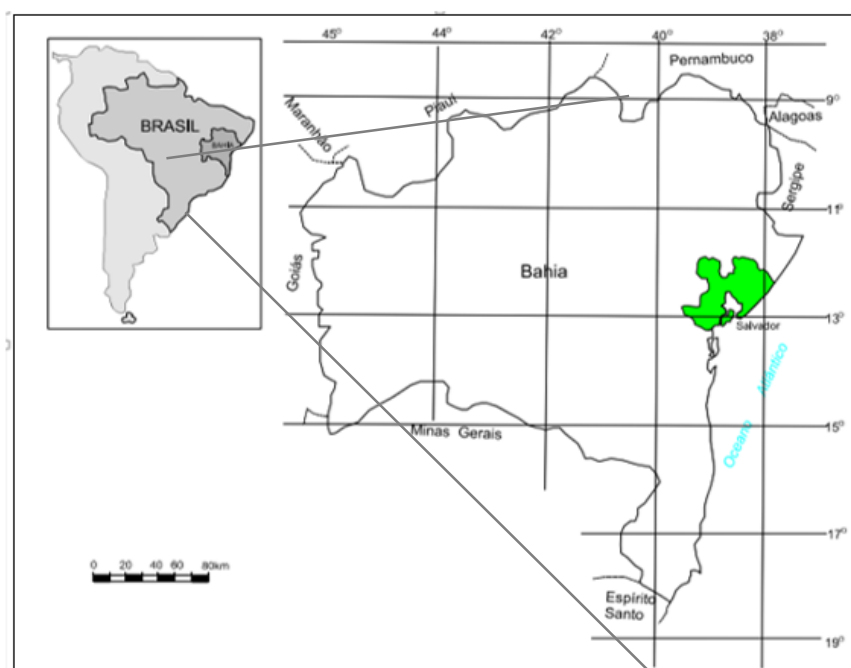


Figura 1 – Localização do Recôncavo

Fonte: Anuário Estatístico da Bahia, 2000. Elaborado e adaptado pela autora

Este território foi identificado como o cenário de ocupações indígenas, conforme documentaram diversos historiadores sobre o primeiro momento de ocupação colonial portuguesa na região (SOARES, 2000; CARDIM, 1980). Quando os portugueses aqui chegaram, no século XVI, a região do Recôncavo era domínio de várias tribos indígenas. Como consequência do processo de colonização portuguesa, esses grupos desapareceram como entidade sociocultural distinta, seja pelo aniquilamento puro e simples, seja pela sua incorporação ao contingente populacional dos novos habitantes da região.

A BTS é uma das maiores do Brasil, com uma área de 1.223 km² e 32 km de largura, possui um litoral bastante recortado, com 200 km de linha de costa, que compõe a

sua riqueza ambiental. Apresenta uma série de enseadas, praias, penínsulas e cabos, além de abrigar, em seu interior, outras duas baías de menores dimensões, Iguape e Aratu; possui 54 ilhas, sendo a maior delas a Ilha de Itaparica. Estuários de rios, manguezais, restingas e matas compõem o seu ecossistema e formam a sua paisagem natural (CAROSO et al., 2011).

De paisagem natural e exuberante, a BTS constituiu-se num palco de singular história por mais de cinco séculos, tornando-se principal portal de acesso da região, que gradativamente, foi se transformando em cidades, vilas e municípios. De primeira rede urbana implantada no Brasil, esta região tornou-se um dos mais importantes núcleos da cultura lusa, onde foi construído o mais extenso parque de arquitetura barroca e colonial do país, além de possuir a mais vigorosa comunidade africano-brasileira; um complexo histórico-cultural que traduz e representa muito da formação histórica do Brasil (BRANDÃO, 2000).

O povoamento do Recôncavo, como em todo território brasileiro, deu-se a partir da concessão de sesmarias. Para efetivar a ocupação do território, a coroa portuguesa dividiu as terras em grandes áreas, que foram subdivididas em sesmarias, isto é, grandes lotes de terra doados para pessoas que se dispusessem a explorá-los. Ao longo dos anos, desenvolveu-se, um processo histórico-social eminentemente rural, com esparsas concentrações populacionais (Figura 2).

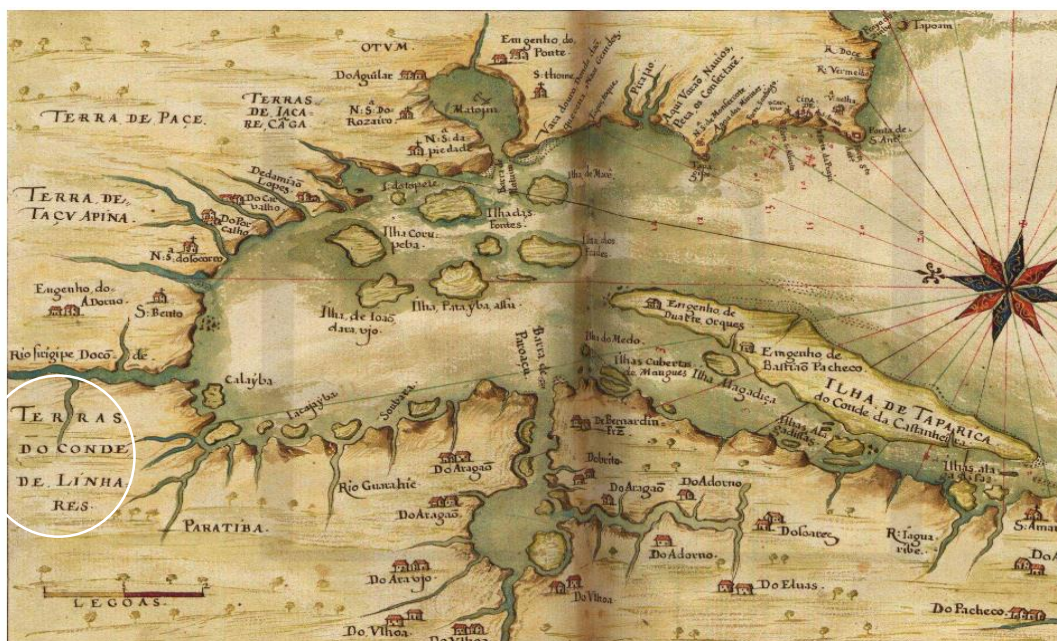


Figura 2 - Mapa da Baía de Todos os Santos: indicação dos domínios das propriedades do Recôncavo no século XVII. Fonte: Atlas de João Teixeira Albernaz, 1640.

O plantio da cana-de-açúcar era a principal atividade econômica da região, seguido da cultura do fumo e de outras atividades agropecuárias consideradas secundárias, que visavam a produção de culturas alimentícias para o abastecimento dos povoados que faziam parte do circuito da cana-de-açúcar e da cidade de Salvador.

No período colonial, várias foram as razões que determinaram a formação das cidades do Recôncavo, destacam-se as escolhas com base em aldeamentos¹ indígenas, arraiais próximos a engenhos, fortificações militares e locais de pouso entre uma vila e outra. Os aldeamentos eram vistos como solução para evitar as constantes fugas dos índios das aldeias e facilitar no processo disciplinar, além de fixá-los em pontos de interesse estratégico. (TIRAPELI, 2005).

A administração dos jesuítas buscava estabelecer unidades produtivas e relativamente autônomas, graças à imposição de novas formas de produção e divisão social do trabalho. Assim, os aldeamentos tornaram-se projeto pedagógico-institucional de educação completa e núcleos de defesas dos povoados coloniais. A reconstrução da vida nesses aldeamentos e nas aldeias, ante as dificuldades de sobrevivências dessas populações e de adaptação às novas condições impostas, revela o índio como um sujeito histórico presente na construção do Recôncavo da Bahia.

A Companhia de Jesus muito contribuiu para a ocupação do território, a pacificação e a inserção do indígena no regime imposto, o atendimento aos colonos e a instalação dos povoados. Através do processo missionário, iniciaram a catequização dos índios, com visitas regulares às aldeias e, gradativamente, construíam pequenas casas de oração. Quando se sentiam capazes de realizar as reformulações que consideravam essenciais na estrutura social das comunidades indígenas, instalavam-se, edificando residências, capelas ou igrejas (BOM MEIHY, 1998).

A força da presença jesuíta na Bahia colonial e no Recôncavo se deve, em grande parte, à sua dispersão, tanto institucional quanto geográfica, sendo profundamente articulada e relevante. As aldeias e colégios foram espaços privilegiados de sua

¹ Aldeamentos são espaços ocupados por indígenas e que eram administrados por particulares, missionários ou administradores régios.

atuação, e faziam parte de um sistema complexo que incluía a posse e a administração não apenas de Colégios, Igrejas e Seminários, como também de terras, fazendas, engenhos e escravos (SCHWARTZ, 1988).

A organização territorial e a distribuição espacial dos habitantes na região, foram efetivadas através do trabalho rural, desenvolvido nos engenhos de açúcar que funcionavam como aglutinadores de pessoas no seu entorno. Atividade de cunho agrário-exportadora, a cana-de-açúcar situou-se, inicialmente, no Recôncavo, região que se mostrou favorável ao desenvolvimento desta plantaço, em consequência das terras propícias para esse cultivo, o massapé², além da localização geográfica, com áreas mais próximas do litoral, dada a necessidade do escoamento da produção pelo Porto de Salvador.

Com o crescimento da produção de cana-de-açúcar, novas áreas eram anexadas provocando uma reorganização do espaço. Numerosos engenhos destinados ao fabrico do açúcar foram construídos. Segundo Katia Mattoso (1992, p. 36), o povoamento seguia a construção dos engenhos:

Acompanhados por famílias, agregados, escravos negros e lavradores livres ou obrigados, os senhores de engenho fixaram-se no Recôncavo em grande número: São Francisco da Barra do Rio Sergipe do Conde foi o primeiro de vários núcleos populacionais que então se formaram em torno de capelas pequenas, isoladas e humildes.

O cultivo da cana foi utilizado pelos colonizadores como meio de expansão territorial na colônia e da sua formação econômico-social, que baseava-se no sistema da grande lavoura, com alta concentração de terras, mão-de-obra e rendas, voltado para a produção e exportação do açúcar, integrando-se ao sistema capitalista mercantil vigente na época, estruturando um regime senhorial tendo como unidade socioeconômica e cultural o engenho de açúcar. Sobre o engenho, Zorzo (2001, p.37) tece a seguinte observação:

Acoplado ao comércio e à exploração do principal produto cultivado na região, a cana-de-açúcar, o engenho firmou-se como o principal móvel da ocupação, articulador dos braços da sociedade e ordenador do território (2001, p. 37)

² Solo de textura argilosa formado pela decomposição de rochas, muito presente na região litorânea do Nordeste. É um solo fértil muito utilizado para a plantaço da cana-de-açúcar.

A base interna de sustentação da atividade produtiva da região calcava-se na monocultura, no latifúndio, no engenho e no trabalho escravo. Entretanto, o centro de decisões era exógeno, pois era a corte, que fixava os preços, formulava a política econômica e, em última instância, assessorava a comercialização do açúcar, em troca de proteção contra ataques externos e, de certa forma, como uma espécie de pagamento pela concessão das terras.

O recurso utilizado pela Coroa para estabelecer o domínio e controle das redes urbanas preexistentes no Recôncavo, de acordo com Andrade (2010), foi a formação de vilas. A transformação dos portos dos pequenos núcleos em vilas visava controlar o contrabando, evitar a evasão de impostos e os conflitos sociais nessas áreas, através dos portais administrativos e fiscais de ingresso ao interior. Foram cinco as formações urbanas elevadas à Vila (Figura 3): Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe, São Francisco da Barra de Sergipe do Conde, Nossa Senhora do Rosário do Porto da Cachoeira, São Bartolomeu de Maragogipe e Nossa Senhora da Purificação e Santo Amaro.

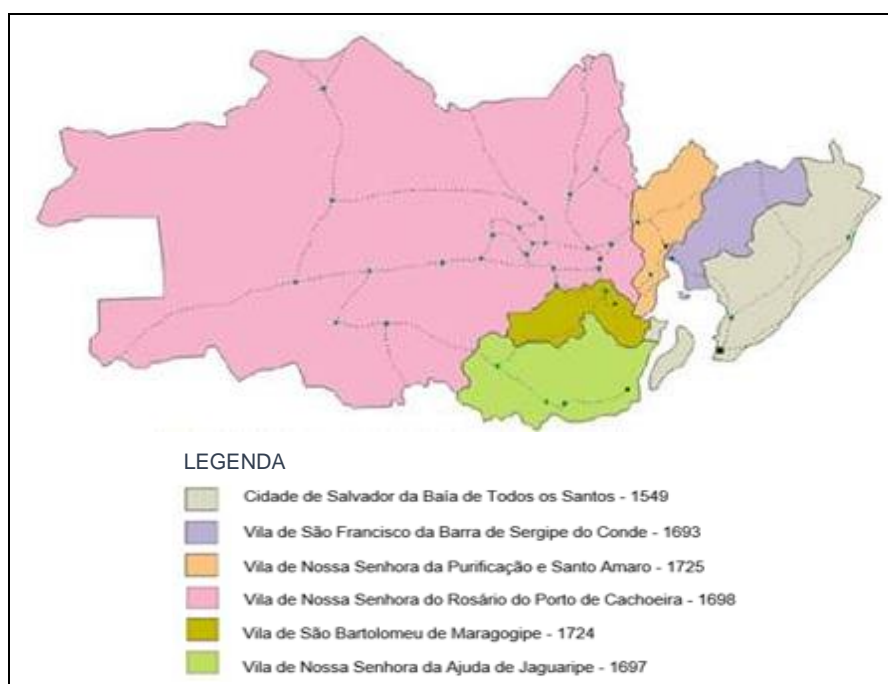


Figura 3 – Cidade e Vilas do Recôncavo da Bahia em 1725.

Fonte: SEI (2003); Andrade (2010). Adaptado pela autora.

A dimensão das propriedades, aliada às condições naturais adversas, era fator condicionante para o emprego de grande número de trabalhadores, o que foi

efetivado com o tráfico de inúmeros escravos para esta região. Na implantação dessas lavouras, os negros foram os trabalhadores mais numerosos e os que, mesmo escravizados, sustentaram de fato a colonização.

Até o final do século XVIII, o Recôncavo possuía o limite político estabelecido por vilas; a partir das quais, foram abertos caminhos, ao longo dos quais as populações se estabeleciam. Estas vilas-portos comandadas pelas bacias hidrográficas, refletiam as suas áreas de influência; a maior delas, correspondia a vila de Cachoeira que ia até o sopé da Chapada Diamantina. A bacia do rio Jaguaripe definiu a denominação da vila; a do rio Subaé, correspondia a vila de São Francisco do Conde, de onde se desmembrou a vila de Santo Amaro e a do rio Guai, delimitador da vila de Maragogipe (AZEVEDO, 2011).

A ocupação das margens da Baía, entretanto, não foi realizada de forma uniforme, as terras de massapé eram desmatadas e ali implantavam engenhos, próximos ao litoral, em áreas banhadas pelo mar ou rios, o que facilitava o fluxo do produto das grandes plantações de cana-de-açúcar. Nas margens do rio Paraguaçu expandiu-se, também, o cultivo de fumo, ampliando os deslocamentos sobre as terras indígenas e escravizando os seus habitantes e, conseqüentemente, gerando conflitos. As regiões de Jaguaripe e Maragogipe especializaram-se na produção de alimentos, principalmente a farinha de mandioca e hortaliças. Os plantios de arroz, gengibre, pimenta do reino e canela foram introduzidos, a partir de mudas e sementes trazidas de vários pontos do império lusitano (SOUZA, 1943).

A agricultura proporcionou o desenvolvimento do sistema de transportes visando o fluxo da produção até o porto de Salvador. Inicialmente, a cana e demais produtos, eram transportados por saveiros que circulavam pelas rias, saindo dos portos produtivos. Os caminhos nas matas eram formados por trilhas, onde circulavam os animais de cargas, carros-de-boi e também as boiadas.

Segundo Gabriel Soares de Souza (1943), no final do século XVI, duas mil famílias portuguesas viviam no Recôncavo e haviam mais de quarenta engenhos construídos. Quanto à questão da concentração de proprietários, entre os séculos XVI e XVII, a Companhia de Jesus despontava como detentora do maior número de engenhos no Recôncavo.

Entre 1828 e 1834, foram fundados 141 novos engenhos, e ainda neste período, o açúcar brasileiro sofreu uma forte concorrência com o açúcar de beterraba, pois os riscos e dificuldades eram altos, para que os produtores de açúcar modernizassem seus engenhos. A partir de 1870, dando continuidade às políticas implementadas na época colonial, os principais esforços do Governo Imperial e de seus representantes locais, para promover a modernização açucareira, assumiram a forma de subsídios, para a construção de engenhos centrais e ferrovias (CANABRAVA, 1997).

Visando fomentar a tecnologia para a produção de açúcar que, no final do século XIX se encontrava em crise, foram instituídos os engenhos centrais, ou seja, as usinas, o que contribuiu para alterações econômicas e sociais na região. Nos antigos engenhos eram realizadas todas as etapas do processo produtivo e nas usinas, a cana de açúcar não era cultivada e sim, comprada dos fazendeiros, surgindo dois tipos sociais distintos: o fornecedor (fazendeiro) e o usineiro (industrial), modificando o quadro social existente desde a colonização.

No final do século XIX, a agroindústria do açúcar, que sempre viveu em altos e baixos, devido à concorrência internacional, entrou em decadência. Nem a criação do Imperial Instituto Baiano de Agricultura (IIBA), em 1859, em São Francisco do Conde, e dos engenhos centrais estimulados pelo Governo Imperial com tecnologia industrial, contornou a crise da agroindústria de exportação (ARAÚJO, 2002).

As primeiras ações para a modernização dessa região aconteceram a partir de 1850, com a introdução de ferrovias, que desempenharam um papel relevante na integração com os vários complexos agrário-exportadores do país. Contribuíram, também, nas atividades do tráfico interprovincial de escravos, dos negócios ligados ao setor fumageiro, na indústria têxtil, que já alcançava expressivo desenvolvimento na época, além de facilitar a circulação de pessoas e de mercadorias. (ZORZO, 2001).

Expressivas mudanças socioeconômicas aconteceram nesse território, como a abolição do tráfico africano em 1851 e a abolição da escravidão em 1888. O engenho de açúcar, unidade centralizadora da Bahia açucareira, perdeu a sua posição de destaque, destronando a elite senhorial que existia no Recôncavo.

Outro fator determinante da decadência desta região foi a substituição da hidrovia pelas novas estradas de rodagem. As cidades portuárias do Recôncavo, além de serem atingidas pela crise do açúcar e do fumo, experimentaram um processo de marginalização frente às novas redes de transportes.

No Brasil, várias causas contribuíram para o insucesso da implantação desse sistema produtivo, como: o atraso econômico do país, os elevados índices de concentração fundiária, o excessivo controle político da economia, e a falta de preparo técnico e de um fornecimento regular e suficiente para atender à demanda dos engenhos centrais. O malogro dos engenhos centrais acabou conduzindo a uma nova integração vertical, com as usinas fazendo-se donas dos seus próprios canaviais e, gradualmente, absorvendo as plantações independentes. Esse processo acentuou-se depois da crise de 1929/30, pois, reforçou a tese da intervenção estatal no mercado açucareiro, que culminaria na criação do Instituto do Açúcar e do Alcool e no desenvolvimento de uma estrutura forjada, principalmente, durante o período Vargas (CANABRAVA, 1997).

Ao final do século XIX já existiam 323 usinas em funcionamento no Recôncavo, o que demandou maiores investimentos no setor agrícola e em tecnologia, através da utilização de adubos, mecanização e novas variedades de cana-de-açúcar (BRITO, 2008). Buscando amenizar os constantes conflitos entre fazendeiros e usineiros, em 1933, o Governo de Getúlio Vargas criou o Instituto do Açúcar e do Alcool – o IAA, que tinha como função regulamentar suas relações de produção. De acordo com Costa Pinto (1958, p. 65):

[...] as condições de produção e de mercado, as atividades nas usinas foram encolhendo até cessar a função inovadora e pioneira que historicamente teve no sistema econômico e no meio social do Recôncavo açucareiro [...].

O fator principal da concentração fundiária nas usinas foi o receio de que viesse faltar matéria prima, levando a usina a anexar novas propriedades para o cultivo da cana. Hoje, só há resquícios desses empreendimentos inovadores, pois ali se criaram condições tais que a concorrência foi abolida e as usinas ficaram com o controle monopolístico de uma economia pouco desenvolvida e rotineira, de tal modo que secou todas as fontes de estímulo à renovação. A usina, que inicialmente

representou profunda revolução tecnológica, econômica e social, passou para o quadro tradicional no Recôncavo.

A aprovação do Plano Rodoviário Estadual, em 1917, e a unificação das ferrovias criadas pelo Governo Federal em 1937, tiraram dos pequenos centros urbanos do Recôncavo a condição de capitais sub-regionais, drenando toda a produção de suas antigas áreas de influência diretamente para o porto de Salvador (AZEVEDO, 1982).

No período compreendido entre a abolição da escravatura e a década de 50 do século XX, o Recôncavo passou por um processo de regressão econômica e política que o afastou, quase que totalmente, do cenário nacional. Os centros urbanos produtores de cana e de fumo entraram em decadência e os ex-escravos migraram para outras localidades, o que culminou na marginalização econômica e social das áreas periféricas, situação esta, que perdura até os nossos dias.

A descoberta do petróleo, nos anos de 1940, veio propiciar uma nova importância ao Recôncavo, destacando-se também a implantação do Terminal de Madre de Deus e da Refinaria Landulfo Alves, em 1950. Com a prioridade dada ao desenvolvimento do transporte rodoviário, a economia organizada em torno da baía apresentou sinais de declínio, impondo para este fim, uma economia centrada no binômio petróleo e automóvel, com estradas crescendo em larga escala, interligando a capital do Estado às várias praças comerciais do interior. Não é difícil imaginar o grande impacto da exploração de petróleo nesta velha região de origem colonial, território de uma produção açucareira e fumageira de cunho tradicional, e de extensa rede urbana colonial.

O espaço, a partir daí, começa a apresentar-se com mais fluidez, permitindo que outros fatores como: produção, trabalho, produtos, mercadorias e capital passem a ter grande mobilidade, levando a uma especialização do território. Com isso, uma nova geografia regional se desenha, na base da nova divisão territorial do trabalho que se impõe, criando-se complementaridades regionais, que começam a se adequar a esse modelo que se impõe, formando arranjos espaciais específicos (SANTOS, 1998).

O recorte do Recôncavo tem mudado seguindo os ciclos econômicos que acontecem na região. Com base num estudo pioneiro sobre a rede urbana do Recôncavo em 1959, Milton Santos (1998) definiu a região em 25 municípios, incluindo aqueles que, em função dos novos meios de transporte, passavam a exercer centralidades muito fortes. Após este estudo, várias tentativas foram feitas para organização deste espaço territorial (Figura 4).



Figura 4 – Municípios do Recôncavo da Bahia
Fonte: SDT, 2003

Em 2003, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) instituiu a política de Territórios de Identidade no Estado da Bahia, sendo esta regionalização implantada pela estrutura governamental, visando a definição de políticas públicas, a partir da perspectiva do desenvolvimento regional. O Recôncavo fica então constituído por 20 municípios: Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, D. Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Felix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara e Varzedo. Esta distribuição é bem mais abrangente que a primitiva, onde o Recôncavo era constituído das primeiras cinco vilas.

Os impactos e interações decorrentes do fim da economia açucareira no Recôncavo, seguidos da implantação da indústria do petróleo no município de São Francisco do Conde em 1953, foram responsáveis por profundas modificações na cultura tradicional. Embora a Petrobrás tenha significado progresso tecnológico e econômico para a Bahia, pode-se notar que a riqueza produzida não beneficiou a população do Recôncavo, em sua maioria.

A centralidade definida para a BTS e o seu Recôncavo com a chegada do petróleo e seus derivados, colaborou para a exclusão e abandono de partes da história da região, representada pelos seus canaviais e vários engenhos, igrejas e capelas que pontuam este espaço, onde a degradação contínua e progressiva poderá culminar numa total impossibilidade de resgate desses bens. Nos dois volumes sobre o Recôncavo, da série do Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia IPAC/SIC (1978 e 1982), publicados pelo governo do Estado, num trabalho documental e cadastral, estão relacionadas mais de 350 edificações desta região, registrando o valor de todo este patrimônio.

1.2 O RECÔNCAVO NA CONTEMPORANEIDADE

A hegemonia produtiva da colônia, simbolizada pela atividade açucareira desenvolvida no Recôncavo da Bahia, um dos espaços mais antigos no processo de ocupação do território brasileiro, caracterizou esta região, por muito tempo, como economicamente rica. Percebem-se constantes transformações territoriais decorrentes de novas configurações, em função das adaptações às atividades econômicas, para atender as demandas contemporâneas (PEDRÃO, 2007).

Na dinâmica dessa região coexistem os aspectos tradicionais do período colonial açucareiro e suas modificações na dimensão das propriedades; a estrutura empresarial; a organização dos meios de produção; a relação com o mercado consumidor; a delimitação territorial e as relações identitárias – principalmente da população trabalhadora – com esse espaço.

A constante inter-relação do homem com esse ambiente promoveu uma intensa utilização dos recursos disponíveis, ao mesmo tempo em que estabeleceu relações afetivas que fomentaram transformações e um sentido de pertencimento desse

espaço. No Recôncavo está a marca da ação do homem, onde ele criou relações de trabalho e afetividade, através da religiosidade específica – porque não dizer, singular – àquele espaço, em razão da crença que lhe confere uma identidade espacial, além da característica de ser uma zona produtora e polarizadora de uma série de atividades. O Recôncavo no século XXI se apresenta, de acordo com Pedrão (2007, p. 9) como:

[...] uma região onde se concentram relações econômicas e políticas conflitivas, que surgem das novas formas de concentração de poder econômico: a predominância indiscutida da influência da produção de petróleo e derivados e a renovação da produção canavieira.

O movimento de valorização tem início com a evolução tecnológica, visando a modernização e aceleração das atividades produtivas. Diversos estudos sobre o Recôncavo, assim como o do geógrafo Cristóvão Brito (2004), consideram que o modelo de produção na região não proporcionou o desenvolvimento urbano e não houve investimentos na criação de indústrias que viessem a impulsionar a industrialização, concentrando-se mais em atividades primárias exportadoras:

Apesar da volumosa soma de recursos financeiros aplicados diretamente no Recôncavo baiano ao longo dos anos, tais recursos não se traduziam em investimentos propiciadores de um futuro desenvolvimento econômico regional baseado em atividades industriais (BRITO, 2004, p. 56).

Tal situação prevalece nos dias atuais em grande parte do Recôncavo, principalmente em localidades que não desenvolveram um setor industrial e de serviços, permanecendo uma economia pautada no setor primário. Sempre existiu, também, nesta região uma atividade de subsistência representada pela pesca, pelo extrativismo, pelo criatório e agricultura familiar, e pelo artesanato que deu continuidade e caráter a esta cultura regional. O Recôncavo apresenta, assim, uma grande diversidade local dentro de uma unidade regional (BRANDÃO, 2000).

A implantação da Petrobrás trouxe diversos benefícios para o Recôncavo, principalmente no que se refere a construção de estradas, que deram maior fluidez ao território, sendo responsável, também, por uma maior circulação de dinheiro e investimentos e, principalmente, desencadeando um rápido processo de urbanização.

Profundas mudanças socioeconômicas aconteceram na região, atingindo primeiro a pequena lavoura de subsistência para, em seguida, afetar o que restou da agroindústria açucareira. Nas áreas desapropriadas pela Petrobrás foram criadas extensas florestas de eucaliptos e pinheiros para a produção de carvão vegetal. Plantações de bambu se expandiram, também, para atender as demandas das fábricas de papel localizadas em Santo Amaro, resultando na transformação da paisagem e na redução dos canaviais.

Com a desapropriação das áreas para a implantação destes projetos, os antigos edifícios construídos para abrigar os engenhos e depois as usinas, foram abandonados de forma definitiva, sem ser cogitada a possibilidade de reaproveitamento destes monumentos, dentro do programa de desenvolvimento industrial da região, arruinando, desse modo, conjuntos arquitetônicos de grande relevância na história da Bahia e do Brasil (PEDRÃO, 1998).

No decorrer do século XX, um período de industrialização se efetivou na economia do Recôncavo, tendo como referência os aspectos positivos vivenciados em várias regiões do Brasil, despertando o interesse para a instituição do processo industrialista. Situação concretizada através da implantação dos setores químico e petroquímico, como impulsionadores da produção regional e estadual.

As instalações do Centro Industrial de Aratu (CIA) nos municípios de Simões Filho e Candeias, em 1967, e mais tarde o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) em 1978, concorreram para o crescimento urbano do Recôncavo e da Região Metropolitana e principalmente de Salvador. O CIA, um complexo industrial multissetorial, possui 144 empresas com empreendimentos nos segmentos: químico, metal-mecânico, componentes para calçados, alimentício, metalúrgico, moveleiro, de minerais não metálicos, plásticos, fertilizantes, eletroeletrônicos, bebidas, logística, têxtil, serviços e comércio e mais recentemente o segmento termelétrico. Com o COPEC, o município de Camaçari, localizado a 50 km de Salvador, agrega atualmente, mais de 90 empresas químicas, petroquímicas e de outros ramos de atividade como a indústria automotiva, de celulose, metalurgia do cobre, têxtil, bebidas e serviços.

Esse quadro alterou, profundamente, a configuração espacial do Recôncavo, que criou uma zona de concentração polarizada e, ao mesmo tempo, zonas marginalizadas e atrasadas. Dessa maneira, se estabelece um novo padrão de organização social no conjunto Salvador-Recôncavo com o engajamento de trabalhadores no setor formal e no informal, ou seja, inclusão e exclusão. As contradições entre a modernização concentrada no eixo Salvador-Camaçari e a estagnação econômica na maior parte da região, revelam que esse modelo não foi suficiente para promover o desenvolvimento integrado entre indústria, agroindústria e a agricultura tradicional local, provocando o distanciamento e a desarticulação entre eles (PEDRÃO, 1998).

Atualmente, algumas transformações já são observadas na região, decorrentes de diversos empreendimentos e atividades implantadas, atraídos por incentivos fiscais e pelo interesse de empresários no investimento em outros ramos de negócio, como: agroindústria, citricultura e a avicultura, o que tem promovido certo dinamismo na economia regional.

Com relação às terras da região, percebe-se que ocorreu uma valorização nos locais próximos às rodovias e nos locais próximos aos rios, houve depreciação e esvaziamento, provocado pela queda da economia canavieira e a introdução de novos elementos na região. Um novo ciclo se formou através da utilização do transporte rodoviário, desarticulando a estrutura de transporte ferroviário e marítimo; os portos que outrora foram de fundamental importância ao desenvolvimento econômico da região, foram desarticulados, embora hoje já exista perspectivas de resgate do transporte aquaviário.

A melhoria do sistema de transporte rodoviário aproximou as cidades do Recôncavo do mercado de Salvador, tornando mais vulneráveis as variações de emprego, atingindo diretamente o trabalhador rural. As menores cidades do Recôncavo e seus povoados sofreram os efeitos negativos com a redução de oferta de trabalho, resultando na migração da maior parte da população ativa para outros centros, em busca de emprego.

Assim como na matriz brasileira de transportes, as rodovias são ainda o principal modal logístico usado para a condução de mercadorias na Bahia. O desafio atual

da Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA), que administra os portos na Bahia, constitui-se em resgatar a importância do transporte marítimo, através de investimentos para modernizar as operações logísticas e de movimentação das cargas, além de proporcionar melhor adequação para a recepção do fluxo crescente de passageiros de cruzeiros turísticos.

Em 1996, foi criado o Centro Náutico da Bahia – CENAB, tendo como um dos objetivos, a captação de eventos de porte, incorporando a Baía de Todos os Santos nos circuitos mundiais de competição aquática. Fazendo parte desta estratégia, inaugurou-se uma marina pública em Itaparica, e novos empreendimentos em hotéis, *resorts* se instalam na zona costeira da baía. Em conformidade com interesses públicos e privados criou-se uma plataforma para o desenvolvimento de um polo náutico internacional na BTS, atendendo a atividade turística crescente no Estado da Bahia.

O novo Terminal Marítimo de Passageiros do Porto de Salvador está com as obras em fase de conclusão, com previsão de inauguração para meados de 2015 (CODEBA, 2014). O terminal será contemplado com um espaço moderno, com restaurantes panorâmicos, e áreas destinadas às atividades culturais e de lazer. A ideia é fazer com que o local, que descortina para a BTS, a partir da Avenida da França, seja motivador para a recuperação do patrimônio arquitetônico do bairro, um dos mais diversificados do país, com influências portuguesa, italiana, alemã, inglesa, e do modernismo brasileiro.

Um novo complexo industrial está sendo instalado no Recôncavo da Bahia, o Polo da Indústria Naval. As obras foram iniciadas nos municípios de Maragogipe e Saubara. Este polo foi implantado com o objetivo de atender à crescente demanda da indústria de óleo e gás do pré-sal e do pós-sal e a revitalização da indústria naval na BTS; formado pelo Estaleiro Enseada do Paraguaçu (EEP), Estaleiro da Bahia (EBASA) e Estaleiro de São Roque (ESR).

Fruto de um investimento privado de grandes grupos empresariais, os estaleiros serão especializados em desenvolver projetos complexos de engenharia naval, construção e operação de embarcações *offshore*. Atualmente, gera milhares de oportunidades de trabalho nas suas obras e, após o início das operações, vai criar,

segundo as empresas responsáveis pelo investimento, empregos diretos e indiretos, iniciando um novo ciclo econômico no Recôncavo, estimulando o desenvolvimento de uma ampla cadeia de fornecedores e promovendo uma política que provocará uma série de melhorias, visando a qualificação do entorno, além da contratação de mão de obra local (BRASIL, 2014).

O crescimento da demanda pelas atividades turísticas, a implantação do polo naval, a inauguração de novas universidades e a perspectiva de construção da ponte que irá ligar Salvador à Ilha de Itaparica, provocam novas movimentações territoriais nesta região. Consequentemente, as perspectivas atuais sobre as questões do Recôncavo versam em torno da construção de políticas públicas de inclusão social, dos novos empreendimentos, do fortalecimento das estruturas econômicas, sociais e culturais, da agricultura familiar, dos assentamentos de reforma agrária, bem como dos remanescentes quilombolas. Os diferentes estágios de crescimento que estas cidades passaram evidenciam a necessidade de promover melhor aproximação entre as intervenções públicas e a participação das populações locais.

1.3 O RECÔNCAVO E O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO CONDE

No período da colonização essas terras, que hoje pertencem ao município de São Francisco do Conde, localizadas geograficamente no Recôncavo da Bahia, eram ocupadas pelos aborígenes: tupinambás, carijós negros, caetés e potiguaras, que foram exterminados pelos desbravadores. Esse território, segundo Pedreira (1976), estava incluído na Sesmaria doada a Fernão Rodrigues Castello Branco, pelo 3º Governador-geral do Brasil, Mem de Sá, por carta, em 25 de junho de 1559. De acordo com Pinho (1982), a doação a um amigo constituiu num artifício que o governador utilizou para que, de forma discreta, esse território chegasse às suas mãos, o que foi concretizado em 8 de julho de 1560.

Mem de Sá, em 1563, construiu neste território o “Engenho Real de Sergipe”, um dos maiores do Recôncavo e que possuía numerosos escravos para os serviços da lavoura da cana-de açúcar. Com sua morte em 1572, na cidade de Salvador, e em conformidade com seu testamento, a Sesmaria passa para seu filho Francisco

de Sá, vindo este a falecer neste mesmo ano. Após a morte do irmão, D. Filipa, única herdeira, casou-se com Fernando de Noronha, Conde de Linhares e vieram morar no Brasil. Por conta dessa união, o engenho passou a ser cognominado por “Engenho Real de Sergipe do Conde”, ou simplesmente, “Engenho do Conde” (LEITE, 1945).

Com o falecimento do Conde de Linhares, em 13 de março de 1609, sua viúva Filipa de Sá se recolhe na Quinta das Telheiras em Portugal e doa os seus bens aos Colégios de Jesuítas: de Santo Antão (Lisboa) e de Salvador, como também aos religiosos franciscanos e à Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Em 1759, na época da expulsão dos jesuítas do Brasil, o engenho e as terras foram confiscados e vendidos a particulares (PEDREIRA, 1976).

No Recôncavo setecentista, dentre as cinco vilas criadas pela Coroa, estava a Vila de São Francisco da Barra de Sergipe do Conde, que era constituída por doze freguesias³, com o decorrer dos anos a maioria delas foi desmembrada dos seus domínios, por meio de emancipação, reduzindo sua extensão territorial e permanecendo apenas três: São Gonçalo (Sede), Nossa Senhora do Monte e Nossa Senhora do Socorro (Figura 5).



Figura 5 – Mapa das Freguesias da Vila de São Francisco da Barra de Sergipe do Conde
Fonte: Elaborado por Graça Dias, 2010

³ Freguesias eram as antigas divisões eclesiásticas que por muito tempo serviram de marco para a criação e desmembramento de municípios.

Os ricos solos de massapé favoreceram, nessa região, o desenvolvimento de uma próspera agroindústria açucareira. Segundo relato de Pedreira (1976, p. 112), em 1757 existiam muitos engenhos na Vila da Barra do Sergipe do Conde, conforme especificado no Quadro 1.

FREGUESIAS	ENGENHOS
São Gonçalo (sede)	Cajaíba, São José, Vanique, Marapé, Dom João, Macaco das Pedras, Gurgainha, Gurgaia, Colônia, Bananeiras, São Lourenço, Buranhem, Capim Mirim, Fazenda do Meio, Itatigui, Piriquera, Macaco, Santa Clara, Ladeira.
Nossa Senhora do Monte	Guahyba, Engenho de Baixo, Engenho D'Água, Povoado do Vencimento, Monte, Paramirim, Cassarangongo, Quibaca, Maracangalha, Cabaxi, Sapucaia, Pinheiro, Pouco Ponto, Limoeiro, Grama, Lagoa, Santa Cruz, Quissengo, Engenho Novo, Bonfim, Mombaça, Mucury, Cravassú, Ilhas das Fontes.
Nossa Senhora do Socorro	Santo Estevão, São Lourenço, Almas, Copa, Cinco Rios, São Gonçalo, Pindoba, Piedade, Mataripe, Barreto, Tanque, Cobé, São Paulo.

Quadro 1 – Freguesias da Vila de São Francisco da Barra de Sergipe do Conde (1757)

Fonte: Pedreira, 1984, p.113-115

Para manutenção e funcionamento dos engenhos foi utilizada mão de obra escrava, vinda da África para trabalhar na lavoura da cana. O comércio se desenvolvia em torno das produções agroindustriais dos engenhos e dos frutos do mar e dentre outros cultivos como: banana, laranja, mandioca, fumo, etc., vendidos nas feiras livres.

Na segunda metade do século XIX inicia-se um período de declínio da lavoura de cana de açúcar, provocado, principalmente, por: pragas que atacavam os canaviais, transferência de escravos para a lavoura de café em São Paulo e perda de pessoas nas guerras e conflitos da região. Como também, pelos agentes externos: produção de açúcar da cana nas Antilhas e de açúcar de beterraba na Europa, com técnicas modernas.

Com a extinção do tráfico de escravos, o problema da mão-de-obra foi agravado e os equipamentos disponíveis não podiam suprir essa deficiência, pois se encontravam obsoletos, atuando quase que nas mesmas bases do início da colonização.

Visando a superação da crise instaurada, o Governo Imperial em 1859, cria o Imperial Instituto Bahiano de Agricultura (IIBA) no Engenho de São Bento das Lajes, localidade pertencente aos Beneditinos, na Vila de São Francisco da Barra de Sergipe do Conde. O IIBA foi a primeira instituição de ensino e pesquisa agropecuária no Brasil, criada com o objetivo de reverter a decadência das lavouras de cana-de-açúcar, onde foram desenvolvidas pesquisas e experimentos que propiciaram, também, a expansão e consolidação das lavouras de fumo, mandioca e algodão no Recôncavo da Bahia. Como consequência, houve uma difusão de cunho científico e cultural na Bahia, que repercutiu em outras áreas, favorecendo o surgimento de outras instituições em áreas afins como: Instituto do Cacau da Bahia (ICB) e o Instituto Baiano do Fumo (IBF), contribuindo para consolidação da pesquisa agrária na Bahia (SANTOS, 2006).

Em 1994, o IIBA encerrou suas atividades em consequência da suspensão dos subsídios que recebia para a sua manutenção, dos senhores de engenho. A partir daí, esta Instituição passa a ser administrada pelo Estado da Bahia, transferindo-se para a capital.

Outro recurso empregado para recuperação da agroindústria açucareira foi a criação dos Engenhos Centrais ou Usinas, caracterizados pela introdução da modernização da indústria da cana-de-açúcar, com a incorporação de técnicas e equipamentos industriais. As usinas aparecem com realidade social, econômica e tecnológica muito diferenciada dos primitivos engenhos. Incorporando novos avanços tecnológicos, utilizando o bagaço da cana como combustível; equipamentos para fabrico do açúcar refinado; utilização da eletricidade como força motriz, etc. Diante desta realidade os engenhos vão acabando e as usinas vão incorporando às suas propriedades os antigos engenhos e os seus imóveis, como casas, capelas e demais construções dessas áreas. Pela falta de interesse dessas instituições em preservar os imóveis, e a falta de uma política que visasse a proteção desses bens, estes foram relegados ao abandono. As usinas, aos poucos, foram encerrando suas atividades e das 323 usinas existentes no Recôncavo, só uma, atualmente, encontra-se em atividade – a Usina Aliança (BRANDÃO, 1998).

A Vila de São Francisco da Barra do Sergipe do Conde foi elevada a categoria de cidade pelo decreto Estadual de 30 de março de 1938, passando a denominar-se São Francisco do Conde em 1943. A recuperação econômica da cidade só aconteceu a partir de 1947, com o início da exploração de petróleo e inauguração, em 1950, da Refinaria Landulpho Alves - Mataripe (RLAM), denominação em homenagem ao engenheiro e político baiano que lutou pela causa do petróleo no país e pela criação da Petrobrás.

O município de São Francisco do Conde, a partir de 1973, integra a microrregião de Salvador e a Mesorregião Metropolitana de Salvador, estando situado no Território de Identidade 21 – Recôncavo. Dista 66 km de Salvador, limitando-se com os municípios de Candeias, Madre de Deus, Santo Amaro e São Sebastião do Passé, sendo banhado por três rios: Sergipe do Conde, Jacuípe e Joanes. Possui área de 266,631 Km² e população de, aproximadamente, 36.677 habitantes (IBGE, 2013). Possui três distritos: onde está instalada a Sede, Monte Recôncavo e Mataripe (Figura 6).



Figura 6– São Francisco do Conde, seus distritos, limites e a RLAM

Fonte: www.pmsfc.ba.gov.br/origem.asp

As modificações provocadas pela transição da economia açucareira para a do petróleo interferiram no perfil socioeconômico da região, atingindo a lavoura de subsistência e o que restou da agroindústria açucareira. A região do Recôncavo até 1960 configurou-se como única província petrolífera do Brasil, onde foram descobertos os campos de Lobato/Joanes em 1939; Candeias em 1941; Aratu e Itaparica em 1942; Dom João/São Francisco do Conde em 1947; Pedras em 1950; Paramirim e Água Grande em 1951; Mata de São João/Pojuca/Central em 1953 e os campos marítimos da Baía de Todos os Santos.

A zona rural de São Francisco do Conde sofreu o impacto da exploração do petróleo - pesquisa, lavra, refinação e transporte deste produto - provocando um choque entre a economia e a sociedade locais. Havia uma expectativa da população motivada pelas forças políticas e econômicas da região, de que a Petrobrás iria contribuir para a sua melhoria econômica. Porém, isto não se concretizou de forma favorável à população local, pois a classe social oriunda das atividades desta empresa surge a partir das etapas vinculadas à implantação e exploração do petróleo, sendo constituída de operários e técnicos especializados que se superpõem ao território, com características divergentes da realidade local.

A indústria do petróleo absorveu pequeno contingente da população local, para atuação em funções menos qualificadas, que apesar disso, provocaram alterações significativas nas relações de trabalho e no poder aquisitivo dessas pessoas, pois suas atividades eram regulamentadas através de contratos, desaparecendo a estrutura patriarcalista tradicional.

Em 1949 foram introduzidas, com êxito, no município outras lavouras, entre elas o cacau e o dendê, que depois se difundiu para todo o Recôncavo, além do cultivo em extensas áreas de eucaliptos, pinheiros e bambu. Com isto, a paisagem foi redesenhada e os canaviais reduzidos (BRITO, 2004).

Para além da paisagem, esta realidade histórica e social produziu particularidades nos modos de vida e na cultura das populações locais. O sistema econômico implantado anteriormente nessa região fomentou a formação de uma sociedade de aspecto senhorial e aristocratizante, composta pela massa trabalhadora escrava e

livre. Destaca-se na região um número expressivo da população de negros e pardos, descendentes de escravos.

A cidade apresenta uma tradição de forte religiosidade vinculada às histórias e costumes dos portugueses e escravos. A religião predominante em São Francisco do Conde, assim como, em grande parte do Recôncavo é o catolicismo, porém existem, também, os adeptos do candomblé e do protestantismo, em pequena proporção. Costa Pinto (1958) já destacava que esta população estabelecia relações sociais que tiveram como base a convivência com um modelo peculiar de empresa capitalista – o engenho e sua economia de exportação – como também, as formas mais rústicas de organização social do pequeno roceiro e do pescador típico do Recôncavo.

Em tempos recentes, os costumes e as tradições populares, ainda fazem parte da cultura local que continuam sendo transferidas para outras gerações. O município detém significativas manifestações culturais identificadas como patrimônio imaterial, dentre elas o samba chula, forma musical-coreográfica da região praticado, sobretudo, por afro-brasileiros, uma variante do samba de roda que, em 2005, foi incluída pela Unesco na sua III Declaração de Obras-Primas do Patrimônio Imaterial da Humanidade.

São Francisco do Conde arrecada uma das maiores rendas *per capita* dos municípios brasileiros, de acordo com dados do IBGE (2013), obtida através do imposto arrecadado com o refino do petróleo, se comparado com as demais localidades próximas, o município possui recursos financeiros excepcionais, em especial, pelo tamanho da sua população, relativamente pequena, quando equiparada com os índices de crescimento populacional de outras cidades próximas, como Candeias e Camaçari.

Os impactos da industrialização atingiram diretamente algumas localidades, em função da proximidade com a Refinaria Landolfo Alves em Mataripe (RLAM), que servem de apoio habitacional aos operários, contribuindo para o aumento do consumo no comércio local, melhoria da infraestrutura e do oferecimento de serviços em geral. Num relatório da CONDER (1978, p.19), sobre São Francisco do Conde, observa-se o seguinte texto:

Do ponto de vista socioeconômico, o principal problema do município concentra-se no fato de que, malgrado o aumento da arrecadação municipal, os benefícios sociais advindos da industrialização parecem ter se refletido muito pouco sobre a população local.

A riqueza do município não significou, para a maior parte da população, uma melhoria das condições de vida. Atualmente, possui um elevado índice de desemprego, em função da inexistência de ações socioeconômicas que promovam o desenvolvimento sustentável na região. A não capacitação da mão-de-obra local, desde o período da implantação da Petrobrás e seus derivados, impediu o seu aproveitamento, embora, na atual gestão do município, haja indícios de preocupação em formar profissionais aptos a serem inseridos no referido mercado de trabalho.

1.3.1 Formação socioespacial de São Francisco do Conde

A cidade de São Francisco do Conde (Figura 7) foi edificada sobre um cabo que avança para a Baía de Todos os Santos na foz do rio Sergipe do Conde, em frente à Ilha de Cajaíba. A área onde está situada a sede do município desenvolveu-se ao redor duma localidade denominada Sítio e na antiga Freguesia de São Gonçalo do Amarante (PEDREIRA, 1976).



Figura 7: Vista aérea de São Francisco do Conde
Fonte: Prefeitura de SFC, 2012

Predominam nas cidades do Recôncavo as características do urbanismo colonial português, com a Igreja Matriz e a praça da Casa da Câmara e Cadeia em destaque; apresentando ruas contíguas à essa praça, com certa linearidade, com zona comercial portuária, determinando o eixo principal de centralidade (ANDRADE, 2013).

A cidade se expandiu sobre um sítio acidentado, com ruas de trama irregular, descendo pela encosta até o porto, com traçado urbano primitivo, originário do século XVII, onde se destacam edifícios e monumentos relevantes. De acordo com Schwartz (1988, p. 89):

Na década de 1620 os franciscanos erigiram uma capela e um convento em uma colina na orla da baía, e o local tornou-se núcleo de um pequeno povoado, o qual lentamente começou a adquirir função de cunho militar, comercial e administrativo.

A presença da Igreja Católica no Brasil Colonial se estendeu aos diversos campos político, econômico e social, com seus reflexos no espaço urbano. Não era por acaso que as igrejas eram reconhecidas como marcos de referência na paisagem das cidades coloniais, pois suas localizações, decorrentes de determinações eclesiásticas e, em muitos casos, foram pontos de geração de povoados.

A igreja matriz foi edificada no centro da freguesia, em área física que funcionava como polo atrativo para o adensamento populacional e urbano, promovendo a expansão da cidade. Como vetor de crescimento urbano, a igreja paroquial exerceu um papel de grande importância na cidade, durante todo o período colonial, não apenas em seu aspecto arquitetônico, como também, do ponto de vista da evolução e constituição da malha urbana (Figuras 8 e 9).



Figuras 8 e 9 – Igreja Matriz de São Gonçalo (Fachadas Principal e Posterior)
Fonte: acervo da autora, 2012

A cidade possui uma forte religiosidade ligada às histórias e costumes dos portugueses e escravos, tendo o catolicismo como religião predominante, como em grande parte do Recôncavo. A identidade religiosa de seus habitantes está ligada à cultura, ou à tradição cultural, de suas heranças.

Ao observar a cidade, seu patrimônio, pode-se compreender a formação inicial do espaço urbano do período colonial. Foi a igreja, segundo Sergio da Mata (2002, p. 43), considerada como: “o espaço primordial onde se formou uma parcela significativa dos embriões de cidades brasileiras”. O município é classificado como de pequeno porte (IBGE, 2013), possui bens patrimoniais representados por monumentos e casarios, que mesclam a arquitetura barroca e colonial, uns com características originais preservadas, outros em estado de degradação (Figuras 10 e 11).



Figuras 10 e 11 – Casa da Câmara e Cadeia (hoje Prefeitura) e Casario
Fonte: Acervo da autora, 2012

Dentre os bens do município, 21 foram inventariados num levantamento realizado no IPAC-SIC, na década de 1970, confirmando seus valores e sugerindo seus reconhecimentos legais; dentre estes, dois foram tombados e três ainda continuam em processo de tombamento. O Sobrado e Fábrica do Engenho Cajaíba e o Mosteiro de São Bento das Lajes são tombados pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC) (Figuras 12 e 13).



Figura 12 – Sobrado e Fábrica do Engenho Cajaíba
Fonte: Prefeitura de São Francisco do Conde, 2000



Figura 13 – Mosteiro de São Bento das Lajes
Fonte: IPAC, 1981

O Mosteiro e Engenho de São Bento das Lajes pertencia aos beneditinos, que cederam ao Governo Imperial em 1859, para a fundação do Imperial Instituto Bahiano de Agricultura (IIBA). Essa região foi vastamente explorada pela indústria açucareira desde o século XVI, onde se instalaram os primeiros grandes engenhos e onde se encontra um rico patrimônio rural.

A Casa Grande e a Capela do Engenho São Miguel das Almas (Figura 14), foram tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em junho de 1944; na descrição realizada para o processo de tombamento, consta que o engenho foi fundado entre a segunda metade do século XVI e início do XVII, durante a expansão da cultura da cana-de-açúcar no Recôncavo da Bahia, tendo pertencido a uma das mais influentes famílias da região (IPHAN, 1944, p. 1). Neste documento foi realizada uma rica descrição das edificações, quanto a sua forma, partido arquitetônico, materiais construtivos e elementos decorativos encontrados, chegando a destacar “a ensablagem delicada das esquadrias, e a renda das grades de ferro dos balcões” da casa, assim como os ornamentos da Capela de São Miguel das Almas (IPHAN, 1944, p. 2-3).

Atualmente, o engenho está em ruínas, situado sobre “uma ondulação de massapê de onde avistam pastagens, antigamente ocupadas por lavouras de cana de açúcar” (Relatório IPAC, 1982) Verifica-se que, embora tombado, há mais de sete décadas, atualmente, o conjunto rural encontra-se em ruínas, devido a ausência de ações de proteção eficazes para a sua salvaguarda.



Figura 14 - Engenho São Miguel das Almas (1940)
Fonte: Pinho, 1982

A Igreja e Convento de Santo Antônio está em processo de tombamento no IPHAN, desde 1980 (Figura 15). Na zona rural ainda são encontrados alguns monumentos do período colonial, embora a maioria já se apresente em avançado estado de degradação. É possível identificar nos vestígios dessas construções, características que evidenciam a natureza das antigas atividades econômicas da

região e a sua estrutura social, como: casas de engenhos, capelas, senzalas, casas de purgar, fornos, olarias, aquedutos, portos, caminhos, estruturas defensivas, etc. Alguns engenhos foram restaurados e, atualmente, são utilizados para eventos, como o Engenho D'água com sua Capela octogonal (Figura 16).



Figuras 15 – Convento e Igreja de Santo Antônio
Fonte: Acervo da autora, 2012



Figura 16 - Engenho D'Água
Fonte: Pref. de S. Francisco do Conde-BA, 2000

Dentre os monumentos relevantes, pertencentes ao município, destacam-se a Igreja de Nossa Senhora do Monte e a Capela Nossa Senhora do Vencimento, construídas no século XVII e XVIII e localizadas no Distrito de Monte Recôncavo; por se constituírem no objeto deste estudo, serão analisadas detalhadamente.

As manifestações culturais da era colonial ainda são preservadas, mantidas como herança e como motivo de orgulho da população. São apresentadas publicamente em datas comemorativas, ou seja, nas festas de junho (Santo Antônio, São João e São Pedro), no carnaval e na festa do padroeiro São Gonçalo, em 28 de janeiro. Sua população é religiosa, predominantemente católica, e a devoção é bem marcante.

O crescimento demográfico e econômico de Salvador reflete diretamente no Recôncavo da Bahia que, por sua vez, está diretamente ligado a São Francisco do Conde. Na década de 1980 houve um declínio populacional provocado pela migração da população ativa em busca de mercado de trabalho. Posteriormente, iniciou-se um aumento gradativo da densidade demográfica em decorrência da implantação de universidades, cursos técnicos profissionalizantes e novos empreendimentos na região (Quadro 2).

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO							
	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010	2013
S. Francisco do Conde	11.181	18.200	20.738	17.835	20.238	26.282	33.183	36.677

Quadro 2 – Aspectos demográficos de São Francisco do Conde

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2013.

A implantação da Petrobrás no território de São Francisco do Conde ocorreu em área muito distante do núcleo central, o que não contribuiu para o crescimento populacional e do comércio deste município. Esta situação veio a favorecer Mataripe, Madre de Deus e Candeias, regiões que ficavam mais próximas à RLAM, uma vez que seus funcionários optaram por usar os serviços dessas localidades como também, em muitos casos, fixar residência.

Com o processo de desenvolvimento ligado à presença da indústria do petróleo, ao longo destes 60 anos, e pela ausência de planejamento urbano, ocorreu um crescimento desordenado, gerando problemas de diversas ordens, desde os relativos ao espaço físico territorial, com ocupações em áreas de risco e ambientalmente frágeis, até a desigualdade social, pois embora seja uma cidade que possui riqueza advinda da extração do petróleo, reflete um mapeamento de pobreza de graves proporções.

O investimento no turismo vinculado ao patrimônio histórico e cultural constitui-se numa das prerrogativas atuais do município, como mecanismo para o desenvolvimento regional e estratégia de agregação de valores do cidadão, sua cultura, suas produções, seus saberes e fazeres, propiciando a integração dos setores econômicos e sociais em prol de um objetivo comum: melhorar a qualidade de vida da população, redinamizar a economia e alavancar o desenvolvimento do município.

CAPÍTULO II

PATRIMÔNIOS EM DESTAQUE SÃO FRANCISCO DO CONDE / BA

2.1 – MONUMENTOS RELIGIOSOS EM DESTAQUE

Os patrimônios religiosos destacados neste capítulo, referem-se aos monumentos, objeto deste estudo: Igreja de Nossa Senhora do Monte e Capela de Nossa Senhora do Vencimento, pertencentes ao Município de São Francisco do Conde e situados no Distrito de Monte Recôncavo e no seu Povoado Vencimento, respectivamente (Figura 17).



Figura 17: Mapa de São Francisco do Conde com a localização dos Monumentos
Fonte: Elaborado por Graça Dias, 2014

O Distrito de Monte Recôncavo está localizado a 6 km da sede do Município de São Francisco do Conde e o Povoado do Vencimento a 8 km. Ambas as localidades, mantêm características do traçado urbano original, com pequenas alterações, tendo a Igreja como elemento de destaque.

As igrejas apresentam tipologia dominante na época, representada por planta longitudinal de nave única e capela-mor em menores proporções, característica da arquitetura religiosa baiana, construída até o século XVIII, com partido de plano retangular, mantendo uma certa padronização com as igrejas e capelas da região.

Algumas igrejas construídas no século XVII e XVIII, na zona rural da Bahia, têm semelhança com o estilo arquitetônico “desornamentado” empregado em Portugal, nesse mesmo período, que foi denominado por Kubler (1988), de *plain architecture*, termo traduzido para o português como “arquitetura chão”, chegando ao Brasil por meio dos jesuítas e engenheiros militares. Este estilo tardo-renascentista ou maneirista, contribuiu para a construção de igrejas de caráter austero e plano, tanto internamente quanto externamente, com fachadas compostas por figuras geométricas básicas, frontões triangulares, janelas retangulares e paredes marcadas pelo contraste, entre a pedra das pilastras e as superfícies brancas, com decoração escassa, limitando-se, em geral aos portais.

A partir do século XVII, começaram a utilizar um estilo encontrado em Portugal e muito adotado nas igrejas da Bahia, com uma solução um pouco mais evoluída, que caracteriza-se pelo uso de corredores laterais à nave, como varandas, apresentando aberturas, em arcadas, para o exterior (COSTA, 1975); estilo este, encontrado nas igrejas em estudo. Outra característica desta tipologia são os corredores laterais encimados por tribunas; corpo central da fachada apresenta-se com plano único e coroado por um frontão triangular clássico e portada central de maior proporção, ladeada por janelas à altura do coro.

No século XVIII, foi reduzido o uso das formas clássicas renascentistas, porém já havia uma preocupação de seguir os estilos em voga. Os elementos barrocos foram se sobrepondo nas fachadas das igrejas, como também começaram a ser utilizadas portadas e janelas com acentuado verticalismo, frontões curvos e coroamento das torres em forma bulbosa (BAZIN, 1983).

2.2 DISTRITO DE MONTE RECÔNCAVO

2.2.1 Aspectos geográficos, históricos e culturais

A origem do distrito de Monte Recôncavo remonta à antiga freguesia de Nossa Senhora do Monte, formada a partir da Vila de São Francisco da Barra de Sergipe do Conde, em 1698. A iniciativa de estabelecer novos povoados pelo Governo

português não se fazia à revelia do poder eclesiástico nos primeiros tempos da conquista. O símbolo maior da Igreja se fazia presente de modo singular, as edificações religiosas eram implantadas em pontos de visibilidade privilegiada, sendo o edifício dominante do conjunto arquitetônico que se desenvolvia. Mas para a administração dos sacramentos era preciso que o templo religioso viesse a existir oficialmente, sendo necessário constituir o seu patrimônio, o que se dava por meio de doações de terras pelos moradores mais abastados que estariam sobre a tutela espiritual da igreja.

A conformação dos aglomerados urbanos no período colonial tem estreita relação com a constituição do patrimônio religioso e esta, com a formação dos espaços públicos de uso comum, especialmente quanto à concessão de terras e a sua efetiva obtenção. Muitos povoados tiveram início a partir da concessão de terras para a construção de uma capela e, em seguida, para que nesse pequeno templo pudessem ser exercidos os sacramentos religiosos, era preciso constituir o seu patrimônio. Segundo Murilo Marx (1989, p. 38), tais patrimônios:

[...] constituíam porções de terras cedidas por um senhor, ou por vários vizinhos, para servir de morada e de meio de subsistência a quem desejasse morar de forma gregária e voltada para certas atividades ou que tivesse, no fundo, outro tipo de relacionamento de trabalho ou de troca com os doadores. Os grandes concessionários de terras desfaziavam-se eventualmente de pequena parte do que detinham para atender à população não possuidora de chão e para se valer de sua instalação gregária próxima, produtiva e consumidora. Entre o mundo rural e o urbano – menos quanto ao resultado físico do que como processo social – desabrochavam então pequenas povoações alterando a paisagem e, lentamente, o meio social.

Para a formação desse patrimônio, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707), instituiu, segundo Sergio da Mata (2002, p. 93), a seguinte determinação:

Todo templo que se quisesse edificar deveria se dotado de uma renda mínima capaz de garantir sua conservação. Tal quantia era estipulada em 6.000 réis anuais. Este fundo era o *patrimônio* da capela. Porém, e na maioria dos casos, prevaleceu uma outra modalidade: a doação de uma porção de terra (igualmente chamada *patrimônio*) 'ao santo'. Via de regra a capela era ali erigida. Quem pretendesse construir uma casa no referido patrimônio estava obrigado a pagar uma taxa anual (*foro*) a um administrador (*fabriqueiro*). Em tese, esse sistema garantia a consecução dos mesmos objetivos que a doação em dinheiro. O predomínio dos patrimônios em terras demonstra que os doadores estavam certos de que em torno das capelas surgiriam casas. Do contrário é difícil aceitar que a autoridade eclesiástica aceitasse tal prática.

Era justamente por acreditar no surgimento dessas casas, no entorno da igreja que o doador esperava auferir algum lucro posterior pois esses moradores terminariam por utilizar, as terras do doador também, para o plantio ou para a pecuária, tendo de lhe pagar o foro anual, assim como ele tinha que pagar à Igreja. Igualmente, esta doação de terras à Igreja tinha interesses religiosos – salvação da alma, perdão dos pecados do doador e de seus descendentes, além do recebimento de privilégios, como ser enterrado no altar-mor da Igreja – e econômicos, pois o doador podia explorar suas terras através do foro que lhe era pago pelos moradores que iriam se localizar perto, e em terras doadas por ele à igreja. Sendo assim o doador de terras para a igreja era frequentemente o construtor do templo religioso inicial e considerado o fundador da localidade.

O povoamento inserido no processo de colonização visava, prioritariamente, a ocupação e o domínio da terra, e a instalação, como forma de expansão, de uma sociedade. Esta povoação, segundo Costa (2007), foi estabelecida no ponto mais alto da região, o Monte Tamarari, situado a 180 m acima do nível do mar; sendo aí erigida a primeira Igreja de Nossa Senhora do Monte, no século XVI. A localização privilegiada deste edifício no núcleo destacado, também funcionava como ponto de atração do crescimento urbano (Figura 18).



Figura 18 - Vista aérea de Monte Recôncavo com sua Igreja dominante.
Fonte: Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde, 2011

A disseminação da fé, como instrumento de expansão territorial, e a conversão dos índios e escravos ao catolicismo constituíam-se na missão jesuítica e nos interesses da Coroa. Como principal instrumento de catequização e formação dos núcleos coloniais, a fé estava inserida no contexto do colonialismo português. A presença da Igreja Católica no período colonial brasileiro foi marcante, se estendendo para os campos político, econômico e social, como também, refletindo no espaço urbano. O papel de destaque da igreja na configuração dos núcleos urbanos coloniais foi objeto de estudo do professor Murilo Marx (1989), onde ele defende a tese de que o modo pelo qual se formalizou a união da Igreja Católica com o Estado Português, na empresa de colonização, condicionou muitas das peculiaridades da conformação urbanística das cidades e vilas coloniais, ou seja, ressalta o vínculo entre Igreja e Estado, como fator preponderante para a compreensão da formação dos aglomerados urbanos e a estruturação da rede de cidades.

A sociedade colonial brasileira era escravista, fortemente hierarquizada e apresentava profunda separação entre as camadas sociais, que viviam sob forte tensão. Cabia à igreja o papel de controlar a população, o que foi muito bem exercido, principalmente através de seus sacramentos, que eram obrigatórios e regidos pelas leis canônicas, pois regulavam a vida do cristão, desde seu nascimento até a sua morte (VIDE, 1719).

Para administrar a religião e controlar a população de forma eficaz, a Igreja Católica dividia o território físico-espacial, dos núcleos urbanos, em unidades menores, chamadas de Freguesia, lugar onde habitavam os fregueses, os filhos da igreja (MARX, 1991). A freguesia estava sob a responsabilidade de uma autoridade eclesiástica, que administrava a igreja paroquial, também chamada de igreja matriz, que correspondia ao seu núcleo, em torno do qual giravam as atividades religiosas e sociais.

Esta região possuía uma grande extensão territorial, onde estavam distribuídos 24 engenhos, no século XVIII: Guahyba, Engenho de Baixo, Engenho D'Água, Povoado do Vencimento, Monte, Paramirim, Cassarangongo, Quibaca, Maracangalha, Cabaxi, Sapucaia, Pinheiro, Pouco Ponto, Limoeiro, Grama, Lagoa,

Santa Cruz, Quissengo, Engenho Novo, Bonfim, Mombaça, Mucury, Cravassú, Ilhas das Fontes (PEDREIRA, 1976).

Nas sedes das freguesias, as igrejas paroquiais detinham o controle da população, por meio dos registros dos nascimentos, dos batismos, dos casamentos e dos óbitos. Os censos demográficos eram realizados a partir das listas que os párocos faziam dos comungantes e dos que se confessavam. Alguns desses registros chegaram até os nossos dias, o que possibilita conferir estes recenseamentos, servindo de valiosa fonte de pesquisa sobre as cidades. Portanto, as igrejas matrizes exerciam funções político-administrativas próprias do poder público (MATTOSO, 1994).

Em 1757, o padre Miguel Teixeira Pinto deixou importante documento comprobatório dos dados demográficos e geográficos da região, os engenhos e capelas que integravam a freguesia, onde relatou:

Tem essa freguesia de Nossa Senhora do Monte 460 fogos e 3.884 pessoas das quaes são 323 de confissão somente, e 3.561 de comunhão. Tem a sobredita freguesia 3 legoas de comprido, e legoa e meya de largo⁴.

Ainda neste documento ele relatou a existência de 23 engenhos, 12 capelas e 8 oratórios particulares, além de citar a Ilha das Fontes, pertencente a esta freguesia e que abrigava três fazendas. Os registros de casamento e de batismo realizados em Monte Recôncavo, no período de 1705 a 1967, há quase três séculos, encontram-se guardados no arquivo do Convento de Santo Antônio, em São Francisco do Conde, no Laboratório Eugênio Veiga da Universidade Católica do Salvador (responsável pela restauração e manutenção do Arquivo da Arquidiocese da Bahia) e no Arquivo Público do Estado da Bahia. Constam nesses livros os registros efetuados pelos padres, dos sacramentos da população livre e escrava, que ocorriam na Igreja de Nossa Senhora do Monte e nas Capelas das fazendas da região (Anexo A).

Esta região se constituiu numa das mais antigas áreas de ocupação humana do Brasil, devido as primeiras tentativas de povoamento que datam de metade do século XVI, a monocultura canavieira foi a principal responsável pelo processo de

⁴ Maço 609, p. 57-58, texto na forma de relatório, elaborado por vigários no ano de 1757.

formação econômico-social, o que contribuiu para a transformação deste local em grande centro produtor de cana-de-açúcar. Dessa forma, a organização desse território e a distribuição espacial de seus habitantes tiveram como base uma atividade rural.

No distrito de Monte Recôncavo, a igreja matriz de Nossa Senhora do Monte sempre desempenhou uma importante função, pois constituía-se num principal ponto de encontro da população. A vida da sociedade colonial estava relacionada diretamente com as atividades religiosas, as festas em devoção aos santos padroeiros das freguesias, as festas litúrgicas e demais celebrações do calendário católico, acompanhadas de novenas, pregações, missas, procissões, danças e folguedos, únicas oportunidades de encontro da população. Essas festas religiosas se revestiam de um caráter social, nas quais participavam todos os segmentos da sociedade, desde os representantes da nobreza até os escravos.

Na igreja católica, o núcleo da vivência cristã sempre esteve ligado à prática dos sacramentos: batismo, crisma, eucaristia, extrema unção e matrimônio, presentes no cotidiano da população. A vida na paróquia se organizava em torno da administração desses sacramentos, necessários a toda comunidade cristã. Além dos sacramentos, existem também os sacramentais, dentre eles destacam-se as bênçãos, as procissões, a exposição do Santíssimo e as exéquias, ligadas aos ritos fúnebres. Diariamente os sinos comunicavam os acontecimentos: missas, nascimentos, casamentos, mortes e calamidades; todo o ciclo que marcava a vida social era remetido ao contexto da prática cristã católica, de modo que os sacramentos e os sacramentais tornavam-se referências em seu cotidiano (AZZI, 2001).

Dentre os rituais religiosos que se processavam no espaço das ruas, merecem destaque as procissões. Eram os que representavam melhor a opulência da Igreja, nos quais estavam organizados os vários matizes do sistema colonial, assim como a hierarquização da sociedade. O cortejo era organizado, exatamente como ordenado pelas Constituições, como um ajuntamento de fiéis dispostos “*com certa ordem*” (VIDE, 1719). Essa ordem representava a hierarquia da igreja e da sociedade, onde cada membro da sociedade ou cada grupo social ocupava no

cortejo o lugar que lhe correspondia, nada era aleatório. Assistia-se a um ritual de aparência religiosa, mas que encerrava no seu bojo, a correlação de forças políticas e sociais, próprias do mundo temporal, ou seja, era um retrato de como estava estruturada a sociedade colonial. A repetição dessa “representação”, no nível do imaginário servia para reforçar o poder instituído e a manutenção de uma ordem hierárquica, sendo até hoje preservado.

A história do povo dessa comunidade é o reflexo da história dos seus antepassados, o que contribuiu para o estreitamento dos laços familiares e sociais e para a efetivação da permanência dos seus habitantes nesta localidade. Existe uma grande identificação desse povo com o seu território o que consolida o sentimento de pertencimento.

Até o século XIX, esta comunidade era conhecida como freguesia de Nossa Senhora do Monte. Em 1911, com a divisão territorial dos municípios da Bahia, a referida freguesia recebe a denominação de Distrito de Monte Recôncavo, pertencente ao município de São Francisco do Conde, de onde dista cerca de 6 km, sendo composto pelos seguintes povoados: Almas, Vencimento, São José ou Engenho do Meio, Paramirim e Coroadó (SEPLAN, 2006).

2.2.2 Distrito de Monte Recôncavo na atualidade

O distrito, atualmente, possui uma área de, aproximadamente, 50,0 km², onde estão compreendidas: 12 ruas, 4 praças, 380 casas que abrigam, 3000 pessoas (IBGE, 2013). Os espaços mais frequentados pelos moradores dessa localidade são as praças (Figuras 19 e 20).



Figuras 19 e 20 – Praça da Igreja e Praça Nova
Fonte: Acervo da autora, 2013

A existência de uma política urbanizadora portuguesa para a Colônia, de acordo com Reis Filho (2001), é notada nas similaridades dos núcleos dessa região: ocupação pretérita, sítio, inserção produtiva na lógica colonizadora, acessibilidade. Onde cada núcleo produziu uma dinâmica própria de evolução, influenciadas pelas suas especificidades, não sendo diferente nesta região.

Este distrito possui tipologia simples, um traço urbanístico específico e comum às pequenas aglomerações coloniais: um sítio histórico ocupado e uma periferia que se expandiu (ANDRADE, 2013). Não obstante, a evasão demográfica de determinado período, mostra um contexto diferente da sua ocupação inicial, de pequeno aglomerado em torno da igreja (Figuras 21 a 23).



Figuras 21 e 22 – Rua da Igreja e Rua Nova Brasília
Fonte: Acervo da autora, 2013



Figura 23 – Centro Educacional Claudionor Batista
Fonte: Foto da autora, 2013

A pequena infraestrutura de serviços é constituída por três escolas, posto de saúde, cemitério, igreja católica, cinco igrejas evangélicas, terreiro de candomblé, três associações, grupos de samba e teatro, padaria, quatro mercadinhos, quitandas e barzinhos (Figura 24).



Figura 24 – Vista aérea do Distrito de Monte Recôncavo. Fonte: Google Earth.

- LEGENDA:**
- | | | |
|-------------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|
| 1 - IGREJA DE N. S. DO MONTE | 6 - CEMITÉRIO | 11 - CAMPO DE FUTEBOL |
| 2 - CASA DA IRMANDADE | 7 - ESCOLA DUQUE DE | 12 - CASAS POPULARES |
| 3 - CASA DE FARINHA | 8 - POSTO MÉDICO | 13 - ACESSO AO DISTRITO |
| 4 - PRAÇA DA IGREJA | 9 - PRAÇA NOVA | 14 - BA 525 |
| 5 - ESCOLA JOSÉ A. BULÇÃO | 10 - CENTRO EDUCACIONAL | |

As vias de circulação principais ou são asfaltadas ou pavimentadas por paralelepípedos, as demais possuem solo em terra batida (Figuras 25 e 26).



Figura 25 – Rua da Igreja
Fonte: Acervo da autora, 2013



Figura 26 – Rua Nova Brasília
Fonte: Acervo da autora, 2013

Seu sítio é acidentado, com ruas de trama irregular e traçado primitivo do século XVII. O casario é constituído, na maioria, de casas térreas de parede-meia, construções singelas e sem afetação, como observou Lúcio Costa (1937), procurando apenas atender ao programa de morar de seus proprietários (Figura 27). De acordo com os moradores, essas casas foram construídas por mão-de-obra escrava na época colonial, em taipa⁵, apesar de conservarem alguns aspectos do traçado original, sofreram intervenções estruturais, sendo algumas, ampliadas ou modificadas, num período mais recente.



Figuras 27 – Casario na Rua da Igreja
Fonte: Acervo da autora

⁵ Taipa de pilão, pau-a-pique, taipa de sopapo: sistema construtivo rudimentar do tempo da colônia, onde utiliza-se trama de madeira e sobre esta o barro, apertado com as mãos, daí o nome sopapo.

As residências mais próximas do núcleo urbano, apresentam boa estrutura; em sua maioria, reconstruídas em alvenaria, com paredes rebocadas, cobertas com telhas cerâmicas em duas águas, possuem três ou quatro cômodos e banheiro interno, sendo atendidas por rede básica de esgoto e abastecimento de água (Figuras 28 e 29). Nos lugares mais afastados a situação é distinta, denotando um padrão desordenado de ocupação, com a presença de habitações precárias, de taipa, com cobertura de zinco e materiais improvisados, possuindo um ou dois cômodos.



Figura 28 – Rua Nova Brasília
Fonte: Acervo da autora, 2013



Figura 29 – Rua do Cemitério
Fonte: Acervo da autora, 2013

Algumas fachadas acompanham a mesma linguagem de simplicidade e horizontalidade, com testadas reduzidas e o predomínio das superfícies cheias sobre os elementos vazados de portas e janelas com folhas de madeira tabuada. A partir do século XIX, com a introdução do neoclassicismo, as paredes caiadas em branco das fachadas, foram sendo substituídas por azulejo industrial. Gilberto Freyre, em seu livro *Casa Grande e Senzala* (2003), acentua a conexão existente entre o uso do azulejo, com o asseio, limpeza e claridade. Este material tornou-se indispensável na região, por garantir uma proteção eficaz contra as intempéries de um clima tropical, como a abundância de chuva e a ação do sol. Ainda nesta época, há a implementação de elementos ecléticos na fachada, como platibandas, que tiveram muita aceitação na região (Figura 29); como também, aberturas para novas janelas e varandas, geralmente, fechadas por grades. Essas, são utilizadas como elemento decorativo e não como proteção, pois a comunidade tem o costume de manter suas portas abertas (Figuras 30 e 31).



Figura 30 – Casas com platibandas
Fonte: Acervo da autora, 2013



Figura 31 – Casas com gradis de ferro
Acervo da autora, 2013

As principais atividades de subsistência são os trabalhos desenvolvidos na zona rural, nos muitos engenhos da região, no cultivo da cana-de-açúcar e da mandioca; pela proximidade com os rios, alguns até hoje, vivem da pesca e mariscagem. Da mandioca fazem a farinha, habilidade adquirida dos índios e muito utilizada pelos escravos, ainda hoje existem na localidade duas casas de farinha, que funcionam no fundo das casas, como pequenas indústrias rudimentares. A casa de farinha é o local onde transformam a mandioca em farinha, ingrediente usado na fabricação de vários alimentos, muito apreciado na região nordeste do Brasil. No período colonial, a farinha de mandioca era usada para a alimentação dos escravos, dos criados das fazendas e engenhos, além de servir como suprimento para os viajantes (Figura 32).

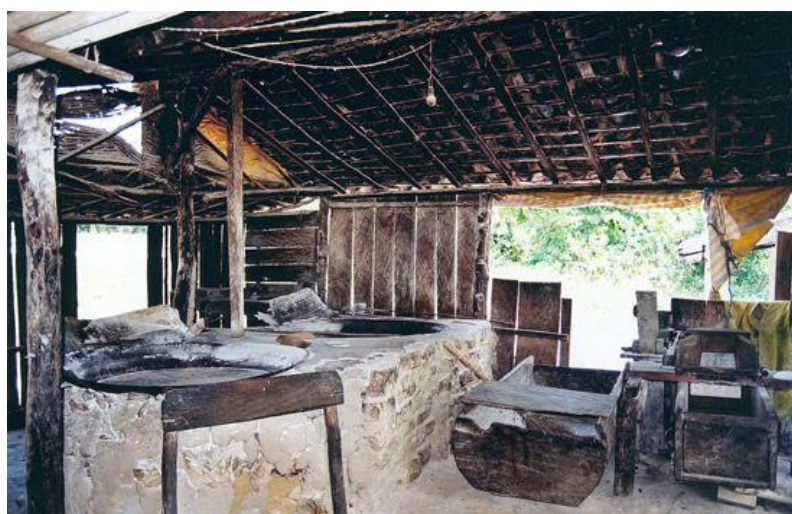


Figura 32 – Casa de Farinha
Fonte: Acervo da autora, 2012

Com o advento da Petrobrás, muitos moradores da localidade foram contratados para os serviços braçais, pois não possuíam qualificação para atuar em outras frentes de trabalho. A empresa e o município não ofereceram possibilidades de qualificação da mão-de-obra local disponível, que representava um grande percentual, pois a escassez do trabalho persistia desde a falência dos muitos engenhos, o que contribuiu para a emigração, de muitas pessoas, para outras regiões, em busca de emprego.

Uma pequena parcela dessa população, atualmente, presta serviços à Petrobrás ou às suas concessionárias, outros trabalham nas lavouras, na pesca ou são funcionários municipais. A renda familiar da maioria dos habitantes é muito baixa. Os funcionários públicos municipais (professores, serventes, auxiliares de serviços gerais, etc.), os aposentados ou os beneficiários de programas sociais constituem-se nos vetores econômicos da região e são estes proventos que garantem apoio e proteção social a diversos familiares e movimentam a economia local.

Alguns dos habitantes sentem-se desmotivados para o trabalho e, pela falta de oportunidades, acomodam-se à situação e vivem dos pequenos benefícios advindos dos programas sociais, o que propicia a ociosidade, contribuindo, também, para o consumo de bebidas alcoólicas, tornando-se comum a presença de jovens e adultos nos bares ou jogando partidas de dominó.

Mesmo com a emigração da população ativa, suas famílias permaneceram residindo na localidade. Essas pessoas não perderam o vínculo com suas origens, onde mantêm, juntamente com seus familiares, relações de afetividade e identidade com o local, sendo este fato constatado pelo frequente retorno dessas pessoas, principalmente, em épocas festivas.

A religiosidade e as manifestações culturais desse povo sempre estiveram relacionadas com suas raízes afrodescendentes, de onde trouxeram informações, conhecimentos, crenças, músicas, gestos, vivências, culinária, etc., e são fortemente preservadas. Em comemorações e festividades esses grupos se apresentam como parte da programação, são manifestações ímpares na região do Recôncavo e apreciadas por suas singularidades (Figuras 33 a 36).



Figura 33 – Grupo de Samba Lindro Amor
Fonte: Acervo da autora, 2012



Figura 34 – Os Mandus
Acervo da autora, 2012



Figuras 35 e 36 – Mascarados: os capabodes
Acervo da autora, 2012

As festas populares da comunidade reforçam as relações interpessoais do grupo, eventos que aglutinam, também, parentes, amigos e visitantes de outras localidades. A principal festa popular da comunidade é o festejo católico em homenagem à Nossa Senhora do Monte, com programação religiosa e profana iniciada no mês de janeiro e que culmina com a festa da padroeira no dia 02 de fevereiro, com missas durante todo o dia, encerrando com a procissão, momento de intensa socialização e expressão de fé da comunidade (Figuras 37 a 39).



Figura 37 - Cortejo para lavagem da Igreja / Fonte: Acervo da autora, 2013



Figuras 38 e 39: Procissão de Nossa Senhora do Monte
 Fonte: Acervo da autora, 2013

Os rituais ligados ao Candomblé, com o tempo foram reduzindo, enquanto outras práticas religiosas, como o protestantismo, foram se consolidando na localidade. Os católicos que migraram para a religião evangélica, e que antes participavam das tradições culturais e religiosas, se transformaram em meros expectadores.

A comunidade foi reconhecida como remanescente de quilombos⁶ pela Fundação Palmares em 2007 (Anexo B), população com predominância de afrodescendentes, os quais formam uma cultura ímpar e determinante do perfil identitário desta localidade. De acordo com a Fundação Palmares essas comunidades lutam pelo direito de propriedade de suas terras, consagrada pela Constituição Federal desde 1988. A referida Constituição em seu artigo 68 das Disposições Transitórias - assegura aos descendentes dos fundadores de quilombos, que continuam vivendo em áreas antigas, a posse definitiva das terras que habitam, o que reforça a permanência dos seus habitantes nessa localidade.

A forte presença da Igreja Nossa Senhora do Monte através dos seus rituais religiosos e sagrados, praticados durante muitos séculos, conferiu a esta comunidade um sentimento de fé e apego a esse monumento, principalmente em decorrência dos valores simbólicos que lhes foram agregados e pelo histórico do seu processo construtivo, isto é, ter sido edificada pelos seus antepassados escravos.

⁶ Designação comum de pequenos vilarejos formados por escravos, que no período da escravidão se rebelaram contra o sistema colonial e contra sua condição de cativo (FUNDAÇÃO PALMARES, 2009).

A igreja desempenhou um papel importante na construção da identidade desse povo, por ser homogeneizadora das suas referências culturais, lugar onde as experiências de vida da comunidade foram compartilhadas e registradas nas memórias, reforçando o sentimento de pertencimento e simbolizando o orgulho de todos.

A comunidade sempre contribuiu para a conservação da igreja, seus poucos recursos foram utilizados na manutenção, como também, na tentativa de salvar o monumento, porém quando a mesma começou a apresentar problemas estruturais, não conseguiram deter a sua degradação, o que começou a avançar, a passos largos, desde 2008. Os bens móveis da igreja foram retirados e colocados na Casa da Irmandade, localizada ao lado da igreja e onde até hoje são realizadas as atividades religiosas. Esta casa, anteriormente, funcionava como um clube, uma casa de eventos, que a comunidade utilizava para a realização das suas confraternizações e demais atividades sociais (Figura 40).



Figura 40 - Casa da Irmandade de Monte Recôncavo
Fonte: Foto da autora, 2013

A partir de 2008 a comunidade começou a se mobilizar em prol da preservação da igreja, mantiveram contatos e reuniões com autoridades competentes, enviaram cartas e solicitações ao Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, a autoridades da política baiana, a Petrobrás e a Prefeitura de São Francisco do Conde; as tentativas foram muitas. Em 2012, através de solicitação da Prefeitura de São Francisco do Conde, empresas e técnicos especializados em restauração,

apresentaram alguns projetos, visando a consolidação e estabilização da Igreja de Nossa Senhora do Monte.

2.2.3 Igreja de Nossa Senhora do Monte

Não se tem a data precisa da construção da Igreja de Nossa Senhora do Monte, porém tudo indica ter sido anterior a 1608, época em que foi criada esta Freguesia pelo Bispo D. Constantino Barradas, conforme a descrição de Gabriel Souza (1587, p.150):

E tomando a boca desse esteiro, andando sobre a mão direita, daí a uma légoa está tudo povoado de moradores, onde tem muito boas fazendas de canaviais e algodões, a qual se chama Tamarari, no meio da qual está uma Igreja de Nossa Senhora, que é freguesia desse limite.

Na planta intitulada “Discripção da Bahia, de Todos os Santos no Estado do Brasil, e Planta de sua Cidade do Salvador Metropoli do mesmo Estado” do Exército Português de 1763; está representada a Baía de Todos os Santos, no século XVIII, onde estão assinalados: a Cidade do Salvador, os fortes, ilhas, rios, vários engenhos e igrejas; dentre essas, encontram-se a Igreja de Nossa Senhora do Monte e o Engenho Paramirim, o que comprova suas existências neste período (Figura 41).



Figura 41 - Planta da Baía de Todos os Santos (1973)

Fonte: Museu de Arte da Bahia: cópia de Francisco José de Melo, capitão de Regimento de Artilharia, da planta original aquarelada do Arquivo Histórico de Lisboa.

Por meio da aplicação das leis eclesiásticas no Brasil, baseadas no Concílio de Trento, foram elaboradas as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia em 1707 e publicadas em 1719, que continham a definição e a apresentação das normas para a construção, instalação e realização das atividades nos espaços sagrados. De acordo com essas normas, foi construída a 2ª Igreja de Nossa Senhora do Monte, em final do século XVII, com sua fachada principal (Figura 42), voltada para o oeste mas, como a fachada norte fica voltada para o povoado, essa ficou sendo utilizada pela população como via de acesso à igreja.



Figura 42- Igreja de Nossa Senhora do Monte
Fonte: Acervo da autora, 2012

Desta atual igreja, não foram encontrados registros que possam comprovar o início da sua construção. Existe documento⁷ do século XVIII (1757), onde o padre Miguel Teixeira Pinto, um dos párocos que atuou nesta igreja, relata detalhadamente os aspectos demográficos, geográficos e sociais desta freguesia.

Vários pesquisadores acreditam que pelas dimensões da Igreja, é possível que nesta localidade, a população fosse bem maior do que a atual, pois com esse tamanho, deveria servir para um maior número de pessoas. E que, talvez não tenha

⁷ Documento encontrado no Arquivo Público da Bahia 1757: Maço 609, p. 57-69.

sido concluída, por suas torres apresentarem-se atarracadas (BAZIN, 1956; FONSECA, 1960).

A igreja de Nossa Senhora do Monte é uma das maiores do Recôncavo, segundo Bazin (1983, p. 43), “[...] por suas dimensões, indica que a localidade à qual servia era, outrora, muito mais desenvolvida”. Situa-se numa elevação do continente, implantada em local de destaque no núcleo, em frente a Ilha das Fontes, ocupando uma área total construída de 760 m², construção de alvenaria mista em pedra e tijolo, com paredes variando de 75 cm a 1,00 m de espessura.

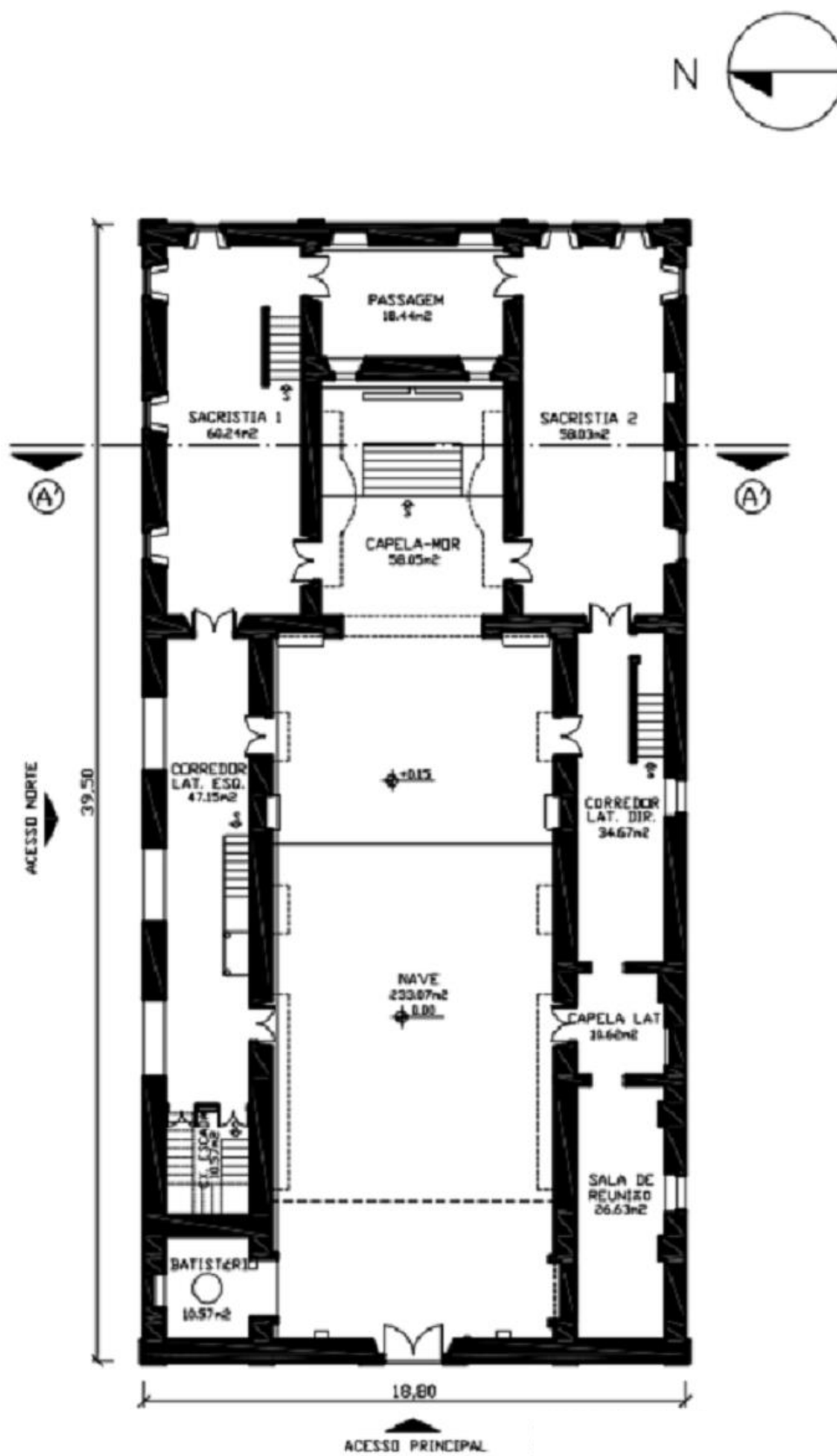
A cobertura apresenta telha cerâmica do tipo canal, com quatro níveis diferentes, os quais correspondem aos espaços internos da igreja: capela-mor, nave e corredores laterais/tribunas e dois em “meia água”, cobrindo as sacristias. Seus beirais são em beira-seveira⁸ e cornija, que contornam todas as fachadas.

A iluminação natural é obtida pelos três vãos em arcos da fachada lateral esquerda, pelo óculo central e portada do frontispício. Os pisos da capela-mor e da nave são em ladrilho hidráulico, os demais cômodos do pavimento térreo são em tijoleira e os dos pavimentos superiores são em tabuado. Apresenta como bens integrados à arquitetura, o forro em abóbada de berço⁹ na capela, porém não existem vestígios de pintura. Ainda nesta capela encontram-se quatro tribunas, dispostas duas de cada lado, interligadas por balcões corridos e balaústres, em jacarandá. A capela-mor por possuir uma escadaria de sete degraus que dá acesso ao altar-mor, evidencia a sua condição de igreja matriz. Portas com cercaduras em cantaria estão dispostas nas laterais da capela e dão acesso às sacristias.

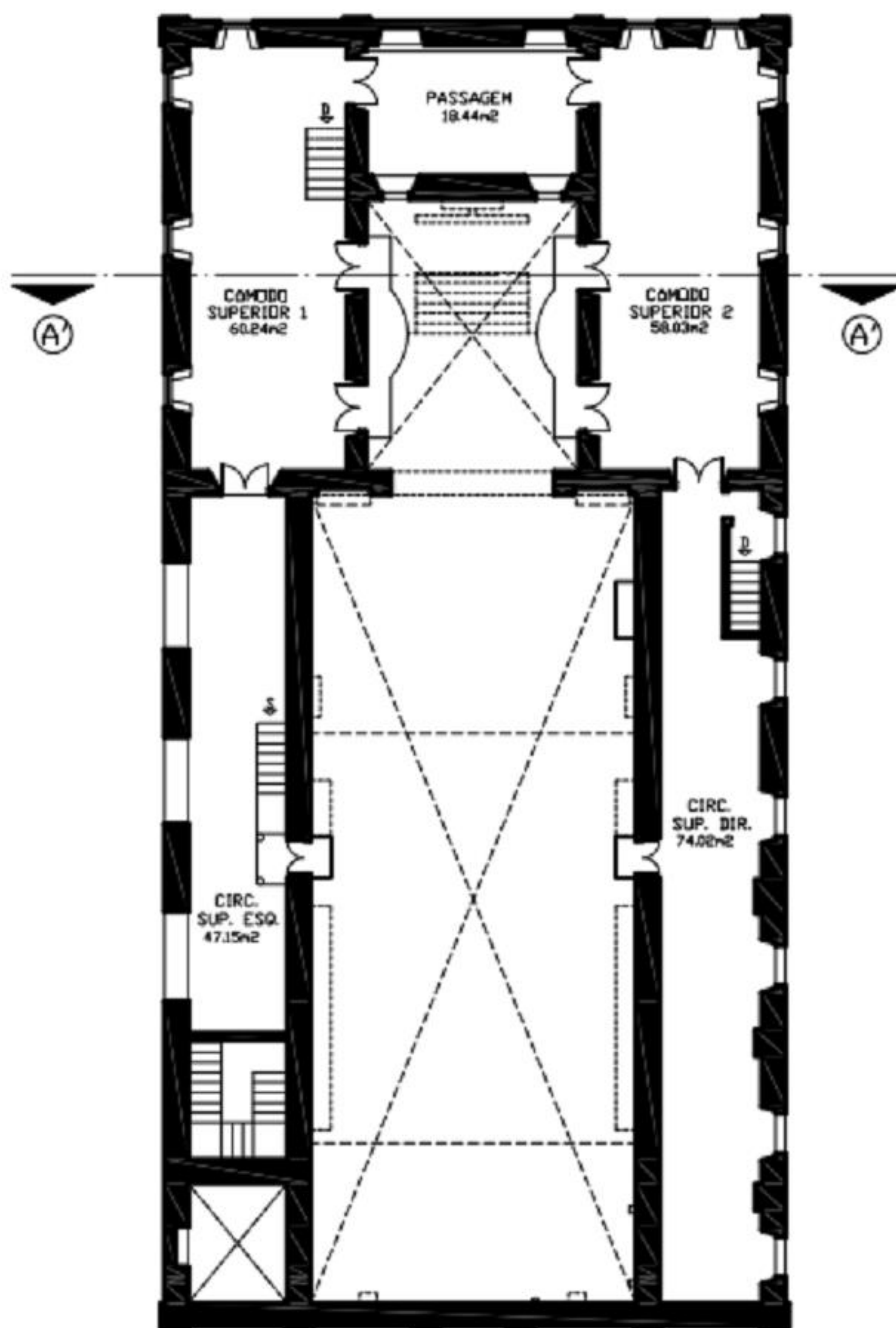
A nave extensa tem como finalidade reunir uma grande quantidade de pessoas num mesmo espaço e mantê-las com a atenção voltada para o altar principal, onde se desenvolve o culto religioso. Essa planta segue o padrão tradicional da Bahia, da época, constituída por nave única em formato retangular, separada da capela-mor pelo arco cruzeiro (Figuras 43 a 45).

⁸ Beira-seveira: beiral composto por camadas de telhas, que embutidas na alvenaria das paredes, se projetam sucessivamente (ÁVILA et al., 1980).

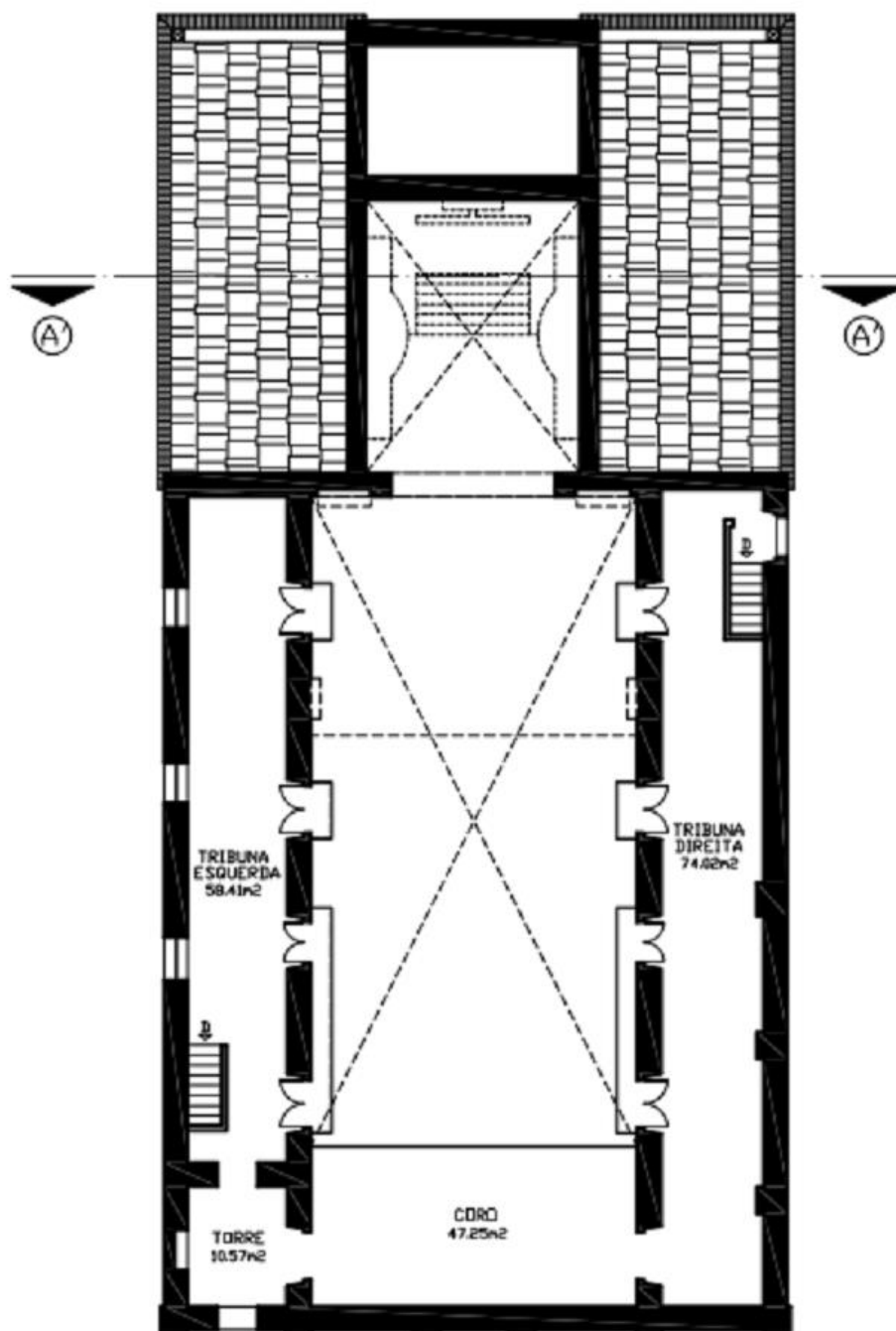
⁹ Abóbada de berço: aspecto relativo à semicircunferência.



PAVIMENTO TÉRREO – Esc. 1:250



1º PAVIMENTO - Esc. 1/250



2º PAVIMENTO – Esc. 1: 250

Figuras 43, 44 e 45– PLANTAS BAIXAS (Pav. Térreo, 1º e 2º Pavimentos).
 Desenho: Graça Dias, 2013 – Esc.: 1:250

O altar-mor tem base estrutural em alvenaria e elementos complementares em madeira (Figura 46) Os dois altares laterais e os dois colaterais da nave são em alvenaria, embutidos na parede, com ornatos e frisos em estuque. Essa área é ladeada por duas portas com cercaduras e frontões em cantaria, que dão acesso aos corredores laterais (Figura 47). Cancelos ornamentais em jacarandá separam a nave dos espaços dos altares. Observa-se que há uma demarcação no piso, por meio de um degrau, que antigamente era usada para delimitar a posição dos fiéis na igreja (Figura 48).



Figura 46 – Altar-mor
Fonte: acervo da autora, 2012



Figura 47 – Altar Lateral, Porta com frontão e Tribunas
Fonte: acervo da autora, 2012



Figura 48 – Vista do interior da igreja.
Fonte: acervo da autora, 2012.

A nave possui dois púlpitos e seis tribunas, sendo quatro com balcão individual e duas com balcão corrido e balaústres, em jacarandá. O batistério possui pia batismal em mármore Carrara. Do lado direito da nave existe uma pequena capela para exposição do Santíssimo. Sobre o hall de acesso à nave encontra-se o coro, em madeira e guarda-corpo em balaústres, seguindo a ornamentação das tribunas. A nave não tem forro e a estrutura da cobertura fica visível, isto é, possui “madeiramento aparente”, citado por Bazin em 1983, permanecendo assim até os dias atuais, sem vestígios de forro. Existem dois corredores laterais à nave, sendo que um deles, o que está voltado para o povoado, apresenta aberturas em arco pleno para o exterior, protegidas por portões com grades de ferro verticais, área utilizada como acesso à igreja (Figuras 49 e 50).



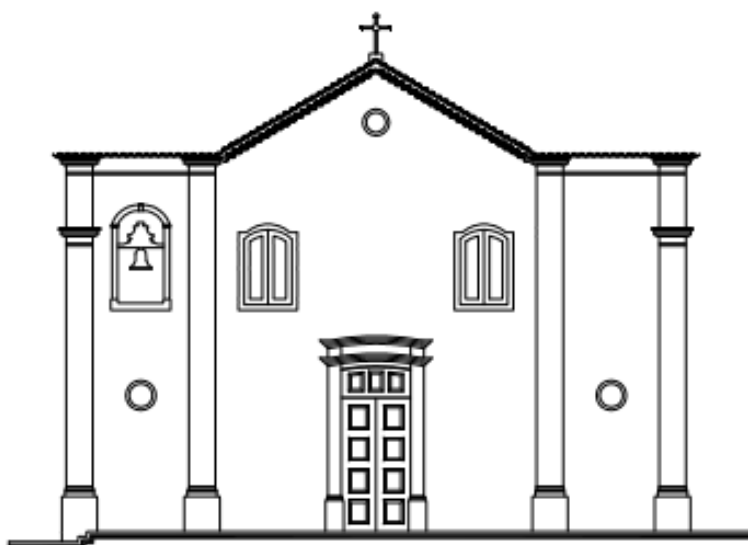
Figura 49 – Detalhe da Fachada Lateral
Fonte: Acervo da autora



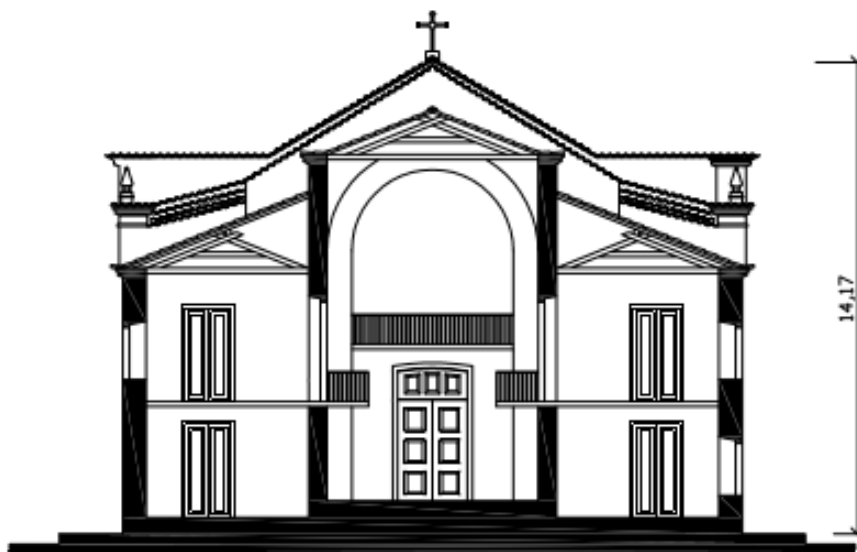
Figura 50 – Detalhe da Fachada Lateral e Posterior
Fonte: Acervo da autora

O segundo pavimento situa-se sobre as sacristias e os corredores laterais. Não há vestígios da decoração primitiva, nem do altar-mor nem dos forros. Dos trabalhos em cantaria de arenito destacam-se: portada com tranças, três portas com vergas, ricamente trabalhadas, embasamento do altar-mor, cunhais e conversadeiras.

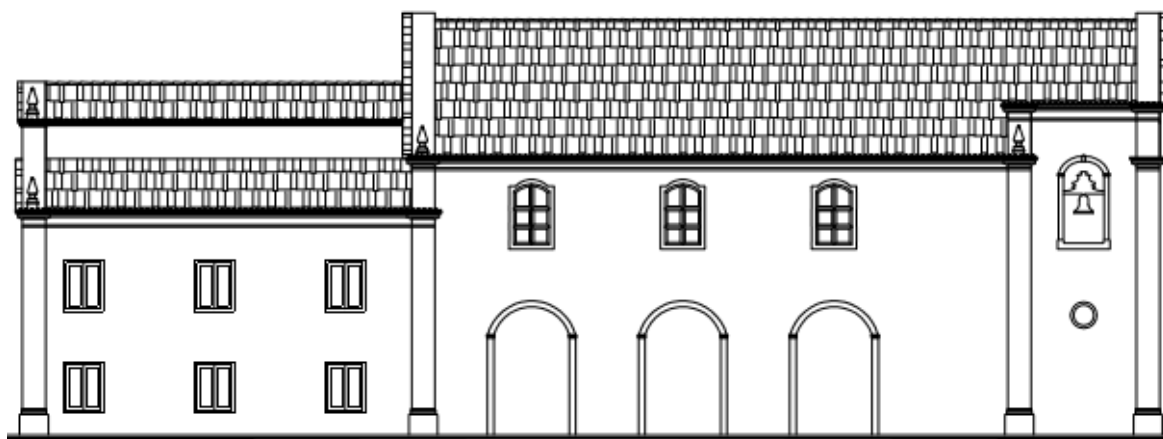
A fachada principal deste monumento está dividida, por pilastras, em três corpos, sendo a parte central constituída por uma empena que apresenta portada com verga em arco abatido, recoberta por cimalha curva, detalhe correspondente a segunda metade do século XVIII e ornada por tramelim ou trança, característica que remonta ao século XVII. Acima da portada existem duas janelas com vergas em arco abatido e cercaduras em arenito, sobre elas encontra-se um pequeno óculo. Os corpos laterais são compostos por torres atarracadas, de altura inferior a parte central, sendo sineira apenas a torre esquerda, que abriga um sino datado de 1865 (Figuras 51, 52 e 53).



FACHADA PRINCIPAL – Esc. 1:250



CORTE AA' – Esc. 1:250



FACHADA LATERAL ESQUERDA – Esc. 1:300

Figuras 51, 52 e 53– Fachada Principal, Corte AA' e Lateral Esquerda.
Desenho: Graça Dias. Esc. 1:250 e 1:300

A igreja tem à sua frente um pequeno adro com um cruzeiro, cercado por balaustrada (parcialmente perdida) que faz a delimitação entre a área plana e o declive do terreno, constituindo-se num mirante para a Baía de Todos os Santos (Figura 54).



Figura 54– Vista do adro da Igreja.
Fonte: Acervo da autora, 2012.

Em 1865 a Igreja de Nossa Senhora do Monte passou por grande intervenção promovida pelo Cônego José Ignácio de Toar e com a ajuda de senhores de engenho, segundo Pedreira (1976). Esta intervenção constava da reconstrução da Capela-mor e da confecção dos guarda-corpos das tribunas em jacarandá. Existe na Igreja uma placa de jacarandá que registra a execução da obra, com a seguinte inscrição: “Foi reedificada esta Capela-mor, construído de alvenaria o altar e ornadas as tribunas de balaústres, por direção e à custa do Barão de Vianna – 1865”.

Em 1911 e 1919 a região foi acometida por abalos sísmicos o que provocou alguns problemas na estrutura, como fissuras e rachaduras nas paredes e perdas de peças ornamentais da cantaria do frontão e das torres. Em 1970 desabou o telhado da nave, sendo recuperado em 1975, pela prefeitura de São Francisco do Conde, contando também com a colaboração da população local.

A Igreja de Nossa Senhora do Monte, em decorrência da localização geográfica e pelo fato de estar voltada para o mar, durante muitos anos veio sofrendo degradações provocadas por grande absorção de salinidade; da situação climática evidenciada pela grande umidade na região e pelo ataque de xilófagos, o que favoreceu a deterioração da madeira e comprometeu a estrutura de sustentação do imóvel e seus bens integrados (Figuras 55 à 58). A Igreja não é tombada pelos órgãos competentes, e a falta de verbas para manutenção e conservação, muito contribuíram para o avanço da sua degradação.



Figuras 55 e 56 – Detalhes das Coberturas Danificadas: Corredor Lateral e Nave
Fonte: Acervo da autora, 2012



Figuras 57 e 58 - Detalhes da Sacristia Direita
Fonte: Acervo da autora, 2012

Das igrejas da Bahia, construídas do século XVI ao início do XVII, restaram apenas ruínas ou perderam as características originais. Muitas igrejas construídas no primeiro século de colonização, foram demolidas, devido a precariedade dos materiais empregados e as suas pequenas proporções. Foram, posteriormente substituídas por outras de maiores dimensões e imponência, com as características arquitetônicas da época.

2.3 POVOADO DO VENCIMENTO

2.3.1 Aspectos geográficos, históricos e culturais

Os povoados pertencentes ao Distrito de Monte Recôncavo são originários de antigos engenhos, dentre eles encontra-se o Povoado do Vencimento, onde está localizada a Capela de Nossa Senhora do Vencimento, do antigo engenho Paramirim. Esse engenho era formado de um complexo construtivo que compreendia: a fábrica, a senzala, a casa-grande e a capela. Na sua implantação topográfica, a casa-grande e a capela ocupavam o ponto mais alto do terreno, para controlar e se manterem em evidência. A fábrica e a senzala ocupavam a posição mais baixa, junto a um pequeno porto, o que facilitava o transporte da cana-de-açúcar e demais produtos (Figura 59).



Figura 59 – Casa grande e Capela do Engenho Paramirim
Fonte: IPAC/SIC, 1978

A grande importância que esses engenhos tiveram na ocupação territorial do Recôncavo fica comprovada pelas suas imponentes edificações, segundo a definição de Azevedo (1982, p.18):

O termo engenho designa um conjunto estruturado de edifícios e espaços que compunham uma unidade produtiva e residencial, articulada com a capital da colônia, em função da produção açucareira que, desde o século XVI, envolvia o Brasil, muito especialmente, o Recôncavo da Bahia, na rede comercial do Atlântico.

A estrutura organizacional deste espaço era constituída pela grande família patriarcal, chefiada pelo senhor de engenho, seguido pela esposa e filhos, aos quais se juntavam parentes, agregados, empregados e escravos, Estes senhores eram absolutos em suas propriedades: davam direitos, administravam justiça e gozavam de privilégios. Logo abaixo dos senhores de engenhos estavam os lavradores, aqueles que utilizavam os engenhos para moer a cana. Existiam também os moradores, homens livres, que viviam nas terras dos engenhos, cultivando lavouras de subsistência e pagando foro, na forma de gêneros alimentícios ou prestação de serviços. Outro grupo era formado por assalariados que ocupavam postos administrativos e técnicos, geralmente portugueses, estes controlavam o trabalho dos escravos. Na base da pirâmide social encontravam-se os escravos, importados da África, e sobre estes recaía todo o trabalho braçal, desde o cultivo da terra e a produção do açúcar até os serviços domésticos. O centro da vida social do engenho era representado pela casa-grande e sua capela. Esta, além das funções religiosas, era ponto de reunião social, ali se celebravam casamentos, batizados, etc., e, com frequência, servia de cemitério para os membros da família do senhor do engenho (AZEVEDO, 2011).

O ciclo do açúcar estabeleceu as bases originárias que marcariam a arquitetura rural no Brasil. Segundo Freyre (1975), foram nos engenhos de açúcar que se estabeleceram os primeiros e mais marcantes padrões na vida rural brasileira, que se estenderam por quase todo o Brasil. Onde destaca a importância dos engenhos de açúcar na formação cultural brasileira ao citar que “a sociedade colonial no Brasil [...] desenvolveu-se patriarcal e aristocraticamente à sombra das grandes plantações de açúcar” (1975, p. 46).

A casa-grande apresenta-se, nos grandes latifúndios dos engenhos produtores de açúcar, como o ponto central desses complexos sistemas organizacionais agrários, de onde e para onde tudo emanava, representando, também, o status e o poder dos senhores-de-engenho. Seus espaços refletiam um modelo organizacional baseado no núcleo familiar de caráter patriarcal, principal elemento na definição e distribuição hierárquica dos espaços de viver e morar da casa-grande.

2.3.2 Povoado do Vencimento na atualidade

O povoado do Vencimento, pequena localidade pertencente ao Distrito de Monte Recôncavo, com população estimada em 200 pessoas, possui aproximadamente, 50 residências; constitui-se num aglomerado formado por invasões, iniciadas a partir da decadência econômica instaurada no Recôncavo. Essa área, pertencente ao antigo Engenho Paramirim (século XVII), passou por muitos proprietários e atualmente, pertence à Indústria de Papel e Papelão, que fica situada em Santo Amaro (Anexo C). Essa Indústria possui muitos hectares de terras na região, com plantações de eucaliptos, que utiliza como matéria prima.

O Vencimento fica situado próximo a um entroncamento da BA 522, distando 8 km da sede do município de São Francisco do Conde e 2 km do Distrito de Monte Recôncavo. Toda a área encontra-se numa pequena elevação, onde a capela destaca-se com imponente (Figura 60).



Figura 60 – Acesso ao Povoado, avistando as ruínas da Casa Grande e Torres da Capela
Fonte: Acervo da autora, 2013

Na rua de acesso ao povoado encontram-se algumas residências, uma Igreja Evangélica e um Terreiro de Candomblé (Figuras 61 e 62). Atualmente, pode-se observar a diversidade de religiões nessas áreas, contrastando com as épocas passadas, em que havia o predomínio da religião católica.



Figura 61 – Igreja Evangélica
Fonte: Acervo da autora, 2013



Figura 62 – Terreiro de Candomblé
Fonte: Acervo da autora, 2013

A ausência de uma ação mais efetiva do poder público ou do proprietário das terras, fez com que, nas últimas décadas aumentassem o número de invasões, principalmente, no entorno da Capela (Figuras 60 e 63). Essa é uma prática antiga, advinda de inúmeros problemas, no caso desse povoado, as ocupações são gradativas, resultado de ações individuais familiares, a partir da crise econômica instaurada no Recôncavo, no final da atividade açucareira.



Figura 63 – Rua do Vencimento
Fonte: Acervo da autora, 2012



Figura 64: Novas construções
Fonte: Acervo da autora, 2012

O traçado da localidade, seu arruamento e suas casas denotam um padrão desordenado de ocupação, principalmente, em áreas próximas à Capela de Nossa Senhora do Vencimento. Todas as residências estão dispostas no espaço circundante à Capela do Vencimento (Figura 65).

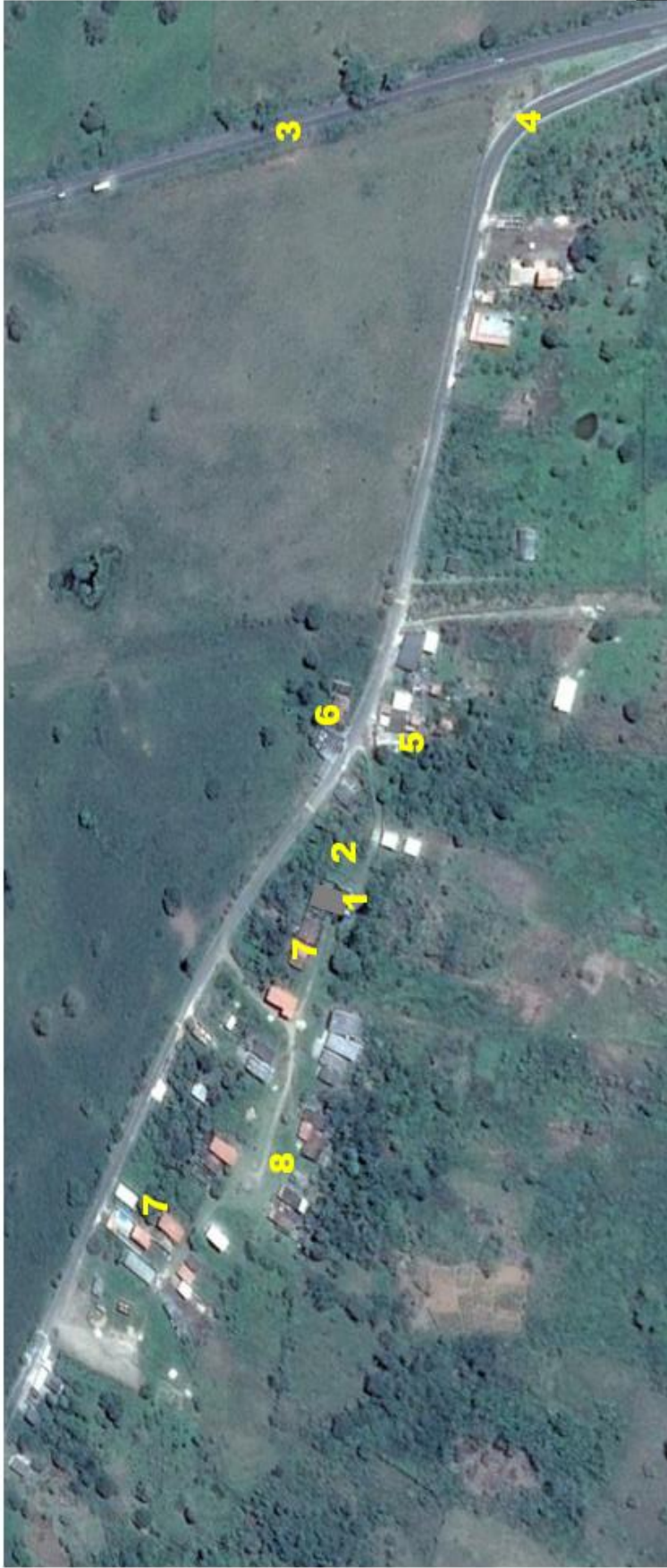


Figura 65 – Vista aérea do Povoado do Vencimento com o destaque de alguns locais.
Fonte: Google Earth, 2014.

- LEGENDA:**
- | | |
|---|---------------------------------|
| 1. CAPELA DE N. S. DO VENCIMENTO | 5. TERREIRO DE CANDOMBLÉ |
| 2. RUÍNAS DA CASA GRANDE | 6. IGREJA EVANGÉLICA |
| 3. BA 522 | 7. BAR |
| 4. ACESSO AO POVOADO | 8. POVOADO |

As edificações do povoado têm características simples, predominantemente, residenciais e construídas em alvenaria, geralmente, térreas e, em algumas exceções, possuem um segundo pavimento. As mais recentes, estão com tijolos aparentes, as demais ou estão pintadas ou possuem revestimento cerâmico. As coberturas, em maior proporção, são em telha colonial com duas águas; algumas possuem varandas (Figuras 66 e 67).



Figuras 66 e 67 – Casas do Povoado do Vencimento
Fonte: Acervo da autora, 2013

Não existe no povoado nenhum tipo de infraestrutura de serviços básicos, para as questões de saúde ou educação. Quando precisam, recorrem aos povoados ou municípios vizinhos. As relações interpessoais, como acontece em boa parte dessas localidades, são realizadas em pequenos bares e são indicadoras de lazer. A religião ainda constitui-se como um ente homogeneizador das referências culturais dessa comunidade.

2.3.3 Capela de Nossa Senhora do Vencimento

A Capela de Nossa Senhora do Vencimento (Figura 68), fazia parte do Engenho Paramirim e foi construída no século XVIII. Em testamento encontrado no Arquivo da Santa Casa de Misericórdia¹⁰, o dono do engenho Paramirim, o capitão Christovão da Cunha de Sá Souto Maior, em 22 de julho de 1676, fez um testamento, no qual sua mulher, D. Cezília de Souza, seria sua herdeira e administradora de seus bens.

¹⁰ ASCMS, Livro 2 do tomo da Santa Casa de Misericórdia do Salvador, 141r-145v



Figura 68 - Capela de Nossa Senhora do Vencimento
 Fonte: Acervo da autora, 2012

Neste testamento consta que o engenho possuía “duas léguas em quadrado de terras”, uma das grandes propriedades da região. Ainda no testamento, Souto Maior pede para sua esposa, concluir as obras da Igreja, com os rendimentos das muitas fazendas que possuía; empregando a verba na conclusão da obra e nos ornatos da Capela, para que, segundo ele: “[...] esteja provida de todo o necessário, pois assim é a minha última vontade”, determinando também, como capelão perpétuo da capela, o padre Antônio Álvaro Coimbra. D. Cezília, por conseguinte, concluiu as obras da capela e, como não tiveram filhos, após a sua morte essas terras foram doadas à Santa Casa de Misericórdia de Salvador.

A partir daí, o engenho passa por muitos proprietários, de acordo com o que está relatado no IPAC/SIC (1978); em meados do século XVIII, o engenho Paramirim é comprado por Frutuoso Vicente Viana. Já em 1757, o vigário Miguel Teixeira Pinto, em sua notícia sobre a freguesia de Nossa Senhora do Monte, faz referência à capela de Nossa Senhora do Vencimento. Atualmente, toda a área do povoado do Vencimento, estendendo-se até o município vizinho, compreendendo 81,2526 ha, pertence à Industria Penha Papéis e Embalagens LTDA.

Da maioria dos engenhos do século XVII e XVIII, do Recôncavo da Bahia só restaram as capelas. Segundo Esterzilda Azevedo (2009), a sua longevidade é

justificada pelo fato de serem construídas com paredes autoportantes de alvenaria mista. As que foram construídas de taipa ou adobe não deixaram vestígios. Da casa-grande do engenho Paramirim, só restaram ruínas, que se encontram ao lado da capela (Figura 69 e 70).

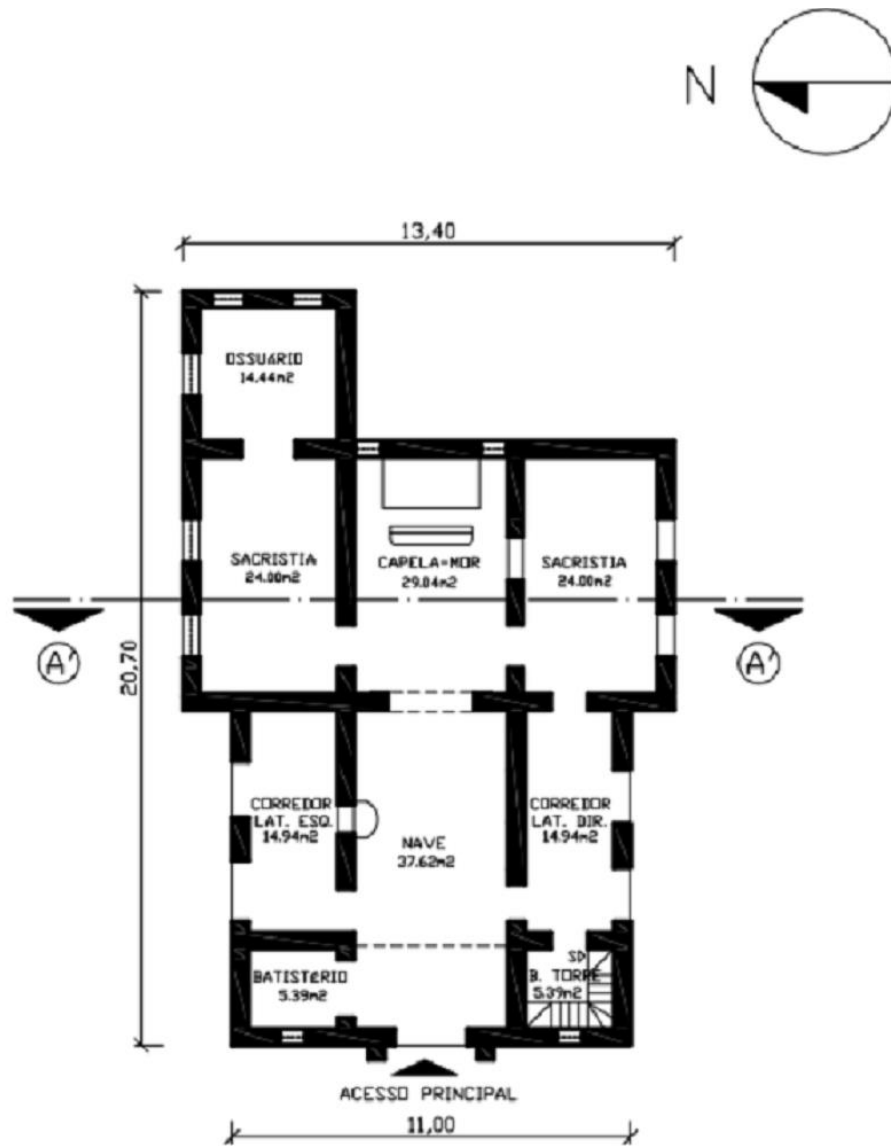


Figura 69 – Ruínas da Casa Grande do Engenho Paramirim
Fonte: Acervo da autora, 2012

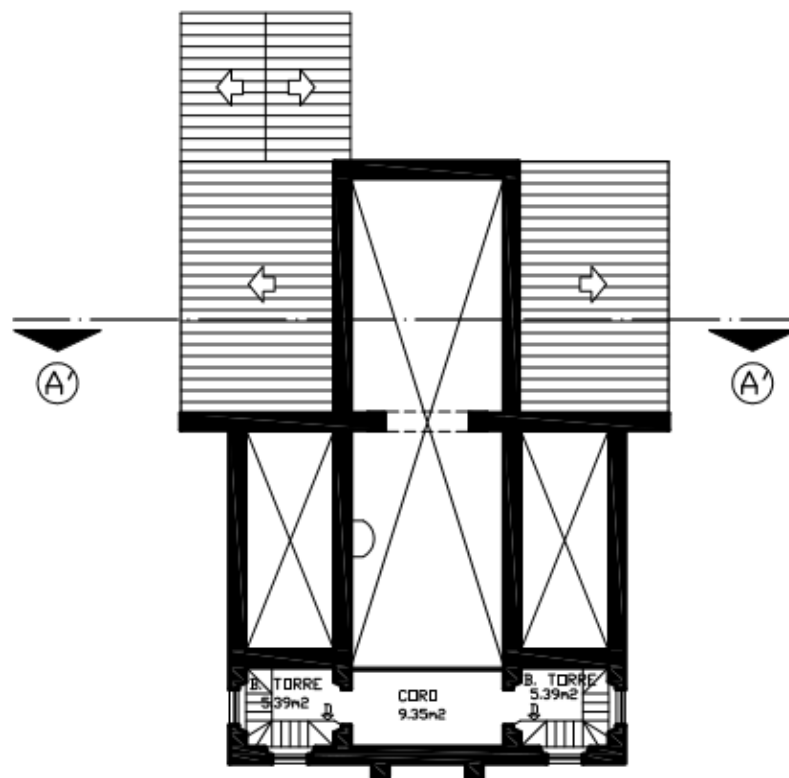


Figura 70 – Ruínas da Casa Grande
Fonte: Acervo da autora, 2012

A capela possui uma área construída de 379 m², apresenta uma planta constituída de nave única e capela-mor, ambas com a mesma largura, separadas por arco cruzeiro; sua planta representa uma versão simplificada das matrizes interioranas do final do século XVII, do Recôncavo da Bahia, a exemplo da Igreja de Nossa Senhora de Monte Recôncavo, possuindo vãos abertos para o exterior (IPAC/SIC, 1978), (Figuras 71 e 72).



PAVIMENTO TÉRREO - Esc. 1/300



1º PAVIMENTO – Esc. 1:300

Figuras 71 e 72: Plantas Baixas – Pav. Térreo e 1º Pavimento
Desenho: Graça Dias, 2013. Escala: 1/300

A cobertura da capela é composta por telha cerâmica do tipo canal apresentando uma volumetria escalonada em oito níveis diferentes, os quais correspondem aos espaços internos da igreja: o maior e mais extenso volume, coberto com telhado em duas águas, corresponde à nave. Segue-se um segundo volume, menor, que corresponde ao presbitério e à capela-mor, também com cobertura em duas águas. O terceiro e quarto estão dispostos nas laterais, em meia água, abrigando os corredores laterais, as sacristias e o ossuário. Os telhados terminam sobre cimalha, com exceção dos corredores laterais que apresentam platibandas ornamentadas (Figura 73). A iluminação natural é obtida por óculos de grandes dimensões, dispostos nas laterais do altar mor e pelos vãos abertos nos corredores laterais. Os pisos da capela-mor e da nave são em mármore, os demais cômodos em ladrilho hidráulico.



Figura 73 – Fachada Lateral (disposição dos telhados)
Fonte: acervo da autora, 2012

A capela-mor é ladeada por sacristias, interligada por portas, à direita, possui uma janela com gelosia¹¹, geralmente utilizada por mulheres, para assistirem às missas sem manter contato com outros fiéis. Ao fundo da sacristia esquerda encontra-se um ossuário, onde eram guardados os restos mortais dos familiares do proprietário do engenho. O altar-mor é neoclássico em alvenaria e estuque. Contornava toda a área inferior da capela-mor, uma faixa de azulejos semi-industriais, com 1 m de

¹¹ Gelosia: painel ou folha de janela ou porta preenchida por treliça de madeira.

altura, decorada em motivos fitomorfos, atualmente só encontram-se resquícios. O forro da capela-mor é em abóbada abatida (Figura 74).



Figura 74 – Altar-mor
Fonte: Acervo da autora, 2013

A nave é ladeada por corredores, com aberturas em arcos, para o exterior. Barras de azulejos semi-industriais revestem o terço inferior das paredes, com decorações em motivos fitomorfos similares ao da capela-mor, também só há resquícios. Na parede lateral encontra-se um púlpito em alvenaria, com decorações em estuque (Figura 75).



Figura 75 – Interior da Capela de N. S, do Vencimento
Fonte: Acervo da autora, 2013.

No levantamento efetuado pelo IPAC/SIC em 1978, foi mencionada a existência de vários bens integrados a este monumento como: lavabo de lioz do século XVIII, pia batismal em mármore carrara e forro plano na nave (AZEVEDO, 2009). Atualmente, não há mais vestígios da existência desses elementos na Capela; durante muitos anos, segundo os moradores, apareceram muitos vândalos, que saquearam e retiraram alguns bens integrados, inclusive grande parte dos azulejos.

Sobre o hall de entrada encontra-se o coro, construído em madeira, cujo acesso é feito por escada, localizada no vão situado sob a torre direita. A fachada principal, pelas suas características, provavelmente, foi refeita, no final do século XIX (IPAC/SIC, 1978). Possui uma portada suntuosa, em estuque, que ultrapassa a cornija e termina no frontão (Figuras 76 à 80).

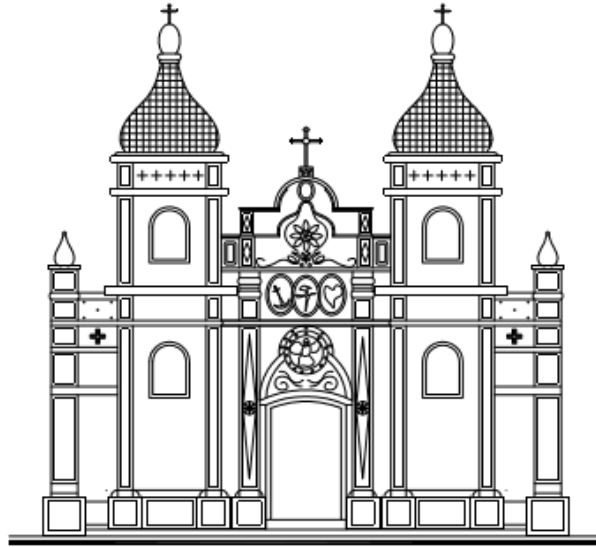
Ao nível do coro existem janelas, assim como nas torres sineiras, com vergas em arco pleno e cercaduras em cantaria; nas sacristias encontram-se janelas com verga em arco abatido. As torres são encimadas por bulbos do tipo bizantino, revestidos com azulejos industriais.



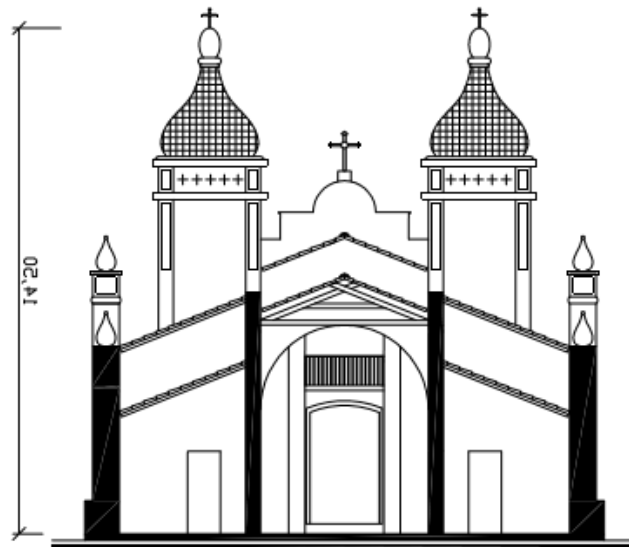
Figura 76 – Fachada Principal
Fonte: Acervo da autora, 2010



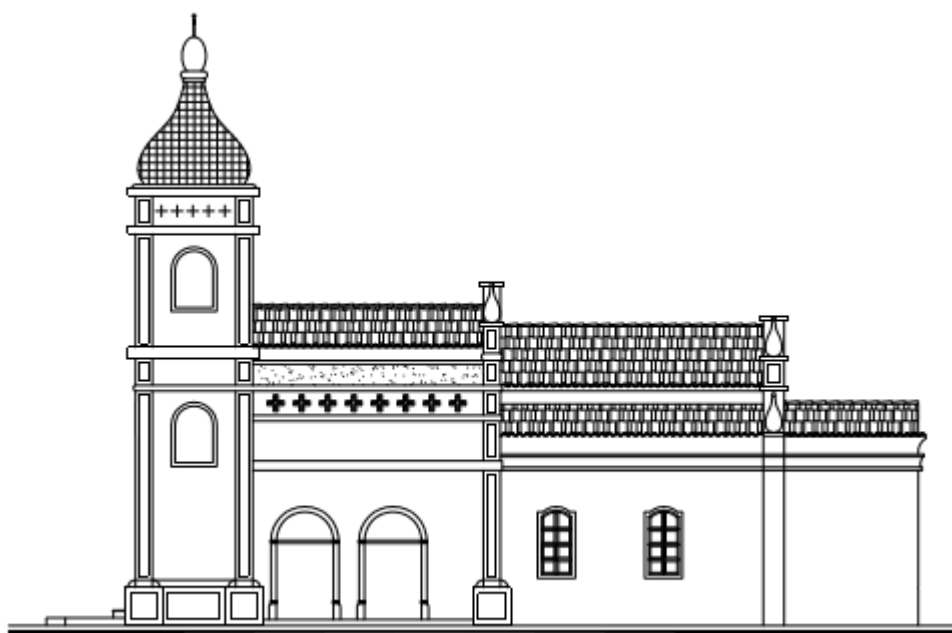
Figura 77 - Detalhe da portada
Fonte: Acervo da autora, 2012



FACHADA PRINCIPAL – Esc. 1:300



CORTE AA'' – Esc. 1:300



FACHADA LATERAL – Esc. 1:300

Figuras 78 e 80 – Fachada Principal, Corte AA' e Fachada Lateral
 Desenho: Graça Dias, 2013. Escala: 1/300

Sua origem setecentista é comprovada pela disposição de sua planta, na presença de janelas com arco abatido nas sacristias e no lavabo de lioz do século XVIII. Outro elemento primitivo é a janela com gelosia, que liga a capela-mor à sacristia direita. Os azulejos são do último quartel deste século, com características neoclássicas, apresenta também, elementos ecléticos, como os bulbos em estilo bizantino.

Em 1974 a capela passou por reparos gerais e recuperação da cobertura. Como os proprietários das Usinas adquiriam grandes glebas de terras, correspondentes às áreas de vários engenhos, as construções que existiam nesses espaços, não foram preservadas. A capela não está protegida por tombamento e encontra-se em avançado estado de degradação.

2.4 MONUMENTOS RELIGIOSOS: HERANÇA CULTURAL DA SOCIEDADE

Os monumentos religiosos, apresentados no presente estudo - Igreja de Nossa Senhora do Monte e Capela do Vencimento - constituem-se como formas simbólicas, grandiosas, que representam acontecimentos passados e integram o ambiente, compondo de modo marcante a paisagem do espaço que ocupam.

A importância atribuída aos monumentos, em geral, pelo senso comum, motivou o desenvolvimento de várias pesquisas sobre os significados que lhes são atribuídos pela sociedade, como também os embates sobre a sua construção, localização e iconografia. Segundo Cosgrove (2000), os monumentos estão em toda parte, impregnando a paisagem de símbolos, cujos significados podem ser variáveis, denotando celebração, memorialização ou contestação. Ao interpretar os monumentos, interligando-os à herança deixada pelos antepassados dessas comunidades, novos e importantes aspectos são evidenciados, analisados e compreendidos.

Os monumentos não são apenas objetos estéticos, são intencionalmente dotados de sentido político, capazes de “condensar complexos significados” (DUNCAN, 1993, p. 474), em torno de valores e práticas. Neste sentido, os monumentos podem ser vistos como textos, impregnados de figuras de linguagem e alegorias, que comunicam mensagens em forma simbólica, associadas a temas como poder, identidade e conflitos gerados por ambos. As instituições religiosas ao construírem os seus monumentos, materializam o local do culto, como também exibem o poder da instituição ao comunicar a mensagem religiosa proclamada, que une e identifica seus fiéis.

Os monumentos, objetos do estudo, são reconhecidamente símbolos, de uma época áurea do Recôncavo da Bahia, como também, do que representam no âmbito cultural e religioso, uma vez que se constituíram como polo irradiador de toda uma política que modelou a “alma” de uma sociedade.

A continuidade dos valores atribuídos aos monumentos é assegurada, pois esse é um recurso que encerra em si, características relevantes para a história e cultura das localidades onde estão inseridos. O sentido que possuem, de herança

patrimonial da região, ultrapassa seus valores arquitetônicos, uma vez que possuem outros valores que se enquadram no cotidiano da história das comunidades; manifestando-se também, no sincretismo que estabelecem com a religião católica. O reconhecimento do patrimônio como representativo de suas memórias e identidades contribui para a sua valorização por parte da comunidade local. Além disso, o espaço patrimonial implica e representa o sentimento de pertencimento de toda a comunidade que partilha, importantes referências comuns: a mesma história, a mesma tradição, o mesmo imaginário e a mesma religião.

CAPÍTULO III

MEMÓRIA, IDENTIDADE E PATRIMÔNIO

3.1 MEMÓRIA E IDENTIDADE

É o registro do presente pela memória que contribuirá para a projeção do futuro, transformando os indivíduos em sujeitos históricos. Ter consciência histórica não significa apenas informar-se sobre os fatos passados, mas também se perceber como um processo contínuo de formação cultural. É fundamental que se saiba que a referência de espaços ambientais é importante para a concepção do senso de identidade: onde nascemos, moramos, trabalhamos; são informações necessárias para a identificação diante dos outros e para a construção de uma referência pessoal (HALL, 2006).

São as lembranças despertadas que consolidam a sobrevivência do passado, pois a memória funciona como instrumento de identidade; é por ela que se reconhecem as pessoas, que se tem a noção de pertencimento. Assim, enquanto existir memória não haverá o fim da história. A narrativa oral esclarece as referências identificatórias dos costumes, do trabalho, da convivência familiar e comunitária, e das modificações ocorridas ao longo do tempo, que nem sempre são encontradas nos livros e documentos (HALL, 2006).

Para que o homem evolua é necessário haver uma continuidade histórica, pois, sentindo-se como parte integrante do seu meio, identifica-se e torna-se num agente transformador da sociedade. Na preservação de bens culturais se “pressupõe sempre uma continuidade, uma possibilidade permanente, em função precisamente da alimentação da identidade cultural” (BOSI, 1999, p. 182).

3.1.1 *A memória e o processo da construção identitária*

A memória só existe a partir do presente e está sujeita às interpretações dos indivíduos nas conjunturas do momento. Ecléa Bosi (1993, p. 283), afirma:

Se a memória é não passividade, mas forma organizadora, é importante respeitar os caminhos que os recordadores vão abrindo na sua evocação porque são o mapa efetivo e intelectual da sua experiência e da experiência de seu grupo.

Assim, a memória reconstitui um passado interpretado, não pela reprodução dos acontecimentos tal e qual eles aconteceram no passado. A memória é um processo

permanente de construção e reconstrução que envolvem ideias conceitos e experiências do passado reconstruídas a partir da atualidade.

O patrimônio em estado de degradação transforma-se em espaço ritualístico que suporta a modificação da identidade dos sujeitos por meio de processos sociais Fortuna (1994). Assim, alguns fragmentos revelados na interação das comunidades com os monumentos possibilitam a compreensão das relações entre o passado e o presente. Quando esses patrimônios se mostram depredados e abandonados, assinalam não apenas uma cidade destruída, mas a cultura arruinada. Quando o passado é um destroço, o presente fica hipotecado e, ainda seguindo o pensamento de Simmel (2005), pode-se dizer que, para salvar o passado e respeitar o presente, será preciso uma política capaz de manter e preservar o nosso patrimônio.

A historiadora Françoise Choay, em sua obra *A alegoria do patrimônio*, explica a noção do termo monumento, de demasiada importância para a compreensão do conceito de patrimônio e da prática de conservação que lhe é associada. Segundo a autora, a concepção do termo monumento relaciona-o, sobretudo, ao afetivo:

Em primeiro lugar, o que se deve entender por monumento? O sentido original do termo é o do latim *monumentum*, que por sua vez deriva de *monere* ('advertir', 'lembrar'), aquilo que traz à lembrança alguma coisa. A natureza afetiva do seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva. [...] A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar (CHOAY, 1992, p. 31).

E, logo adiante, a autora completa: "O monumento assegura, acalma, tranquiliza, conjurando o ser do tempo. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos" (CHOAY, 1992, p. 32). Nesse sentido, o monumento se apresenta como uma interseção entre a memória individual e a memória coletiva.

No texto *Mémoire, temps, histoire* (1996), Etienne Akamatsu observa que a função da memória individual é nos restituir o passado, pôr à disposição lembranças que vivemos, e produzir sensações extraordinárias; no entanto, ele ressalta que a memória coloca também uma ambiguidade, pois vive entre dois polos: a vontade e a recusa, a verdade e a ilusão, na medida em que a subjetividade impera no que se refere à distância entre o real e a impressão do real.

A memória coletiva relaciona-se com uma vocação social, política ou mesmo religiosa, que se destina a estabelecer uma relação entre a comunidade e o tempo, construindo um vínculo do homem, como indivíduo, com um passado imemorial e comum a todos, onde a essência do monumento é estabelecida através de sua função antropológica, ou seja, a relação do tempo vivido e com sua memória. (AKAMATSU, 1996, p. 8). Dessa forma, os monumentos e, de forma mais ampla, o que se compreende como patrimônio cultural são elementos de mediação entre o ser humano, a memória individual e a memória coletiva.

O monumento constitui-se tanto como objeto quanto como sujeito do imaginário, isto é, ao mesmo tempo em que o imaginário elabora imagens e símbolos sobre ele, os seus atributos físicos tornam-se elementos para a constituição do imaginário (FREIRE, 1997). Esses símbolos funcionam como códigos que permitem a identificação do grupo. O imaginário estrutura-se a partir das instituições sociais, da religião, da organização econômica, da estrutura jurídica do poder político e também do espaço físico, que adquire significação por meio das práticas sociais. Nesse processo, quando o espaço é representado no imaginário, a ele são atribuídos valores, assim a percepção de parte da história da cidade em que se localiza o monumento, de importância histórico-arquitetônica, ultrapassa a dimensão física.

O espaço adquire significado por meio da experiência, onde há interação entre o indivíduo e o ambiente, permeado pelas relações sociais que possibilitam a estruturação de uma rede de significados e sentidos culturais (CARLOS, 1996). Passa a ser, então, um lugar com forte carga subjetiva, ligado mais às experiências, ao aspecto afetivo, à necessidade de raízes do que ao sentido geográfico do termo.

A apropriação envolve significados, crenças, concepções, sentimentos, atitudes, opiniões, imagens e senso comum, relativos ao patrimônio, revelados nas práticas sociais eventuais ou cotidianas. Freire (1997, p. 57) considera que a apropriação acontece quando “os objetos são incorporados ao repertório visual de seus habitantes, ligando-se às suas experiências afetivas, momentos significativos de sua vida.” Sendo assim, o patrimônio construído demarca uma porção do espaço que, quando experienciado e apropriado, pode se tornar lugar. Com a apropriação, o indivíduo ou grupo social tanto assume determinado lugar como propriedade sua, quanto também entende que a ele pertence. Esse sentimento de pertença não se relaciona apenas à dimensão espacial: pertencer ao lugar significa também pertencer ao grupo (FREIRE, 1997).

Como coloca Halbwachs (1990, p. 69), “há em cada época uma estreita relação entre os hábitos, o espírito de um grupo e os aspectos dos lugares onde ele vive.” A apropriação e a sensação de pertencimento estão intimamente relacionadas à formação da identidade, seja individual ou coletiva; sendo fundamentadas em valores que são construídos social e historicamente, num dinâmico processo de apropriação e de estruturação de identidade.

A identidade é essencialmente construída na memória. É por meio dela que os grupos sociais tomam consciência de suas características, daquilo que os diferenciam de outros grupos. A identidade possui um sentimento de pertencer a um grupo. A reconstrução da memória propicia ao grupo o reconhecimento da sua própria identidade, fortalecendo em todos o sentimento de permanência e continuidade.

A declaração identitária não existe *a priori*, é sempre múltipla e inacabada, algo que busca se estruturar. Ela é construída em um processo que leva em conta as questões existentes no contexto social. A identidade de um grupo, em dado momento, pode mais tarde ser esquecida, pois outro contexto e outras relações estão em jogo. A identidade se estrutura a partir de elementos que se interrelacionam, como os valores culturais vigentes no grupo social e as relações com os lugares e a memória (LÉVI-STRAUSS, 1977).

A memória, como um dos elementos ligados à experiência, contribui para o processo de apropriação, pois permite a compreensão de como ocorreu a vivência naquele lugar. Não existe memória sem imaginário e não há imaginário sem memória dos indivíduos (CONNERTON, 1989). Com relação à identidade, a memória é um fator fundamental para sua constituição, em função do sentimento de continuidade e de pertencimento que confere ao indivíduo ou ao grupo.

A memória cria identidade para o grupo, com o que é comum a ele. Um dos pontos que permite a identificação do sujeito com o grupo é um passado de acontecimentos e experiências em comum, que possa funcionar como elo, que fomenta o sentimento de pertença. Essa memória coletiva tem um caráter dinâmico: quando o grupo muda ao longo do tempo, as lembranças também se transformam. Ela só subsiste enquanto o grupo social existe; quando seus integrantes morrem, tem fim também a memória coletiva. As lembranças particulares só subsistem quando têm o respaldo das coletivas (POLLAK, 1992; HALBWACHS, 1990).

Como a identidade, a memória enquanto construção social, sugere um trabalho de organização que articula a lembrança e o esquecimento, sofrendo transformações constantes. A memória é seletiva, depende dos valores do indivíduo, do momento histórico e dos interesses do grupo social, que sempre remetem aos conflitos de definição das identidades (POLLAK, 1989). A memória coletiva é formada para dar sentido e estabelecer a maneira do indivíduo se relacionar com o mundo.

Em relação ao espaço, a memória é coletiva, pois a percepção do espaço resulta do que o olhar apreende, do que é trabalhado no imaginário a partir de valores e conceitos estabelecidos pelo grupo. O lugar funciona como suporte da memória coletiva e da identidade social; quando os lugares são transformados ou destruídos há o sentimento de estranheza e perda das referências identitárias.

O patrimônio cultural desempenha um papel fundamental na procura ou criação das novas estruturas identitárias. Ele ultrapassa o conceito de lugar, espaço físico que é apropriado por meio da experiência, para ser um “lugar de memória,” que apresenta dimensão material e funcional, mas principalmente simbólica (NORA, 1993). Esses lugares contêm elementos necessários ao sentimento de continuidade dos indivíduos e grupos sociais e contribuem para a manutenção dos

valores identitários. Sendo assim, ao mesmo tempo em que fornece suporte ao pertencimento, memória e identidades dos sujeitos e grupos, o lugar “também é fragmento, resto, ilusão cambaleante em um tempo de brevidades, responsável por unir passado e presente” (BRANDIM, 2005, p. 240). Estes valores estão presentes e incorporados nos seus espaços estruturais, reforçando a produção e a reprodução das identidades e cristalizando-se no grupo social.

3.2 O PATRIMÔNIO ENTRE MEMÓRIA E REPRESENTATIVIDADE

Entender que o patrimônio é representado e utilizado com alguma intenção pela sociedade é muito relevante. São esses aspectos que tornam o conceito de patrimônio cada vez mais abrangente e também suscetível a novas interpretações e definições. Portanto, entendê-lo como construção social no universo da presente análise e no modo como ele tem se apresentado na atualidade é indispensável. Outro ponto importante é perceber como as diferentes expressões de patrimônio são representadas, não apenas por cada indivíduo que os atribuem significados, mas especialmente por grupos sociais que possuem determinados interesses no bem patrimonial (MEIRA, 2004).

O conceito de patrimônio reúne diversas interpretações e tem passado por inúmeras transformações e ressignificações, tanto no âmbito legislativo, em Constituições e leis; acadêmico, em obras e pesquisas; e até mesmo no senso comum das sociedades nacional e internacional. Para que estas transformações ocorressem foi necessário entender os diferentes usos do patrimônio, sua validade, relevância e importância para os grupos sociais.

Toda essa evolução da concepção do que é patrimônio faz parte do processo de construção social do conceito e das mais variadas expressões patrimoniais que surgiram entre diferentes grupos sociais através de suas manifestações culturais. Esta evolução do que é, e como pode ser utilizado o patrimônio da sociedade em suas múltiplas especificidades esteve vinculada e ainda vincula-se aos interesses momentâneos de grupos sociais e instituições que percebem não apenas o valor cultural, ideológico como também o valor político do patrimônio. Dessa forma, Ana Meira (2004, p.13), afirma que:

Depende dos valores da sociedade, presentes em cada momento da sua trajetória, a definição do que vai se constituir em patrimônio cultural – compreendido como os elementos materiais e imateriais socialmente reconhecidos e que servem de referência ao seu desenvolvimento. A atribuição de valores está ligada ao universo da escolha e o reconhecimento de seus significados inscreve-se na dimensão simbólica do imaginário.

De acordo com Funari e Pelegrini (2006), o conceito de patrimônio surgiu no âmbito privado do direito de propriedade, ligado aos interesses da aristocracia e referente à transmissão de bens no seio da elite patriarcal romana. Nesse sentido, patrimônio significava status social e estava restrito a uma pequena parcela da população, privilegiada política e economicamente.

Na Idade Média a concepção de patrimônio foi sacralizada, estando associada a algo que se respeita. Somente a partir dos tempos modernos a palavra patrimônio teve o seu significado ampliado, passando a abarcar os bens e conjuntos de bens naturais e culturais de importância reconhecida para os grupos sociais, como forma de proteger e preservar o passado. Em função disso, o patrimônio passou a ser identificado com o passado histórico e seu valor artístico exaltado, principalmente pelos renascentistas.

Entretanto, durante os acontecimentos relacionados à Revolução Francesa, houve mudanças significativas em relação àquilo que se estabelecia como patrimônio. Warnier (2000) acredita que a noção moderna de patrimônio foi articulada em um momento de confrontação entre práticas progressistas e individualistas por um lado, e a relação ancestral com a herança comum, por outro. Para o autor, a Revolução Francesa representa esse momento, principalmente pelo aspecto valorativo e do uso político que se passou a fazer do patrimônio, fazendo com que os bens, na concepção moderna de patrimônio fossem dotados de significados mais amplos e capazes de serem utilizados pelo próprio Estado em suas pretensões de organização sociocultural da sociedade.

Lemos (1991) explica que o patrimônio cultural de uma sociedade, de uma região ou de uma nação é bastante diversificado, sofrendo constantes alterações. Meira (2004, p.15) afirma que: “como muda a sociedade e mudam os seus valores, o que é considerado patrimônio se modifica, é construído e reconstruído

permanentemente”. Ambos os autores acreditam que o patrimônio cultural passa por transformações e tais transformações estão relacionadas não apenas a atribuição de significados e símbolos às expressões patrimoniais existentes, mas também aos usos que delas serão feitos de acordo com interesses de grupos sociais.

Os usos sociais do patrimônio também fazem parte do processo de construção social do conceito e das expressões patrimoniais que foram e são criadas. Esses usos promovem não apenas as expressões patrimoniais em si, mas, principalmente, os responsáveis por utilizá-las de acordo com seus interesses. Dias (2006) observa que o patrimônio, dessa forma, passa a possuir um valor de uso vinculado às suas dimensões e utilidades, sejam elas: científico – culturais, simbólicas, políticas, sociais ou econômicas.

O patrimônio de identidade se constrói à medida que há uma ressonância na população, constituindo o seu valor social. Segundo Paes e Oliveira (2010, p. 22), o patrimônio realmente pertence à sociedade quando:

O patrimônio, como fato social, é a mediação entre o sujeito e o objeto, o material e o imaterial, o afetivo e a ferramenta normatizadora, a esfera pública e a econômica e a esfera do cotidiano. A memória, ou o tempo, consubstanciado em diferentes escalas e dimensões espaciais [...] participa de nossos esquemas e formas de estruturar a interpretação simbólica do mundo e da vida cotidiana.

As identidades têm uma relação de interdependência com a arquitetura e com a memória, que pode ser revelada nas formas simbólicas que lhe são atribuídas. Por sua vez, a memória, nas suas transformações e permanências, constrói as identidades individual e coletiva.

Os bens que possuem valores históricos, como por exemplo, herança e referência, são sedimentados pela permanência da memória e reconhecidos como patrimônio histórico. O termo patrimônio foi conceituado por Choay (1992, p. 26), como:

[...] um bem destinado a ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* de todos os seres humanos.

A importância histórica do monumento como patrimônio de uma localidade, pode ser maior ou menor, estar mais presente ou menos presente. É a própria cidade, a partir da história de suas particularidades, que determina seu patrimônio histórico e é através dele que se formam as particularidades dessa cidade. Esta hipótese se reforça com a opinião de Carlos Fortuna (1995, p.135):

Como acontece com a memória coletiva, que reconstrói o passado a partir do presente, a relação indeterminada dos monumentos com a história não diminui em nada o seu dramatismo [...]. Por não existir uma relação direta entre o significado histórico que se supõe transmitirem e aquilo que significam, os monumentos são, como ruínas, um convite à imaginação do passado e alguns casos do presente.

Essa análise de como o patrimônio foi e é visto, ao longo dos tempos pelos grupos sociais, é fundamental para que se verifique e compreenda as transformações e o desenvolvimento do processo de construção social do patrimônio. O patrimônio sendo essencialmente histórico, passa por significados e reinterpretações constantes, em função de realidades socioculturais específicas do presente. Isso faz com que as manifestações ou bens patrimoniais sejam selecionados por apresentarem qualidades consideradas passíveis de preservação, enquanto outros são excluídos.

As qualidades do patrimônio geradas pelas vivências, registradas na memória, reconhecidas e atribuídas pela comunidade, destacam estes bens arquitetônicos dos demais de seu entorno e os tornam representativos. Estes significados vão além da caracterização do bem como objeto, pois estão diretamente ligados aos sujeitos e eles refletem a identidade deste grupo social.

Segundo Riegl (1984) esta atribuição atualizada de significados é responsável pela rememoração dos monumentos, quando afirma que a significação de monumentos é atribuída pelos sujeitos e não à destinação original, que confere a essas obras. Ele também menciona a impossibilidade de controle sobre o que os bens assumirão ao longo dos séculos e se as intenções de rememoração originais serão mantidas.

Argan (1993) afirma que, mesmo sendo a arquitetura representativa por excelência, seu desenvolvimento histórico é decorrente da transmissão de significados, de determinados signos arquitetônicos. O reconhecimento do bem como patrimônio é

definido pela sua representação. Esse processo ocorre de modo inconsciente, sem um propósito específico, e quando o objeto é “merecedor” de uma representação, é posto em evidência e mais valorizado.

O passado desses bens é reinterpretado e, às vezes, até modificado pelos grupos e instituições com interesses específicos sobre ele. Obviamente, o bem patrimonial deve estar em consonância com os objetivos daqueles que manifestam interesse em utilizá-lo e isso faz com que alguns bens sejam destacados em detrimento de outros. Arantes (1984, p. 9) destaca que o interesse pela “defesa do passado” está relacionado à construção do ambiente e isso faz com que exista uma intensa luta política, em que grupos sociais diferentes disputam espaços e recursos naturais, além de concepções ou modos particulares de se apropriarem simbólica e economicamente desses espaços.

Assim, essas disputas ou interpretações distintas colocam em jogo o que é ou não patrimônio para uns e para outros, contribuindo para que o conceito de patrimônio seja constantemente reconstruído. Segundo Dias (2006, p. 79):

O processo de qualificação de um bem patrimonial mobiliza vários atores, que representam grupos sociais, os quais manifestam, por ele, interesses diversos. Alguns buscam consolidar sua dominação política ou ideológica; nesse caso, tais bens podem até ser criados com esse fim. Outros buscam tão somente a afirmação de sua existência como cultura distinta e o fazem por meio do acúmulo de um capital simbólico, que tem o patrimônio cultural como um dos seus elementos mais significativos, por representar sua continuidade histórica, a fim de constituir um referencial que reforça sua identidade cultural.

Outro aspecto relevante é a relação entre o passado e o presente, por meio das diferentes interpretações que os grupos fazem do passado a partir do presente. Neste caso, as representações produzidas estarão condicionadas a concepções, convicções e opiniões baseadas no tempo presente. Pommer (2009) acredita que qualquer concepção de passado pode ser sugerida para dar autenticidade às ações desenvolvidas no presente, o que acaba sendo feito através da materialização da história do grupo. Principalmente no que dizem respeito às ações políticas do passado, as representações serão produzidas no presente de acordo com a realidade que se apresenta no momento, baseada em interesses individuais ou coletivos.

Pommer (2009, p. 28) analisa que: “O passado se configura, conseqüentemente, a partir de limites representativos definidos pelas condições do presente, pelas condições das ações dos grupos humanos no seu tempo”. Desta forma, constata-se que o passado é revivido e posto em atuação por meio da produção de representações sobre ele, e para que permaneça presente no cotidiano da cidade, é preciso que tenha identidade para suportar as mudanças ou então se perderá no tempo, esquecido.

CAPÍTULO IV

TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

4.1 A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: UM BREVE HISTÓRICO

A teoria das representações sociais, ligada à área da Psicologia Social, foi desenvolvida inicialmente por Serge Moscovici, integrante da escola psicossocial construtivista francesa em seu livro “*Psychanalyse son image et son public*”, obra que teve sua publicação no Brasil em 1978, sob o título “Representação social e Psicanálise”. Segundo Sandra Jovchlovitch (2003, p. 63), é a partir deste trabalho que Moscovici se insere no debate sobre a psicanálise e sua atuação enriquece a discussão sobre a teoria e a pesquisa em torno da representação social (RS).

De acordo com Jodelet (2002, p. 32) a RS é entendida como “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. São, portanto, conhecimentos práticos que possibilitam a compreensão do mundo e sua comunicação dentro do grupo social.

Wolfgang Wagner (1995, p. 150) afirma que a teoria das representações sociais tem como objetivo descrever e explicar o fenômeno dos diferentes tipos de teorias populares, construídas pelo senso comum e saberes cotidianos, onde ele pretende visualizar uma realidade que possibilite revelar os aspectos físicos, sociais e culturais dos grupos. Embora seja dada atenção ao indivíduo, isto é, também há um olhar sobre o que informa cada indivíduo do grupo estudado, partindo do princípio de que as Representações Sociais (RS) são elaboradas pelo grupo e não individualmente.

As RS podem ser definidas como “*imagens construídas sobre o real*” (MINAYO, 1994, p. 108), elas são construídas na relação dos indivíduos em seu grupo social, da ação no espaço coletivo, comum a todos, sendo assim, diferente da ação individual. O espaço público é o lugar onde o grupo social pode desenvolver e sustentar saberes sobre si próprio, saberes consensuais, isto é, as RS. Para Sandra Jovchlovitch:

As representações sociais emergem desse modo como processo que ao mesmo tempo desafia e reproduz, repete e supera, que é formado, mas que também forma a vida social de uma comunidade. (JOVCHELOVITCH, 2003, p. 83).

As RS têm um caráter dinâmico e relacional à trajetória do grupo que a elaborou. É fruto de um processo sempre atuante, desencadeado pelas ações coletivas dos indivíduos, mas implica em um reflexo nas relações estabelecidas dentro e fora do grupo, no encontro com outros indivíduos ou outros grupos. A ação dos indivíduos é caracterizada pelas RS, que seu grupo elaborou.

Os grupos possuem regras, ideias e elaboram informações próprias, ao longo da sua história e sob o reflexo das diferentes relações que estabelecem. Nesse processo, sua identidade se constrói, dando-lhe especificidade. Porém, quando os elementos da identidade coletiva são questionados ou subestimados, um novo processo tem início: o surgimento das RS. Elas são, para Moscovici (1978), uma resposta do grupo às intervenções externas que põem em perigo sua identidade coletiva, ou seja, para o modo como o grupo se vê e quer ser visto pelos outros. As RS são formuladas num processo coletivo e sustentadas por um grupo (BAUER, 2002). Assim, é essencial para o pesquisador identificar que grupo é esse, situar seu conteúdo simbólico no espaço e no tempo e relacioná-lo a um contexto intergrupar específico.

Moscovici partiu do conceito de representação coletiva elaborado por Émile Durkheim, para construir sua própria teoria. Desse modo, apreende daquele conceito, a noção fundamental de que as representações são construídas socialmente pelos grupos e se caracterizam como imagens da realidade. Através do seu conhecimento é possível entender, como os indivíduos de um grupo social percebem a realidade que os cerca e, com a qual se relaciona.

Minayo (1994) afirma que, na sociologia, Durkheim foi o primeiro autor a trabalhar com o conceito de RS. Sob o termo de representações coletivas, este conceito refere-se:

[...] a categorias de pensamento através das quais determinada sociedade elabora e expressa sua realidade. Durkheim afirma que essas categorias não são dadas a priori e não são universais na consciência, mas surgem ligadas aos fatos sociais, transformando-se, elas próprias, em fatos sociais passíveis de observação e de interpretação [...] (MINAYO, 1994, p. 90).

Em sua elaboração teórica, Moscovici (1978) volta-se para um sentido diferente daquele conceito durkheimiano de representação coletiva, por avaliar que este é

mais apropriado para a análise das relações sociais desenvolvidas nos grupos tradicionais. Moscovici propõe que, para as sociedades urbano-industriais, a análise das representações seja feita com base na teoria das representações sociais. Para Moscovici, o modelo de sociedade, objeto de análise de Durkheim, era estático e tradicional, diferente das sociedades modernas, tema das pesquisas de Moscovici (1978), que são dinâmicas e fluidas, sendo o conceito de coletivo substituído pelo de social porque estava mais adequado às sociedades de dimensões mais cristalizadas e estruturadas.

Segundo Serge Moscovici (1978), os indivíduos, reunidos em grupos sociais, vão elaborar um conjunto de informações consensuais sobre a realidade com a qual se relacionam. Onde o indivíduo tem um papel atuante e particular na elaboração das RS. Ele comenta que:

[...] a representação social é um corpus organizado de conhecimento e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam inteligível a realidade física e social, inserem-se num grupo ou numa ligação cotidiana de trocas, e liberam os poderes de sua imaginação. (MOSCOVICI, 1978, p. 28).

A teoria das representações sociais pretende explicar o complexo representação/ação. A teoria consensual, criada por um grupo social, e a sua ação social formam um complexo pois, todos os elementos estão associados numa teoria, para compreender a realidade dada. O que vai, simultaneamente, ser uma espécie de “indicador” para as ações sociais deste grupo. Pode-se afirmar que este é um complexo cujos elementos se auto alimentam, são início e fim ao mesmo tempo. Nas palavras de Wagner:

[...] o que pode, então, ser explicado por uma representação? A resposta é simples: enquanto relacionado a crenças, o comportamento manifesto é parte e conteúdo da própria representação social, é a consequência do comportamento no mundo social que se necessita explicar pelo complexo representação/ação. (WAGNER, 1995, p. 178).

Como consequência do “complexo representação/ação” os indivíduos vão agir em consonância com os elementos das RS, que eles mesmos construíram, constituindo-se num processo de compreensão e inserção no mundo social e relacional. Em vista disso, confere-se essa importância quando se pretende conhecer e analisar um grupo social específico e entender o seu modo de agir e pensar.

A análise das RS tem um caráter multidisciplinar que permite o diálogo entre a sociologia, a antropologia e a psicologia, porque procura entender os fundamentos de uma teoria criada pelos grupos sociais, em suas diferentes relações, quando investiga como os indivíduos se relacionam com estas representações, ou seja, que valores lhes são atribuídos ou acrescentados e como vão agir no mundo, tendo como base estas representações.

A RS trata do sentimento que o grupo tem sobre a realidade, as ações e informações que reuniram e transformaram em uma teoria do senso comum, apta para explicar a sua realidade e a si mesmo. Mas essa teoria é dinâmica, capaz de absorver ou excluir alguns dos seus elementos, na sua tarefa de compreender a realidade e de oferecer subsídios para a ação dos indivíduos sobre esta mesma realidade. O que ressalta a necessidade de se dar maior atenção aos novos elementos incorporados e às explicações referidas a eles, pois eles podem possibilitar a mudança da RS e dar novo significado às ações dos indivíduos.

4.1.1 - Dimensões Teóricas das Representações Sociais

Ao elaborar suas RS, os indivíduos organizam imagens, histórias e linguagens coletadas de atos e situações que lhes são comuns. Ao vivenciar ou apenas ter conhecimento desses fatos da realidade e da natureza, eles procuram meios de reproduzi-los. Essa reprodução é resultante de uma lógica natural, em que os elementos são interpretados e passam por uma reconstrução, sendo-lhes atribuídos significados específicos, cujos aspectos podem ser cognitivos, emocionais e afetivos. Desse modo, a realidade é conhecida, remodelada e representada, fazendo parte da realidade cognitiva do grupo. Serge Moscovici (1978) afirma que:

Toda representação é composta de figuras e de expressões socializadas. Conjuntamente, uma representação social é a organização de imagens e linguagem, porque ela realça e simboliza atos e situações que nos são e que nos torna comuns. Encarada de modo passivo, ela é compreendida a título de reflexo, na consciência individual ou coletiva, de um projeto, de um feixe de ideais que lhe são exteriores. A analogia com uma fotografia captada e alojada no cérebro é fascinante; a delicadeza de uma representação é, por conseguinte, comparada ao grau de definição e nitidez ótica de uma imagem. É nesse sentido que nos referimos, frequentemente, à representação (imagem) do espaço, da cidade, da mulher, da criança, da ciência, do cientista, e assim por diante. (MOSCOVICI, 1978, p. 25).

A analogia das representações sociais como uma fotografia alojada no cérebro, é realmente interessante, porque dá a dimensão do significado das representações sociais para os grupos nas suas relações. Visto que, através delas, obtém-se uma imagem da realidade, com seus elementos, fatos e pessoas, todos identificados e classificados, cujo registro está na memória de todo o grupo. É a partir da imagem destes dados que o conhecimento do grupo é elaborado de forma coletiva, dando sentido e interpretando a realidade, permitindo agir sobre ela, em coerência com o que veem, conhecem e interpretam. Para Moscovici (1978, p. 26):

[...] uma representação fala tanto quanto mostra, comunica tanto quanto exprime. No final das contas, ela produz e determina os comportamentos, pois define simultaneamente a natureza dos estímulos que nos cercam e nos provocam, e o significado das respostas a dar-lhes. Em poucas palavras, a representação social é uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos.

Um dos elementos das RS é a comunicação entre os indivíduos, já que elas fazem parte de uma espécie de “código” para o grupo. Elas fazem parte da linguagem, são usadas na transmissão de ideias coletivas, para explicar a realidade. De acordo com Moscovici (1978), uma representação social é uma “*preparação*” para a ação, para o comportamento coletivo dos indivíduos. E não somente pela característica de remodelar e reconstituir os elementos da realidade do grupo, mas também por conseguir imprimir uma forma de comportamento, integrando o grupo e fornecendo para seus componentes “as noções, as teorias e os fundos de observação que tornam essas relações estáveis e eficazes” (MOSCOVICI, 1978, p. 49).

As RS são sempre construtivas, pois edificam o mundo como ele é conhecido pelos membros de um mesmo grupo social, e esse conhecimento, socialmente construído, garante aos indivíduos um lugar, um espaço simbólico, relacionado à sua identidade, expresso por sua linguagem, o qual compreendem e podem reproduzir. Assim, os integrantes do grupo internalizam todo o conjunto do pensamento social, coletivamente elaborado, e a linguagem de sua comunidade, como expressão de sua identidade social, fazendo com que se considere específico, diferente dos outros, dando-lhe também qualidades especiais.

Para Moscovici, o que desencadeia o processo formador das RS, o seu “propósito”, é o de “transformar algo não familiar em familiar” (1978, p. 54). O processo de

formação das RS tem como princípio a familiarização do que é desconhecido pelo grupo. Fatos, pessoas ou leis jurídicas, por exemplo, não familiares, que se inserem no cotidiano do grupo, interferindo de algum modo nas relações, precisam se tornar familiares. Com este objetivo, eles serão codificados, analisados e assimilados aos dados anteriormente conhecidos, para finalmente, serem compreendidos, tornando-se familiares ao grupo. Essa familiaridade estará permeada pelos elementos dados pelo grupo, ela será peculiar, e não necessariamente semelhante, à forma “original” desses fatos não-familiares ou como eles são percebidos em outros grupos.

Serge Moscovici (1978) argumenta que o propósito das RS é o de transformar o desconhecido em conhecido, algo não familiar em familiar. Visto que, o desconhecido assusta, assim, ele deve ser definido para fazer parte do dia-a-dia do grupo, precisa ter um lugar, uma face que informe seu papel, significado e consequência da sua utilização. O meio ambiente passa por esse processo, principalmente as coisas e fatos que têm alguma relação com o grupo. A transformação do não-familiar em familiar faz parte do processo de construção das RS, para que o grupo promova essa transformação, são acionadas ideias, mitos e histórias, criando um conhecimento lógico e consensual sobre aquilo que é desconhecido. De acordo com a argumentação de Moscovi (2001, p. 48), a função das RS consiste em:

[...] tornar familiar o não familiar numa dinâmica em que objetos e eventos são reconhecidos, compreendidos com base em encontros anteriores, em modelos. No caso, a memória predomina sobre a lógica, o passado sobre o presente, a resposta sobre o estímulo, perturbador do universo exterior para o interior, coloca-o em uma categoria e contexto conhecidos. Nesse universo consensual o veredicto precede o julgamento.

Afirmar que no universo consensual o veredito precede o julgamento, significa dizer que, quando se dá o processo de construção das RS, os indivíduos são parciais na escolha de histórias, mitos ou fatos para identificar e se familiarizar com o novo. Não se trata de uma decisão neutra, significa que a atitude com o novo é para defini-lo como “bom” ou “ruim”, normal ou desviante. As classificações vão sempre ter uma conotação positiva ou negativa e uma posição numa ordem hierárquica. Além de serem reconhecidos de modo positivo ou não, os fatos novos serão

comparados e classificados, como melhores ou piores àqueles anteriormente conhecidos, revelando, mais uma vez, o caráter relacional desse processo.

Segundo Moscovici (1978, p. 110), a representação social, modalidade de conhecimento particular e consensual, utiliza-se de dois meios para exercer sua função de familiarizar o grupo com o desconhecido: a objetivação e a ancoragem. Para o autor, a objetivação:

[...] faz com que se torne real um esquema conceptual, com que se dê a uma imagem uma contrapartida material, resultado que tem, em primeiro lugar, flexibilidade cognitiva: o estoque de indícios e de significantes que uma pessoa recebe, emite e movimenta no ciclo das infracomunicações pode tornar-se superabundante.

[...]objetivar é reabsorver um excesso de significações materializando-as (e adotando assim certa distância a seu respeito). É também transplantar para o nível de observação o que era apenas inferência ou símbolo.

Vê-se que a objetivação é o processo de transformar algo que está no nível abstrato, desconhecido para um outro mais tangível, isto é, torná-lo mais concreto e objetivo, na medida em que há uma aproximação para observá-lo. Porém, nesse movimento, são feitas relações e hierarquizações com aquilo que já é conhecido, imprimindo-lhe algum significado. As duas operações essenciais da objetivação são naturalizar e classificar. No ato de naturalizar, o símbolo se torna real e, com a classificação, é dado, à realidade, um ar simbólico. Com a objetivação, há um enriquecimento da gama de elementos atribuídos às pessoas e separa-se alguns desses elementos, seus atributos, “para poder guardá-los num quadro geral, de acordo com o sistema de referência que a sociedade institui” (MOSCOVICI, 1978, p. 13).

Na objetivação, a naturalização e a classificação são realizadas, e os resultados são inseridos num quadro mais amplo, com outras objetivações e RS, completando um universo representacional, para ser acionado quando for preciso. Todo esse processo faz parte da lógica consensual de interpretação da realidade social do grupo.

Com relação à ancoragem, esta vai ligar o que é estranho ao grupo aos dados já conhecidos, fazendo uma correlação, buscando semelhanças e efetuando uma classificação hierarquizada. Como se sabe, esse processo não é neutro, então essa ligação não se dá aleatoriamente, mas com dados conhecidos e repletos de

símbolos e histórias que posicionarão o novo elemento num lugar positivo ou negativo, de acordo com o conjunto de fatos que o grupo já conhece.

O processo de ancoragem está na incorporação do não familiar, num grupo de categorias familiares, através dele é possível classificar e nomear o desconhecido. Para Denise Jodelet (2002), a ancoragem diz respeito à conexão cognitiva do objeto no sistema de pensamento pré-existente e nas transformações deste sistema. A autora comenta que o processo de ancoragem:

[...] está situado numa relação dialética com a objetivação e articula as três funções básicas da representação: função cognitiva de integração, função de interpretação da realidade e função de orientação das condutas e das relações sociais. (JODELET, 1988, p. 486).

Na ancoragem, o segundo processo formativo da RS, há a “*construção de uma rede de significados*” (MOSCOVICI, 1978, p. 289) onde os indivíduos do grupo associam o que já conhecem ao que é desconhecido. Significados conhecidos são acionados na busca do entendimento e descrição do novo, nesse processo, ele vai se tornando mais familiar, para ser inserido, vestido com uma “roupagem” que lhe dá sentido. Moscovici (1978) aponta mais uma característica desse conhecimento: a constante repetição das RS pelos membros do grupo. Para o autor, esse recurso “não só tem uma função de economia, pois cada ideia já não precisa ser demonstrada de novo, mas também uma função de organização do julgamento” (MOSCOVICI, 1978, p. 259). Os indivíduos fazem da repetição uma forma de se lembrarem em que posições se encontram nas relações sociais, em que estão inseridos. Quando falam, repetidamente, estão “repassando” seu discurso, reafirmando suas ideias e, ao mesmo tempo, desenvolvendo-as.

Após a discussão a respeito das dimensões teóricas sobre as RS, é possível deduzir que elas emergem de um triplo cenário, cujos elementos estão interligados. O primeiro cenário é o do imaginário individual, no qual surgem as representações individuais; o segundo, o do imaginário coletivo, no qual aparecem as RS – construídas pelo grupo. E o terceiro cenário, trata-se da realidade social como atuação, é nele que tomam forma as representações, que têm por objeto as ações sociais.

4.1.2 - A representação como instrumento de análise

O pesquisador deve ir além da mera observação do grupo estudado e da busca do entendimento que seus integrantes têm das relações e instituições sociais que produzem. Torna-se importante a observação e a análise do pesquisador, pois a ele cabe o papel de decifrar os dados coletados, visto que os informantes, na maioria das vezes, tendem a reproduzi-las, sem questioná-las ou observar as regras internas do grupo.

O conceito de representação tem sido amplamente aplicado nas ciências sociais com a obtenção de bons resultados. Entretanto, por sua importância, ele deve ser definido e usado como modelo perspicaz para o entendimento das ideias, crenças e instituições presentes na vida dos grupos sociais pesquisados.

Para Maria Cecília Minayo (1994), as RS são definidas nas ciências sociais como:

[...] categorias de pensamento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a. Enquanto material de estudo, essas percepções são consideradas consensualmente importantes, atravessando a história e as mais diferentes correntes do pensamento social. (MINAYO, 1994, p. 89).

É através da fala dos informantes que se entra em contato com essas representações. Devido à relevância da captação do discurso do informante para a análise das representações, Magnani (1986) chama a atenção para a individualidade de pensamento do informante. O seu discurso não deve apenas ser pensado como expressão do grupo, e sim, como parte dele, as opiniões particulares vão compor um discurso que é do grupo. Na fala individual, devem ser percebidas as nuances do que é reflexo do pensamento apenas daquele informante e o que é também reproduzido e reafirmado pelos demais integrantes do grupo.

As ideias, crenças e instituições surgem no discurso dos informantes não apenas como formulações do grupo como um todo, mas são também, formulações dos indivíduos, isto é, cada indivíduo tem sua opinião consciente e formulada. Um indivíduo pode falar do que “pensa” todo o grupo, uma ideia coletiva, mas também sua opinião pessoal sobre o tema, as duas visões são importantes e precisam ser reconhecidas, identificadas e analisadas como dimensões distintas.

Para a percepção da diferença entre as opiniões pessoais dos indivíduos e o que faz parte das ideias do grupo, é preciso saber quais são as crenças do grupo, “na medida em que estão implicadas no costume e tradição, devem ser tratadas como objetos fixos e invariáveis” (MAGNANI, 1986, p. 136). Ao se estudar o discurso do indivíduo, composto por suas opiniões pessoais e pelas crenças do grupo, as últimas, reflexo das ideias sociais mais amplas, provavelmente, surjam contradições entre as duas visões, mas isso não deve preocupar o pesquisador.

Ao se perceber contradições entre os diferentes discursos, a solução apresentada pelos pesquisadores é dar maior relevância ao que é dito pelos entrevistados que possuam nível intelectual mais elevado, sua fala seria um “norte” para revelar o dogma do grupo. As ideias sociais da comunidade constituem-se em dogmas, na medida em que se contrapõem às ideias individuais, são peças fundamentais para a compreensão das representações do grupo, pois provocam reações emotivas, expressas na conduta dos indivíduos. Além disso, são crenças incorporadas nos costumes, religiosidades, valores e simbologias.

A importância da análise do discurso para a percepção das representações está não apenas, em reproduzir o que o informante diz, porém em descobrir os significados e informações inseridos no que está sendo dito. Mesmo reconhecendo que esta análise tem aspectos trabalhosos e demorados, ela deve ser feita, sob pena de sua ausência pôr em risco o bom resultado do trabalho.

Torna-se necessário, para eficácia da pesquisa, não apenas reproduzir o que foi dito, mas decompor as informações, indo além das suas palavras, buscando também relacioná-las com o contexto em que foram ditas e, na medida em que se tem uma quantidade de informações suficientes, o que há por trás de suas palavras, se há um subtexto que pode dar melhor entendimento às relações e à história do grupo estudado.

Nesse sentido, não basta a reprodução, mas uma análise cuidadosa do material coletado do diálogo entre os diferentes discursos, para se chegar às ideias elaboradas pelo grupo. Assim, tem-se um conjunto de ações árduas a serem cumpridas, perfazendo, um processo de reconstituição. Todas essas ações metodológicas têm como função contribuir para reconstituir tudo o que está, na

verdade, fragmentado, pois não há como se obter as representações de um grupo através de um único olhar, da análise de um só discurso. Várias observações do grupo deverão ser realizadas, diferentes informantes indagados sobre suas idéias e concepções coletivas e as contradições devem ser discutidas e elucidadas. Todo este conjunto de ações metodológicas será realizado com o objetivo de expor as RS e seus significados construídos pelo grupo.

Em pesquisas voltadas para a análise sobre sociedades, a questão do discurso ganha maior importância, torna-se, praticamente, o único meio de informação. E, justamente por isto, é preciso ater-se de modo cuidadoso à interpretação desse discurso. Pois, como lembra Magnani:

[...] como todo e qualquer dado, os depoimentos não falam por si; há, ademais, outras “práticas significantes” e é do entre jogo, da relação entre essas práticas que se pode reconstituir o significado. (MAGNANI, 1986, p. 139).

No exercício de reconstrução da reprodução, deve-se, além de ouvir os informantes, juntar as diferentes peças apresentadas por eles de modo não linear, ou consciente, mas que, nem por isso, estão afastadas da realidade, são, ao contrário, reflexo dela. O trabalho do pesquisador deve ser cuidadoso, não apenas de reproduzir a fala do informante sem analisá-la. Porém, após a análise dos depoimentos e da observação dos informantes, é preciso fazer uma clara distinção entre o que foi dito por eles e o que é fruto de inferências do pesquisador. Estes são discursos específicos e que têm papéis diferentes para a compreensão das relações sociais estudadas. A fala dos informantes, sua história e comportamentos, assim como “*a forma como foram feitas as observações e coletadas as informações*” (MALINOWSKI, 1976) devem ser apresentados de modo explícito aos leitores da pesquisa. Para que se saiba qual o processo desenvolvido até se chegar às conclusões analíticas sobre o grupo. O autor deve estar atento para não confundir o seu discurso com o do informante, já que este último, é a base empírica para a sua pesquisa.

4.1.3 – Dimensões Metodológicas da Teoria das Representações Sociais

As RS são formas de conhecimentos socialmente construídas pelos integrantes dos grupos, para explicar as relações estabelecidas entre eles, com outros grupos e com a natureza. Isso ocorre mediante o caráter coletivo das ideias, histórias e experiências vividas por um grupo social específico, e essa construção vai servir de orientação para a ação social. Há a necessidade metodológica de se entender a forma como foram elaboradas as explicações cognitivas para a realidade vivida, assim como, os conteúdos da história pregressa do grupo, como, por exemplo, o período de interação no espaço geográfico, com suas características, problemas, qualidades e o que foi preciso fazer para a adaptação neste lugar ou para a interação social com outros grupos.

De acordo com Spink (1995), após ter definido o problema a ser estudado e as populações pertinentes a ele, o pesquisador deve decidir qual o aspecto das representações sociais a ser investigado, para ter condições de elaborar o instrumento e/ou procedimento da pesquisa. A análise das representações sociais é feita com o auxílio de entrevistas, e é centralizada nos discursos dos informantes. A apreciação dessas entrevistas deve ser cuidadosa e a sua aplicação deve envolver um número pequeno de informantes, o que acentua seu caráter qualitativo e privilegia “os sujeitos genéricos que, se devidamente contextualizados, têm o poder de representar o grupo do indivíduo” (SPINK, 2004, p. 129).

A dimensão metodológica da teoria das representações sociais reafirma a importância da realização das entrevistas, colhidas entre os informantes, e da sua análise. Todo o processo tem por base a interpretação, em suas diferentes dimensões, visto que, desde o momento do recorte feito pelo pesquisador para definir o que será estudado, ela está presente. O grupo a ser observado, as questões colocadas e a interpretação de todo o conjunto de informações obtidas para a pesquisa estão sob a presença da interpretação do pesquisador. Ela define o olhar que está voltado para um grupo e quais as relações que serão entendidas como prioritárias para a pesquisa. Outra face, revelada pela presença marcante da interpretação, é a da empatia:

[...] a possibilidade de compreender e discutir as intenções subjacentes de um outro que é definido como diferente, por externalidade. Interpretar – de

acordo com Sperber – é atribuir aos atores individuais e coletivos crenças e intenções que fazem com que seus discursos se apresentem como racionais. (SPINK, 2003, p. 141).

O papel preponderante da interpretação, que o pesquisador deve fazer das entrevistas e observações do grupo analisado, também é ressaltado por Serge Moscovici, quando discute a importância da descrição das RS em seu estudo:

Sejam quais forem as razões, o fato é que apenas uma descrição cuidadosa das Representações Sociais, sua estrutura e sua evolução em vários campos, poderá possibilitar sua compreensão; e uma explicação válida só poderá emanar de um estudo compreensivo destas descrições. (MOSCOVICI, apud SPINK, 1995, p. 106).

As entrevistas qualitativas são essenciais no estudo das representações sociais, todavia não são os únicos recursos metodológicos existentes. A estas, podem ser associados outros recursos interessantes, como a pesquisa em algum meio de comunicação como jornais ou revistas, para se chegar àquele objetivo. A escolha de um método multifacetado se liga ao pressuposto de que as representações sociais são constituídas da interação entre o pensamento popular e o contexto social em que esse pensamento acontece (MINAYO, 2005).

Um outro elemento metodológico da teoria das RS, de acordo com Moscovici () é a observação. Isso porque ela dará ao pesquisador os meios para se entender a gênese e a estrutura das representações, além de libertá-lo da quantificação e da experimentação prematura, que podem gerar a fragmentação do fenômeno estudado. É preciso, então, observar os indivíduos em seus próprios territórios e interagir com eles através de sua linguagem e em seus termos.

Os integrantes do grupo estudado são sujeitos ativos na interação da pesquisa e, principalmente, produtores de uma lógica de pensamento própria. São atores de numa ordem social dinâmica, na qual têm capacidade de intervenção e são aptos para olhar e analisar essa mesma ordem social.

Como interlocutor desses atores sociais, o pesquisador vê-se envolvido num universo que se mostra mais rico do que ele pressupunha, são esclarecidas dúvidas que ele sequer havia formulado, somando às questões iniciais mais elementos de questionamento. Tem-se um desdobramento de ideias e questões que ele deve dar conta. O universo de pesquisa que se apresenta é amplo e inesperado, mas

contribui em muito para o enriquecimento e qualidade do resultado da pesquisa (OLIVEN, 1996).

Mesmo utilizando-se de instrumentos metodológicos, não há como ignorar o papel subjetivo do pesquisador. Haja vista que é ele quem aborda, pede e questiona o informante sobre fatos que indicam uma preocupação que é sua, mas que fazem parte do cotidiano do informante. Nessa interação, nasce algo que só existirá naquela relação, somente entre aqueles dois sujeitos específicos. E isto, evidentemente, reveste de um caráter peculiar o resultado da pesquisa, confere-lhe seu lado subjetivo, pois os dois indivíduos tornam-se – momentânea e forçosamente – parceiros numa interação.

Pesquisador e sujeito interagem, de modo específico, porque cada um deles possui sua história de vida, esperanças e inquietações. Falam sobre o mesmo tema, porém, geralmente, compõem grupos sociais diferentes, logo, eles têm representações sociais diferentes sobre um mesmo assunto. O pesquisador vê e entende o mundo social do pesquisado a partir de suas próprias representações sociais, ele possui sua própria teoria para o entendimento da realidade – que é a teoria elaborada pelo grupo ao qual pertence.

Após o que foi apresentado, sobre a subjetividade e sua devida aproximação com a teoria das RS, é possível afirmar que as atividades de pesquisa relacionadas ao trabalho de campo, caracterizam-se como momentos ricos na relação pesquisador/pesquisado, dela surgem mais dados do que aqueles previstos pelo pesquisador e identificados pela metodologia. Merleau-Ponty (1999) comenta que essa relação sempre contém elementos de intervenção, pois se trata de uma relação entre seres humanos. Para ele:

Quando se trata de seres vivos, e com mais razão quando se trata de seres humanos não há observação pura, toda observação já é uma intervenção, não se pode experimentar ou observar sem mudar algo no sujeito. Toda teoria é ao mesmo tempo prática e, inversamente, toda ação supõe relações de compreensão (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 57).

O comentário de Merleau-Ponty deixa transparecer que a relação pesquisador/pesquisado não deve ser entendida como permeada apenas pelos objetivos da pesquisa. Ela também significa uma interação de cunho pessoal, composta por simpatias, afeições, admiração ou desconfiança e que há algum

modo de intervenção sobre os sujeitos, há sempre algum nível de mudança nos indivíduos envolvidos. Deve ficar claro, porém, que essa intervenção afeta tanto o pesquisador quanto o pesquisado, não deve haver ilusões de que o pesquisador estaria imune a ela por seu papel de cientista, que não pretende envolver-se, pois tem um olhar distanciado do seu objeto de pesquisa para vê-lo de modo mais amplo. Pesquisador e pesquisado têm papéis diferentes no âmbito da pesquisa, e em determinados momentos, acontece a alternância nos papéis de sujeitos e objetos. Sobre essa alternância, Éclea Bosi (1999, p. 54), explica que:

...] “nesta pesquisa fomos ao mesmo tempo sujeito e objeto. Sujeito enquanto indagávamos, procurávamos saber. Objeto enquanto ouvíamos, registrávamos sendo como que um instrumento de receber e transmitir a memória de alguém, um meio de que esse alguém se valia para transmitir suas lembranças”.

É interessante o entendimento de que o pesquisador é um meio de transmissão daquilo que os pesquisados têm a oferecer. Podem ser lembranças, opiniões, reivindicações ou as representações relacionadas a determinados temas. O pesquisador ganha um caráter de utilidade para seus pesquisados, não só o inverso ocorre, seu trabalho serve para que se conheçam e se divulguem ideias que estão, muitas vezes, limitadas apenas ao círculo daquele grupo. Essa característica da relação pesquisador/pesquisado demonstra como ela é rica e dinâmica, composta de elementos que vão além dos resultados do trabalho de pesquisa, visto que podem ser percebidos resultados também para os pesquisados.

CAPÍTULO V

PESQUISA DE CAMPO PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

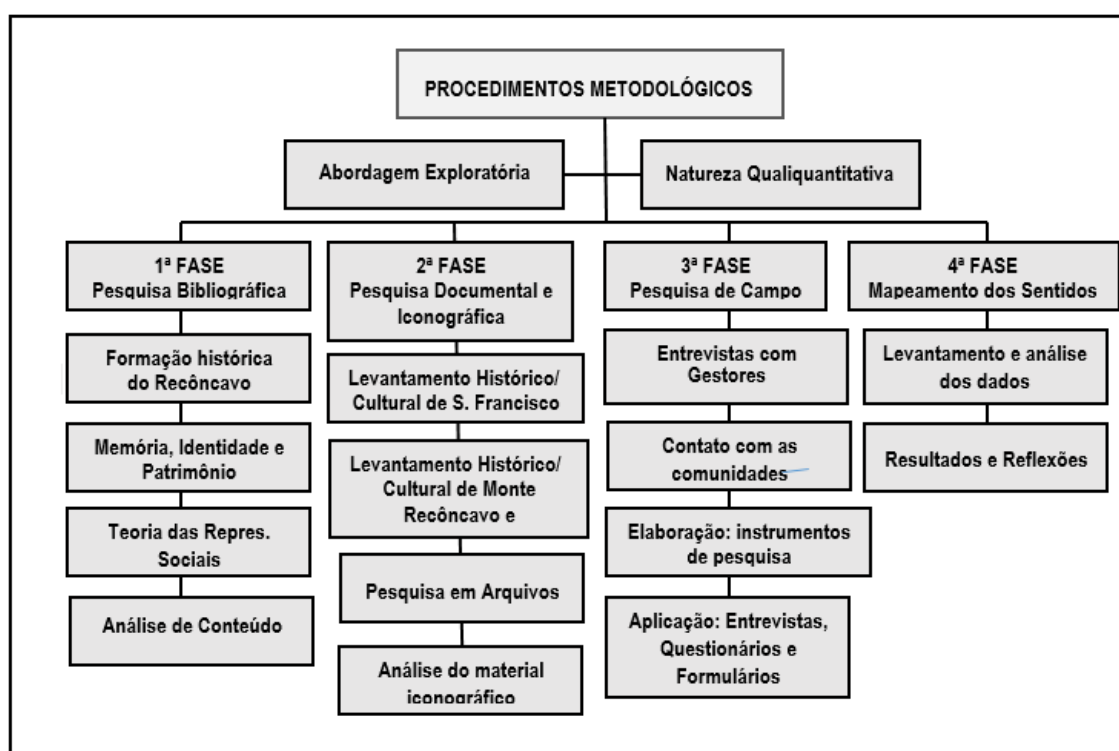
5.1 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As diferentes concepções de mundo de uma dada comunidade caracterizam-se pela junção de vários elementos que partilham do mesmo modo de pensar e agir, o que constitui a sua RS. Esta representação marca visões de mundo dos indivíduos e dos grupos sociais, atuando como elemento que interage na apropriação de conhecimentos e crenças e é determinada por estruturas ideológicas que vão introduzir, reproduzir e conduzir as diversas interpretações elaboradas na vida cotidiana. A função das representações sociais, segundo Moscovici (2001), é definida como meio de elaboração de comportamentos e de comunicação entre os indivíduos, portanto, sendo consideradas como estruturas ideológicas que fazem parte das visões dominantes e cumprem funções no campo simbólico.

A utilização dos conceitos das RS foi fundamental para a análise e entendimento dos valores e simbologias que os moradores do Distrito de Monte Recôncavo e do Povoado do Vencimento, regiões pertencentes ao município de São Francisco do Conde, atribuíam aos seus patrimônios. Para esta finalidade realizou-se pesquisa de campo, buscando compreender as relações entre patrimônio/comunidade, no contexto em que são produzidas, evidenciando não apenas os elementos estáveis e contraditórios do discurso social, como também a riqueza do simbólico presente no senso comum, que revelaram o sentimento, a emoção, o entendimento e o sentido dados às suas realidades.

Partindo-se de leituras referentes aos princípios teóricos, bem como de estudos empíricos que tratam da investigação das representações sociais, percebeu-se não existir um método próprio dessa teoria. Segundo Spink (2004) apesar da diversidade de procedimentos na pesquisa relativa às representações sociais, devem ser levados em conta: o fato do conhecimento ser um produto social, seu estudo remete às condições sociais que o originaram e a questão de que as RS são elaboradas na interação entre os indivíduos, fazendo com que esse diálogo seja investigado de diversas maneiras; por meio de questões direcionadas e de entrevistas abertas ou já materializadas em produções como livros, documentos, memórias, material iconográfico, artigos de jornais e revistas.

Após o estudo bibliográfico sobre os monumentos, o distrito e a cidade em que estão inseridos, como também, da consulta realizada em documentos depositados em diversos arquivos da cidade de Salvador, fez-se a opção de realizar uma pesquisa de campo, pois atenderia melhor ao objetivo do estudo. A partir daí, foram estabelecidos os procedimentos metodológicos, tomando como base Minayo (2007), foram definidas as estratégias para a escolha dos grupos/sujeitos integrantes da pesquisa, métodos, técnicas e instrumentos a serem aplicados para a construção dos dados, os mecanismos para entrada em campo, as etapas do trabalho e os critérios a serem utilizados na análise (Quadro 3).



Quadro 3 – Fluxograma da metodologia da pesquisa.
Fonte: Elaborado pela autora, 2014.

5.1.1 Natureza e tipo de Pesquisa

O estudo tem configuração descritiva, com abordagens qualitativa e quantitativa. A fundamentação para a condução da pesquisa do tipo descritiva foi obtida em Leopardi (2002); a qualitativa em Minayo (2004; 2007) e a quantitativa em Minayo e Sanches (2005).

Para Leopardi (2002), a pesquisa descritiva caracteriza-se pela exploração de uma situação não conhecida, da qual são necessárias maiores informações. De acordo com a autora, explorar uma realidade significa identificar sua característica, sua mudança ou sua regularidade. A pesquisa descritiva objetivou a descrição das características do objeto estudado, através da observação e dos relatos dos dados.

No que se refere ao aspecto da abordagem qualitativa, teve-se como base a teoria de Minayo (2007), que salienta que esta abordagem “se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2007, p. 21). De acordo com a autora, na pesquisa qualitativa o participante do estudo é entendido como integrante de uma realidade social onde se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e ter consciência das suas ações a partir do meio em que vive.

Na abordagem quantitativa, segundo Minayo e Sanches (2004), investigação atua em níveis de realidade e tem como objetivo trazer à luz dados, indicadores e tendências observáveis. Os dados coletados na pesquisa foram analisados, resultando num conhecimento objetivo da realidade, possibilitando a sistematização das informações.

Quanto às duas formas de enfoque, qualitativa e quantitativa, estas foram obtidas por meio de: realização de entrevistas com 15 pessoas de cada localidade e mais 6 pessoas representativas de segmentos relacionados ao patrimônio. E, através de questionários, no qual participaram 10 pessoas de cada comunidade e de formulários aplicados pela pesquisadora em campo, num total de 40 em cada localidade.

A variedade da natureza dos dados foi determinada com o intuito de oferecer um panorama mais significativo sobre o objeto da pesquisa. Seguindo o pensamento de Laville e Dionne (1999, p. 43):

A partir do momento em que a pesquisa centra-se em um problema específico, é em virtude desse problema específico que o pesquisador escolherá o procedimento mais apto, segundo ele, para chegar à compreensão visada. Poderá ser um procedimento quantitativo,

qualitativo, ou uma mistura de ambos. O essencial permanecerá: que a escolha da abordagem esteja a serviço do objeto de pesquisa, e não o contrário, com o objetivo de daí tirar, o melhor possível os saberes desejados.

A utilização dessas abordagens buscou um resultado que mais contribuísse para a compreensão do fenômeno em estudo. O emprego combinado dessas metodologias resulta, segundo Duffy (1987, p.131), em cinco pontos positivos:

- Possibilidade de agregar o controle dos resultados (método quantitativo) com compreensão da perspectiva dos agentes envolvidos no fenômeno (método qualitativo);
- Possibilidade de agregar a identificação de valores específicos (método quantitativo) com uma visão global do fenômeno (método qualitativo);
- Possibilidade de completar um conjunto de fatos e causas associados ao emprego de metodologia quantitativa com uma visão da natureza dinâmica da realidade;
- Possibilidade de enriquecer constatações baseadas em dados obtidos dentro do contexto natural de sua ocorrência;
- Possibilidade de reafirmar validade e confiabilidade das descobertas pelo emprego de técnicas diferenciadas.

A ampliação do uso de métodos mistos de pesquisa, nas ciências sociais, decorre da necessidade de articular dados qualitativos e quantitativos em um estudo, contribuindo para uma melhor compreensão e articulação dos levantamentos efetuados. Nesse trabalho, foram investigadas questões relativas a situações da vida humana, obtendo conhecimento e compreensão dos significados e das práticas individuais e coletivas, das crenças, das expectativas, dos desejos e dos sentimentos das comunidades de Monte Recôncavo e Povoado do Vencimento, relacionados aos patrimônios em estudo.

5.1.2 Local da Pesquisa

A pesquisa foi realizada no distrito de Monte Recôncavo e em um de seus povoados: Vencimento. Localidades pertencentes ao município de São Francisco do Conde e integrantes da região do Recôncavo da Bahia.

O distrito de Monte Recôncavo é um local de origem tradicional, com aproximadamente 3.000 habitantes, cujo núcleo populacional foi formado e desenvolvido nos arredores da Igreja de Nossa Senhora do Monte, construída por escravos no século XVII, no alto do Monte Tamarari. Região quilombola¹², reconhecida pela Fundação Palmares, onde os moradores preservam suas tradições reveladas nas suas manifestações culturais, costumes e religiosidades.

O povoado de Vencimento, com aproximadamente 1000 habitantes, tem sua origem no engenho Paramirim, de cujas construções, situada sobre uma pequena elevação, restam apenas as ruínas da Casa Grande e a Capela de Nossa Senhora do Vencimento (séc. XVII), em estado de degradação. Nos arredores da capela existem cerca de trinta residências e, toda esta área, dista dois quilômetros do núcleo do pequeno povoado.

5.1.3 População e Amostra

O estudo teve como população alvo, moradores do Distrito de Monte Recôncavo e do povoado de Vencimento, do Município de São Francisco do Conde-BA. Adotou-se como critérios de inclusão na pesquisa: 1º) moradores mais antigos da cidade; 2º) moradores de residências próximas ao monumento; 3º) comerciantes locais; 4º) usuários do comércio e dos serviços locais; 5º) sujeitos sociais em posições chaves da sociedade (historiadores, professores, técnicos da prefeitura, representantes sociais e de comunidades religiosas; 6º) representante de órgão da esfera cultural do município.

A amostra foi definida com base nos princípios da pesquisa descritiva, qualitativa e quantitativa. No que se refere à amostra qualitativa, segundo Minayo (2004), a quantidade não é o mais importante e sim a qualidade dos dados que serão levantados para dar conta de responder às perguntas da pesquisa. Assim, o caráter de rigor e de cientificidade na pesquisa qualitativa, no âmbito da amostra, está

¹² Região remanescente de quilombo, comunidade negra rural, constituída de grupos sociais de afrodescendentes. Onde seus ancestrais foram trazidos para o Brasil durante o período colonial, e resistiram ou, manifestamente, se rebelaram contra o sistema colonial e contra sua condição de cativo, formando territórios independentes onde a liberdade e o trabalho comum constituíram os símbolos de diferenciação do regime de trabalho adotado pela metrópole.

fundamentado na qualidade das fontes dos dados, sejam documentos ou indivíduos.

Conforme Minayo (2004), a flexibilidade constitui-se num aspecto de relevância, na pesquisa qualitativa, permitindo ao pesquisador a utilização do seu potencial criativo. O tamanho da amostra, nesta modalidade, não tem a mesma relevância atribuída pelos modelos quantitativos. Ou seja, os critérios de estabelecimento da amostra têm caráter qualitativo e foi efetuada por meio de entrevistas.

Na pesquisa quantitativa as informações foram colhidas utilizando questionários e formulários estruturados, com perguntas claras e objetivas, visando uma uniformidade de entendimento num maior número de entrevistados, para garantir mais precisão nos resultados.

A pesquisa descritiva possibilitou a análise dos resultados obtidos, com base nos relatos do fenômeno no levantamento efetuado. Foi utilizada uma amostragem não probabilística, isto é não casual, pois a escolha não foi feita aleatoriamente. O grupo pesquisado obedeceu aos objetivos do estudo, de forma diversificada e exemplar da população em questão, de modo que pudesse fornecer as informações necessárias para a análise investigativa.

5.1.4 Procedimentos da Coleta de Dados

A utilização da teoria das representações sociais (JODELET, 2002), implica na adoção de procedimentos de pesquisa que privilegiam a fala, o que foi obtido através da realização de entrevistas, assim como, do preenchimento dos questionários e formulários. Por meio deles, buscou-se detectar não apenas o conteúdo manifesto, mas também as oscilações, as hesitações e o contexto, que ajudaram a revelar o imaginário do indivíduo.

Foram adotados códigos de identificação no procedimento de pesquisa com os atores sociais, obedecendo aos seguintes critérios: na entrevista foi utilizada a letra “E” seguida da inicial da localidade e da numeração correspondente à sequência, isto é, de 1 a 10, exemplo: EMR₁ (Monte Recôncavo) e EV₁ (Vencimento). Nos

Questionários e Formulários foram adotados os mesmos critérios, trocando apenas a letra inicial, por Q (Questionário) ou F (Formulário).

Na pesquisa, buscou-se adquirir informações sobre o problema a ser investigado, retirando dados da realidade social onde o fenômeno ocorria. Selecionou-se, como primeira fase, a **entrevista** semiestruturada como instrumento de pesquisa, por meio de um roteiro previamente elaborado (Apêndice 1), possibilitando o resgate de informações produtivas. As perguntas foram lançadas de forma direcionada, permitindo ao entrevistado flexibilidade para discorrer mais longamente sobre os pontos que julgavam relevantes, enunciando seu modo de pensar ou de agir, seus sentimentos, vivências, crenças e valores. Para a realização das entrevistas foram escolhidas 15 pessoas de cada localidade, dentre o 5º e 6º critérios de inclusão (sujeitos sociais em posições chaves da sociedade; representantes de associações civis e religiosas, como também, da esfera cultural) - (Quadros 4 e 5), sendo estas entrevistas gravadas, mediante autorização prévia, com duração prevista para uma hora e, posteriormente, transcritas (Anexos D e E).

Moradores	Sexo	Idade	Profissão	Escolaridade	Data
EMR ₁	F	32	Professora	Superior	02/07/2013
EMR ₂	F	59	Professora Após.	Superior	02/07/2013
EMR ₃	M	56	Industriário	Ens. Fund.	02/07/2013
EMR ₄	F	37	Professora	Superior	09/07/2013
EMR ₅	F	58	Dona de casa	Ens. Fund.	09/07/2013
EMR ₆	F	53	Aux. Adm.	Ens. Fund.	09/07/2013
EMR ₇	M	57	Industriário	Superior	10/07/2013
EMR ₈	M	69	Apos. Rural	Ens. Fund. Inc.	10/07/2013
EMR ₉	M	57	Aux. Adm. Após.	Ens. Fund. Inc.	10/07/2013
EMR ₁₀	F	74	Dona de casa	Ens. Fund. Inc.	11/07/2013
EMR ₁₁	F	28	Comerciária	Ens. Fund.	11/07/2013
EMR ₁₂	F	42	Professora	Superior	12/07/2013
EMR ₁₃	F	52	Aux. Adm. Após.	Ens. Fund.	12/07/2013
EMR ₁₄	M	23	Estudante	Ens. Fund.	13/07/2013
EMR ₁₅	M	67	Industriário Após.	Ens. Fund.	13/07/2013

Quadro 4 – Relação dos entrevistados no Monte Recôncavo

Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Moradores	Sexo	Idade	Profissão	Escolaridade	Data
EV ₁	M	64	Serv. Gerais Pref.	Ensino Fund.	22/07/2013
EV ₂	F	50	Serv. Gerais Pref.	Ensino Fund.	22/07/2013
EV ₃	F	28	Professora	Superior	22/07/2013
EV ₄	F	29	Comerciária	Ensino Médio	23/07/2013
EV ₅	M	54	Serv. Gerais Pref.	Ensino Fund.	23/07/2013
EV ₆	M	29	Comerciante	Ensino Fund.	23/07/2013
EV ₇	M	74	Trab. Rural Após.	Ensino Fund.	02/09/2013
EV ₈	M	42	Trab. rural	Ensino Fund.	02/09/2013
EV ₉	F	54	Comerciária	Ensino Fund.	02/09/2013
EV ₁₀	F	75	Dona de casa	Ensino Fund.	03/09/2013
EV ₁₁	F	33	Professora	Superior	03/09/2013
EV ₁₂	F	36	Professora	Superior	03/09/2013
EV ₁₃	M	65	Industriário Após.	Ensino Médio	04/09/2013
EV ₁₄	F	48	Dona de casa	Ensino Fund.	04/09/2013
EV ₁₅	M	36	Comerciante	Ensino Médio	04/09/2013

Quadro 5 - Relação dos entrevistados no Vencimento
Fonte: Pesquisa de campo, 2013.

Como uma das técnicas de coleta de dados mais utilizadas em pesquisa de campo, as entrevistas possibilitaram que as informações fossem tratadas quantitativa e qualitativamente, permitindo a exploração dos conhecimentos das pessoas sobre o tema em questão, além da transmissão de suas representações.

Para a segunda fase, em cada local, foram entregues 10 **questionários** (Apêndice 2) às pessoas selecionadas, dentre os 5º e 6º critérios de inclusão (Quadros 6 e 7). Os questionários foram entregues em mãos no mês de maio de 2013, recolhidos no mês seguinte e inseridos no Anexos F e G.

Moradores	Sexo	Idade	Profissão	Escolaridade	Data
QMR ₁	F	45	Professora	Superior	06/05/2013
QMR ₂	F	37	Professora	Superior	09/05/2013
QMR ₃	F	33	Turismóloga	Superior	14/05/2013
QMR ₄	F	27	Estudante	Universitário	15/05/2013
QMR ₅	F	23	Estudante	Universitário	15/05/2013
QMR ₆	F	42	Subgerente Pat.	Superior	21/05/2013
QMR ₇	M	34	Vendedor	Ens. Médio	21/05/2013
QMR ₈	M	27	Jornalista	Superior	27/05/2013
QMR ₉	F	49	Ger. Patrimônio	Superior	28/05/2013
QMR ₁₀	M	24	Estudante	Universitário	28/05/2013

Quadro 6 – Participantes dos Questionários em Monte Recôncavo
Fonte: Pesquisa de campo 2013/14.

Moradores	Sexo	Idade	Profissão	Escolaridade	Data
QV ₁	F	45	Func. Munic.	Ensino Médio	06/05/2013
QV ₂	F	26	Professora	Ensino Médio	06/05/2013
QV ₃	F	34	Professora	Superior	09/05/2013
QV ₄	M	68	Técnico Apo.	Ensino Médio	14/05/2013
QV ₅	F	33	Professora	Superior	15/05/2013
QV ₆	F	28	Professora	Superior	15/05/2013
QV ₇	F	38	Professora	Ensino Médio	21/05/2013
QV ₈	M	43	Func. Munic.	Ens. Fund. Inc.	21/05/2013
QV ₉	F	32	Professora	Superior	27/05/2013
QV ₁₀	M	73	Técnico Apo.	Ens. Fund.	28/05/2013

Quadro 7 – Participantes do Questionário em Vencimento

Fonte: Pesquisa de campo, 2013/14.

Na pesquisa de campo foram aplicados 40 **formulários** (Apêndice 3) em cada localidade, obedecendo aos quatro primeiros critérios de escolha, relacionados na população e amostra; todos os formulários preenchidos encontram-se nos Anexos H e I. Na redação das questões, foram tomados os seguintes cuidados: utilização de linguagem clara e de fácil entendimento, com o intuito de facilitar a obtenção das respostas requeridas. Optou-se pelas questões propostas na literatura estudada, Marconi & Lakatos (1996). Segundo as classificações propostas pelos autores, as perguntas podem ser aplicadas das seguintes formas: abertas, fechadas (dicotômicas), fechadas (tricotômicas) ou de múltipla escolha. Na elaboração tanto do questionário, quanto do formulário, priorizou-se o uso de perguntas fechadas tricotômicas, múltipla escolha com escala e múltipla escolha combinada com respostas abertas, devido à boa quantidade de informações geradas.

Os instrumentos para investigação do tema requerido, realizados com os sujeitos sociais da comunidade, em forma de entrevistas, questionários e formulários, geraram um total 65 documentos para cada localidade pesquisada, onde responderam o que entendiam sobre patrimônio, o envolvimento com o bem, a compreensão da necessidade de preservação e qual a destinação mais apropriada para o mesmo. Optou-se por não revelar a identidade dos participantes da pesquisa para que eles tivessem maior liberdade nas respostas.

Visando complementar as informações sobre o patrimônio em estudo, foram realizadas mais sete entrevistas, seguindo roteiro previamente elaborado (Apêndice 4), com gestores das áreas de cultura e administrativa e autoridade religiosa, das seguintes instituições: IPAC - Instituto do Patrimônio Artístico e

Cultural da Bahia; Secretarias de Cultura e Administração do Município de São Francisco do Conde, Fábrica de Papel e Papelão Nossa Senhora da Penha (Proprietário da Capela de Nossa Senhora do Vencimento) e Diocese de Camaçari (Quadro 8); as transcrições dessas entrevistas encontram-se no Anexo J.

Entrevistados	Sexo	Cargo que ocupa	Instituição	Data
E1	F	Secretária de Cultura	PMSFC	18/06/2012
E2	M	Arquiteto	IPAC/BA	17/09/2013
E3	F	Arquiteta	IPAC/BA	14/10/2013
E4	M	Advogado e Adm.	FÁBRICA	09/12/2013
E5	M	Bispo	DIOCESE	22/03/2014

Quadro 8 – Relação dos entrevistados em Instituições
Fonte: Pesquisa de campo, 2012 à 2014.

5.1.5 Tratamento e Análise dos Dados

Para a análise dos dados das entrevistas, considerou-se que, sendo a pesquisa centrada na fala dos indivíduos, expressivas de sentidos, foi mais adequado utilizar a análise de conteúdo, por permitir a identificação de um padrão através da abordagem quantitativa e do tratamento qualitativo dos dados, o que possibilitou revelar a diversidade das comunidades em questão. Segundo Bardin (2004, p. 38), a análise de conteúdo é em síntese, “[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Nesse contexto, é possível entender por comunicação todo meio de significações entre emissor e receptor, seja escrito, falado ou mesmo não linguísticos, e dentre os possíveis domínios de sua aplicação.

Com o emprego desta técnica buscou-se estabelecer parâmetros mais objetivos, dado o caráter subjetivo do assunto, ressaltando temas mais recorrentes, facilitando sua compreensão e adotando uma técnica mais rigorosa para que, frente à heterogeneidade do objeto, não se perdesse a finalidade da pesquisa.

Dessa forma, para o tratamento das entrevistas, questionários e formulários, aplicados nessa pesquisa, utilizou-se a técnica da análise temática ou categorial e aspectos da análise documental, para facilitar o manuseio das informações. De acordo com Bardin (2002), a análise categorial ou temática é a mais antiga e mais utilizada dessas técnicas; baseia-se em desmembramento do texto em unidades,

de acordo com os diferentes núcleos de sentidos da comunicação, e posteriormente, o material é agrupado em classes ou categorias.

Segundo Minayo (2007), a análise e tratamento do material empírico dizem respeito ao conjunto de procedimentos que são articulados com a teoria, no intuito de valorizar, compreender e interpretar os dados obtidos. Para realização desta etapa foram efetuados os seguintes procedimentos: a ordenação, a classificação e a análise propriamente dita. Na ordenação, mapeou-se todos os dados colhidos no trabalho de campo: transcrição das gravações, releitura do material obtido e organização dos relatos. Na classificação foi realizada leitura exaustiva e repetida dos textos, destacadas as informações relevantes dos atores sociais e elaboradas as categorias específicas. Na análise final foram feitas as articulações entre os dados e os referenciais teóricos da pesquisa, com base nos objetivos propostos neste trabalho. Dessa forma, buscou-se estabelecer relações entre o concreto e o abstrato, o geral e o particular, a teoria e a prática.

Após a conclusão do levantamento, os dados da pesquisa foram analisados de forma tal, que possibilitasse o fornecimento de respostas ao problema de investigação proposto e sua consequente interpretação.

Apesar da trajetória se apresentar de forma sequencial, aconteceu de maneira intercomplementar e dinâmica. Na análise final do material coletado procurou-se desvendar o conteúdo latente, na perspectiva de compreender o objeto de estudo, sistematizando todos os seus aspectos. Segundo Minayo (2005, p. 27), “o ciclo de pesquisa não se fecha, pois toda pesquisa produz conhecimento e gera indagações novas”. Nesse sentido, buscou-se evidenciar a realidade em suas partes e no seu todo, além de valorizar a contribuição dos dados para um real conhecimento deste estudo.

CAPÍTULO VI

OS SENTIDOS DO PATRIMÔNIO MEMÓRIAS E EXISTÊNCIAS

6.1 MAPEANDO OS SENTIDOS DO PATRIMÔNIO

Na relação estabelecida entre o material e o simbólico, procurou-se mapear os sentidos do patrimônio que estão presentes na memória social das comunidades, das áreas em estudo. Para tanto, foram construídas algumas referências de análise, com base em unidades de discurso, encontradas nas fontes locais e nas narrativas dos sujeitos sociais, com a ponderação de que sempre “há em qualquer domínio do real, dimensões e conexões entre partes constitutivas e entre elas e o todo que as constitui, sempre muito mais densas e mais profundas do que a objetividade dos dados pode alcançar” (BRANDÃO, 2003, p. 61).

No tratamento dos dados utilizou-se a inferência que, segundo Bardin (2002), “é a operação lógica pela qual se admite uma proposição em virtude da sua ligação com outras proposições já aceitas como verdadeiras”. Nesta etapa, as análises qualitativas e quantitativas estiveram sempre juntas, possibilitando o agrupamento dos dados, por meio de associações, aos seis temas evidenciados no levantamento: Religiosidade e valores; Investigando memórias e descrevendo representações; Dimensão simbólica do patrimônio; Permanências e rupturas no fluxo das significações do patrimônio; Discursos e formas de utilização do patrimônio e Iniciativas e cuidados para a preservação do bem. O conteúdo obtido na pesquisa, foi distribuído em cada tema, com base nos questionamentos efetuados e nos instrumentos utilizados. Seus resultados estão representados em tabelas, sendo analisados e discutidos.

Nesta análise de conteúdo, o material base foi a significação, que possibilitou revelar temas e assuntos abordados nos discursos dos atores sociais, das comunidades em estudo, trazendo à tona, as principais questões que envolvem o aspecto simbólico e do imaginário, relacionados a esses patrimônios, na perspectiva das suas representações sociais.

Nesse aspecto, as estratégias para os questionamentos foram direcionadas de forma investigativa, seguindo os indícios e pistas até desvelar seus significados. A configuração de um paradigma indiciário não se prende, unicamente, às evidências, devendo-se estar alerta para os pormenores e os aspectos considerados de menor

relevância, possibilitando uma leitura mais ampla da realidade. Na busca desses indícios, também considerados como ruídos de fundo por Canclini (2003), realizou-se a interpretação dos conteúdos das questões propostas no levantamento.

6.1.1 Religiosidade e Valores Patrimoniais

Neste tema estão relacionados os conteúdos de pesquisa relativos à: Religião dos entrevistados; O que a comunidade reconhece como patrimônio local e Manifestações Culturais. A religião da população dessas comunidades é um fator de sociabilidade e revela os traços culturais, herdados da colonização portuguesa, como também, das suas matrizes africanas, tudo isso fica configurado, também, no sincretismo religioso existente. Em pesquisa de campo, efetuada nessas localidades, foram constatadas as religiões predominantes (Tabela 1).

Tabela 1 – Religião dos entrevistados

RELIGIÃO	Católica %	Protestante %	Candomblé %	Outras %	Total %
Comunidade de Monte Recôncavo	86,3	7,7	6,0	0,0	100
Comunidade de Vencimento	82,5	8,7	7,6	1,2	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2013; Org.: DIAS, M.G.A.

Observa-se o predomínio da religião católica nessas comunidades. Segundo uma das entrevistadas, moradora de Monte Recôncavo:

Este lugar existe há mais de trezentos anos e minha mãe contava que desde a sua infância participava das celebrações da igreja. Tudo girava em volta do que acontecia na igreja. O evento religioso maior sempre foi a comemoração do dia de Nossa Senhora do Monte, em dois de fevereiro, onde se juntava as festividades religiosas e as profanas, em homenagem a nossa santa (EMR₁₄).

A religiosidade, também, é um patrimônio do lugar que é mantido e passado, de geração em geração e os moradores acreditam que isso acontece em Monte Recôncavo, o que reafirma o sentido religioso familiar. Essa religiosidade é, sempre, atualizada através dos rituais e obrigações em torno da fé nos santos, onde eles depositam suas expectativas, para solução de problemas diversos.

O sincretismo religioso nessas localidades, evidencia uma forma de expressão da cultura afro-brasileira, de continuar cultuando as suas divindades, onde os orixás,

elementos da natureza, se apresentam, em especial, por trás dos santos católicos. Porém, ainda se constitui numa religião discriminada nessa região, onde poucos se dizem adeptos do candomblé.

A liberdade religiosa no Brasil só veio com a independência, na Constituição de 1824, com maior expressão. Outras religiões assumiram nova postura na sociedade, o mesmo aconteceu com o protestantismo, que passou a ter maior representatividade, nas suas várias vertentes, impulsionado pelos meios de comunicação. Observou-se, nessas localidades, um número crescente de igrejas evangélicas.

É importante ressaltar o caráter social da religião, que se expressa numa rede de relações, que vai desde a família, passando pela irmandade e pela igreja, atingindo o imaginário, que remete o religioso a um outro plano, onde se encontram seus antepassados, os santos devocionais e a salvação através da vida eterna.

Para Pelegrini e Funari (2008) a religiosidade é tão antiga, quanto o ser humano. Religiosidade é um termo amplo, que procura ultrapassar as definições mais estreitas de religião, crença, magia, culto, ritual ou outros, que abrangem o sentimento difuso, associado às práticas religiosas. Os autores expressam que, do ponto de vista da cultura, a religiosidade pode ser considerada um conjunto de atividades, que se articulam com as crenças e os rituais, e que o patrimônio cultural imaterial religioso deve ser capaz de expressar a diversidade de interesses sociais em jogo.

As comunidades pesquisadas, do Monte Recôncavo e de Vencimento, são quilombolas, apesar de não guardarem características culturais e de produção próprias de quilombos e de se aproximarem mais de um perfil de trabalhadores rurais. A maioria não pratica religião de matriz africana, suas festas tradicionais são as da religião católica; só existem dois espaços de produção comunal, que é a casa de farinha, típica dos quilombos; os espaços de convivência dessas comunidades estão representados pelas associações religiosas das irmandades. Nessas regiões, os seus moradores apresentam fortes laços familiares e de identificação

com os lugares onde residem, o que favorece o sentimento de pertencimento e as suas permanências nessa região.

A importância do estudo sobre o que as comunidades reconhecem como seu patrimônio, vem do valor dessa constatação, para a identificação e manutenção dessas memórias. A apropriação de determinado objeto para o campo patrimonial, parte sempre de uma dimensão afetiva, ela resulta dos olhares convergentes de uma comunidade, que elege determinado objeto como representativo da sua identidade. A memória e o patrimônio estão no dia a dia das pessoas, desenvolvendo um novo olhar de cada cidadão e despertando o sentimento de pertencimento sobre sua história.

Quando os moradores foram questionados sobre o patrimônio das suas comunidades, os monumentos religiosos foram mais representativos (Tabela 2).

Tabela 2 – O que a comunidade reconhece como patrimônio local

Comunidade de Monte Recôncavo						
Patrimônio	Igreja	Cemitério	Ginásio	Festas religiosas	Manif. Culturais	Total
	85,5%	2,0%	2,0%	7,5%	3,0%	100%
Comunidade de Vencimento						
Patrimônio	Capela N.S.Venc.	Engenhos	Festas	Cultura	Capela N.S.Piedade	Total
	68,5%	5,3%	6,0%	2,0%	8,2%	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2013; Org.: DIAS, M.G.A.

Na comunidade de Vencimento, em função da Capela de Nossa Senhora do Vencimento estar desativada, há quase vinte anos, houve uma redução do seu reconhecimento como patrimônio, pelos moradores. Atualmente, as atividades religiosas da comunidade são realizadas na pequena Capela de Nossa Senhora da Piedade.

As festas religiosas e as manifestações culturais possuem grande valor para as comunidades e, são também consideradas como patrimônio, constituindo-se como atividades de grande importância na região, sendo realizadas em determinados períodos do ano, de acordo com o calendário religioso e de algumas práticas consideradas “profanas”.

As celebrações em homenagem aos santos, principalmente, à santa padroeira do distrito, Nossa Senhora do Monte, acontecem com muita festa e programação extensa, tanto religiosa quanto profana, envolvendo toda a comunidade de Monte Recôncavo, cidades e povoados do entorno, inclusive o povoado de Vencimento, este, por possuir uma população reduzida, não têm atividades sociais, alguns moradores se deslocam para participar de festividades na vizinhança.

Quando questionados sobre suas manifestações populares e culturais, eles demonstraram o orgulho que sentem pelos grupos que existem na região, a exemplo de: Esmola Cantada; Raízes do Monte; Os Negrotos; Companhia Cultural Mont'Art; Afoxé Filhos de Ogum te Mariô; Capoeira e Santa Mazorra; pois são tradições herdadas que eles fazem questão de preservar, os que não participam, não deixam de assistir e prestigiar.

Tabela 3 – Manifestações Culturais de Monte Recôncavo

Manifestações	Participa	Interage	Assiste	Não gosta	Total
Grupos Culturais	35%	48%	13,3%	3,7%	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2013; Org.: DIAS, M.G.A.

Em contato com as comunidades locais, percebemos a sua riqueza cultural e como essas pessoas (re)construíam seus vínculos com o lugar, tendo nas práticas culturais e religiosas o elo revigorante dos seus sentimentos. Notamos que são nos espaços coletivos, como nas festas e rezas, entre muitos outros, que o exercício da manutenção da cultura local, dentro da multiplicidade de linguagens e narrativas, exprime sentimentos distintos: aproxima o passado do presente; reconecta os moradores aos grupos sociais; revigora a relação com a comunidade e com os vínculos familiares.

As análises efetuadas possibilitaram a reafirmação dos sentidos do patrimônio como lugar de memória, revelando a multiplicidade dos valores representados pelas comunidades, pois os lugares vividos são frutos das relações tecidas entre os homens e o meio e os sentimentos de pertencimento.

6.1.2 Investigando Memórias e descrevendo Representações

Neste tema inclui-se a investigação sobre o Conhecimento dos aspectos históricos da Igreja de Nossa Senhora do Monte e da Capela de Nossa Senhora do Vencimento. De acordo com Huysen (2006, p. 67), a memória “dá forma aos nossos elos com o passado, e os modos de lembrar nos definem no presente”. Os imaginários sociais asseguram um esquema coletivo de representação, fundamental para a própria experiência da comunidade.

Quanto ao conhecimento dos aspectos históricos das igrejas, a maioria dos entrevistados reconhece a importância e enaltece a representatividade de suas igrejas pelo fato de terem sido edificadas com mão-de-obra escrava (Tabela 4).

Tabela 4 – Conhecimento dos aspectos históricos das Igrejas

Aspectos históricos	Tem conhecimento %	Não tem conhecimento %	Não respondeu %	Total %
Comunidade de Monte Recôncavo	88,8	9,2	2,0	100
Comunidade de Vencimento	56,4	64,7	8,3	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2013; Org.: DIAS, M.G.A.

Nos dados obtidos, observa-se que um grande percentual da comunidade de Monte Recôncavo revela conhecimento do histórico do seu patrimônio, devido ao envolvimento com a igreja e as atividades que nela eram realizadas. São muitos os relatos sobre os acontecimentos religiosos e sociais de épocas passadas e atuais.

Ao organizar o passado em relação ao presente, a memória, assim como a tradição, torna-se um meio de construção dos sentidos, afirma-se como uma construção social dos homens em suas relações sociais (SPINK, 2004). O caráter dialético da relação presente/passado pode ser entendido, quando se afirma que o presente depende do passado, mas a retenção e reconstrução do passado se dão no presente e nele estão ancoradas, por esse motivo, entre outras consequências, existirão sempre, simultaneamente, “memórias herdadas” e “memórias inventadas”. Na comunidade de Vencimento, os mais jovens, revelam um menor percentual de conhecimento da história da Capela, pelo fato dela encontrar-se fechada, como também, pelo distanciamento físico da Capela com o povoado.

Na constituição dos discursos, alguns fatores importantes são identificados, um deles é a relação de sentidos, ou seja, não há discurso que não se relacione com outros, segundo Orlandi (2007, p. 39): “[...] um discurso aponta para outros que os sustentam, igualmente como para dizeres futuros. [...] Não há, desse modo, começo absoluto sem ponto final para o discurso”. O discurso, além de não ser neutro revela que, por meio da instauração de uma narrativa, pode assegurar a certeza de uma história, uma vinculação, um sentimento de pertencimento. A narrativa apresentada, que se converte em diversos relatos acerca desses patrimônios, certamente, organiza determinadas representações sociais e atua na dimensão de espaços experienciados.

6.1.3 Dimensão Simbólica do Patrimônio

Inclui-se nesse tema dados representativos do valor do bem para a comunidade, pois o patrimônio se constitui como elemento identitário de uma sociedade a partir do momento em que lhe é dado algum valor simbólico, possibilitando o reconhecimento do passado de uma sociedade, de uma cultura e do que o conecta com a contemporaneidade.

As igrejas em estudo constituem-se como patrimônio das comunidades de Monte Recôncavo e Vencimento, com seus valores materiais comprovados pelas suas histórias e arquiteturas do século XVII, sendo justificados, não apenas pelas suas características físicas, como também pela referência imaterial que está, intrinsecamente, ligada aos seus símbolos, significados e valores. São os conjuntos de práticas sociais que transformam esses monumentos em espaços significantes e depositários de uma memória coletiva e/ou individual, tornando-os como símbolos de relevância para as comunidades.

Os sujeitos sociais quando entrevistados sobre quais os valores que atribuíam aos seus patrimônios, revelaram a grande interação que mantêm com os mesmos, além da afetividade demonstrada, caracterizada como um traço cultural dessa região (Tabela 5).

Tabela 5 – Dados representativos do valor do bem para a comunidade.

Valores atribuídos ao patrimônio	Fé	Tradição	História	Cultura	Nenhum	Total
	%	%	%	%	%	%
Distrito de Monte Recôncavo	47,5	23	11	5,5	9	100
Povoado de Vencimento	36	14	28	16	6	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2013; Org.: DIAS, M.G.A.

A diversa pluralidade de experiências e vivências foi transformada em vozes, nos dizeres e saberes, que se mesclam na conformação dos valores coletivos e se configuram na memória de suas representações sociais. Esses elementos constituídos revelam os valores e os sentidos, tanto relativos ao espaço compartilhado, quanto ao patrimônio, através dos aspectos simbólicos e culturais a eles vinculados.

O valor patrimonial que possui os lugares de memória reveste-se de uma variedade de símbolos, compreendidos pelas mais diversas formas da atividade humana. Estes símbolos trazem o sentido que o indivíduo ou um grupo os percebem e são reconhecidos por uma particularidade: são as realidades concretas, os objetos ou os atos físicos, portanto a existência factual e relativamente independente das significações que lhe damos. Constituem-se portanto, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, assim como, de integração social (BOURDIEU, 1989).

6.1.4 Permanências e Rupturas nas Significações do Patrimônio

Nesse tema incluem-se as investigações sobre a relação da comunidade com o patrimônio. Enquanto objeto simbólico, o patrimônio é entendido como testemunho de uma identidade material ou imaterial, que remete a um passado vivido, que se quer rememorar, garantindo a esse passado um certo efeito de estabilidade, ou seja, dando um ‘certificado’ de permanência na história, pela memória. Ele nada mais é do que uma demanda do fato de que a memória, tal como afirma Nora (1997), é viva e está em permanente evolução, sempre vulnerável tanto à lembrança (permanência) quanto ao esquecimento (ruptura).

As representações da realidade, conforme destaca Corrêa (2007), constituem-se em manifestações dotadas de um sentido aberto; instáveis, sujeitas a inúmeras e contrastantes interpretações. São, portanto, polivocais, como sublinha Hall (1997), e resultado do complexo processo de construção de significados apoiado na experiência e na imaginação de indivíduos e grupos sociais. A polivocalidade supõe celebração e contestação em torno de uma mesma forma simbólica (CORRÊA, 2007).

As representações dos espaços são marcadas por relações que articulam as três dimensões batizadas por Lefebvre (2001), elas remodelam-se constantemente considerando uma síntese, entre a visão da academia (o concebido), as práticas sociais (o percebido) e o cotidiano (o vivido). Pode-se supor que a memória e as representações sociais do patrimônio estão no âmbito do concebido. O patrimônio, por sua vez, na condição de lugar, figura-se na dimensão do percebido e do vivido e, por assim se constituir, tais sentidos passam por processos de deslizamentos que possibilitam a depender das circunstâncias e dos referenciais utilizados, apresentar movimentos simultâneos de aproximação e de afastamento.

Identificou-se no resultado obtido na pesquisa de campo que os valores e os sentidos agregados aos bens ainda permanecem e que a referência à origem católica e ao fervor religioso continuam marcantes. Sendo, também, constatada a indiferença, embora de forma não muito significativa (Tabela 6).

Tabela 6 – Relação da comunidade com o Patrimônio

Quanto a significação	Permanece	Houve Ruptura	Nada Representa
Distrito de Monte Recôncavo	81%	10%	9%
Povoado de Vencimento	54%	34%	12%

Fonte: Pesquisa de campo, 2013; Org.: DIAS, M.G.A.

Na representatividade das comunidades relativa à permanência e ruptura dos valores dados aos seus patrimônios, observa-se uma grande coesão nas opiniões quanto a manutenção dos seus ideais, consolidados nos seus grupos sociais e, essa continuidade constitui a identidade dessas comunidades. Sua destruição, certamente, acarretaria em dolorosas perdas de referência. Uma evidência se

tornou compreensível nesse campo de investigação: lembrança e esquecimento são partes de um mesmo todo. Portanto, a pluralidade de opiniões existentes no grupo não sugere uma ruptura paradigmática com as bases ideológicas dominantes, constitui-se, simplesmente, num desinteresse pelo assunto.

6.1.5 Discursos e Formas de utilização do Patrimônio

Estão incluídos nesse tema as investigações sobre: Participação dos moradores em atividades religiosas e Utilização do patrimônio.

O patrimônio religioso em estudo, constitui-se num dos mais importantes legados históricos e culturais do Recôncavo da Bahia. A preocupação religiosa e seus respectivos estabelecimentos se encontram presentes desde as nossas origens, sempre associados a períodos fundamentais da história política, cultural ou artística do país, sendo, inegavelmente, reconhecido como a expressão maior da cultura brasileira, um elemento de identidade, não somente de reflexos de valores.

Os moradores identificam-se com esses monumentos, na medida em que reconhecem sua importância, como espaços de uso coletivo, para exercer a sua fé e os sacramentos da religião católica: missas, terços, novenas, casamentos, festas religiosas, batizados, entre outros; confirmados por meio dos dados obtidos em pesquisa (Tabela 7).

Tabela 7 – Participação dos moradores em atividades religiosas

Participação	Ativa	Passiva	Total
Comunidade de Monte Recôncavo	67,5%	32,5	100%
Comunidade de Vencimento	17%	83%	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2013; Org.: DIAS, M.G.A.

As missas e as festas em louvor aos santos constituem-se nos acontecimentos mais significativos dessas igrejas, principalmente, na Igreja da comunidade de Monte Recôncavo, com participação ativa dos moradores; quanto ao povoado de Vencimento, os percentuais dos acontecimentos religiosos ficam por conta das lembranças dos moradores, da época em que a Capela estava em funcionamento,

atualmente, as missas são realizadas em outra Capela do povoado, com frequência pouco expressiva.

O uso ativo do patrimônio incorpora uma dinâmica social e estabelece uma relação afetiva com o mesmo. Apesar das igrejas em estudo não serem tombadas, as comunidades sempre fiscalizaram a sua conservação e manutenção, até quando saiu dos seus controles, por falta de recursos financeiros para a realização dos serviços necessários que prolongassem as suas existências.

Os monumentos religiosos sempre tiveram grande representatividade para essas comunidades, os moradores frequentavam para o exercício da fé católica, como também, para o convívio social, conforme verificado na pesquisa (Tabela 8).

Tabela 8 – Utilização do patrimônio

Acontecimentos significativos	Missas %	Casamentos %	Festa religiosa %	Batizados %	Outros %	Total %
Distrito de Monte Recôncavo	26	16	39	10	9	100
Povoado de Vencimento	35	5	24	26	10	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2013; Org.: DIAS, M.G.A.

As cerimônias religiosas e datas comemorativas possuem uma programação calendarizada, com eventos realizados durante todo o ano, o que contribui para uma maior convivência entre os membros das comunidades, permitindo colocar em evidência o significado das tradições, o papel da memória na preservação do patrimônio cultural e seus desdobramentos.

Todas essas atividades ordenam a vida das comunidades, demonstram a variedade e riqueza dos ritos religiosos do local. Segundo Mauss, estes fatos são realizados através de uma memória coletiva:

“[...] pois é no interior desta que a tradição constante, consciente, relativamente clara, intencionalmente transmitida, organizada, é ao mesmo tempo, a matéria e a condição por excelência destes quadros sociais” (1981, p. 117).

O ritual faz parte das estruturas sociais que conferem integridade às tradições, sendo uma forma de garantir e preservar as memórias e os costumes dos grupos.

6.1.6 Iniciativas e cuidados para preservação do bem

Inclui-se nesse tema as investigações sobre: Sentimento dos moradores em relação ao bem degradado; Responsabilidade pela preservação do Patrimônio; Posição dos moradores quanto a recuperação dos seus bens; Comportamento dos moradores em relação ao Patrimônio degradado; Expectativa dos moradores em relação a recuperação do patrimônio e Possibilidade de reabilitação do bem após sua restauração.

Os moradores possuem um sentimento de pertencimento ao lugar e, principalmente, ao seu patrimônio. O desejo de preservar esses bens, representativos da identidade, da herança e da referência cultural é, constantemente, demonstrado (Tabela 9).

Tabela 9 – Sentimento dos moradores em relação ao bem degradado

Patrimônio	Tristeza	Inconformismo	Sem expectativa	Total
Comunidade de Monte Recôncavo	91%	5%	4%	100%
Comunidade de Vencimento	86,5%	9%	4,5%	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2013; Org.: DIAS, M.G.A.

Os sentimentos relativos ao patrimônio em estado de degradação são revelados na pesquisa, e a tristeza lidera em percentual, pois a restauração desses dois imóveis será um acontecimento de concretização dos objetivos, tão almejados, determinantes para que os atores sociais retomem suas funções cotidianas e seus bens possam contribuir com a continuidade cultural, mantendo o elo entre o passado e o presente.

A valorização dos seus bens decorre de suas referências culturais e representa os interesses desenvolvidos pelos grupos sociais destas comunidades, com suas dimensões constituídas pelos elos afetivos estabelecidos com os seus patrimônios. Algumas iniciativas se fazem válidas para resgatar e garantir a permanência da identidade cultural, além de incentivar outras ações que poderão atuar na manutenção da memória coletiva. A comunidade, por sua vez, deve se responsabilizar pela guarda e difusão deste acervo, entendendo-o como parte inerente de sua própria história.

Os moradores de Monte Recôncavo quando questionados, identificaram a Prefeitura como maior responsável pela preservação do seu patrimônio, no entanto, eles também sentem-se comprometidos; no povoado de Vencimento, os moradores identificaram que a maior competência da preservação cabia ao atual proprietário da Capela (Tabela 10).

Tabela 10 – Responsabilidade pela preservação do Patrimônio

Competência preservação do patrimônio	IPHAN	IPAC	PREFEITURA	PROPRIETARIO	COMUNIDADE	NÃO SEI
	%	%	%	%	%	%
M. Recôncavo	2,0	6,5	68,7	0,0	22,6	0,2
Vencimento	1,3	8,3	35,5	48,5	5,8	0,6

Fonte: Pesquisa de campo, 2013; Org.: DIAS, M.G.A.

As pessoas valorizam e se apropriam da herança cultural que lhes pertence, tornando-se críticas e atuantes na construção de suas identidade e cidadanias. Quando a comunidade e o poder público reconhecem a importância do objeto a ser conservado, sua preservação fica assegurada, pois fazendo parte do domínio público, deixa de ser desconhecido e começa a fazer parte da vida de cada um, por meio de sua história e do seu papel na configuração da cidade.

Preservar é assegurar o direito ao conhecimento e à memória, e o seu poder como propulsora de transformações, como necessidade humana e social, implica no dever de preservar para permitir, incentivar e assegurar que vários tipos de testemunhos do fazer humano, existam e convivam e sejam respeitados. Portanto, assegura-se o direito ao conhecimento de que os bens culturais oferecem conteúdos para os mais diversos estudos, para a memória, como também, do ponto de vista simbólico, podendo ser percebido e atualizado, de forma individual ou coletiva, possibilitando a compreensão e apreensão da realidade, sua adaptação e transformação, para a construção do futuro (SPINK, 2004).

Na pesquisa, ficou evidente, que para os entrevistados, a recuperação do seu patrimônio é de muita relevância, tanto que a grande maioria demonstrou, neste sentido, um interesse positivo para a sua preservação (Tabela 11).

Tabela 11 – Posição dos moradores quanto a recuperação dos seus bens

Interesse	Positivo	Negativo	Total
Comunidade de Monte Recôncavo	99,5%	0,5%	100%
Comunidade de Vencimento	97,5%	2,5%	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2013; Org.: DIAS, M.G.A.

Numa entrevista gravada pode-se observar na fala da moradora de Monte Recôncavo o seu interesse pela restauração da Igreja:

Eu sei que esta igreja é uma riqueza que não tem preço e se a gente deixar isso se perder seria terrível. Eu acho muito importante preservar nossa igreja, nossos valores, tudo isso. Temos que revitalizar nossas origens, pois a comunidade é quilombola e isso ia ajudar a resgatar também essa história para as gerações que estão vindo aí, né? Tudo faz parte da nossa história, principalmente a Igreja, tudo tem que ser valorizado (EM₇).

O patrimônio histórico-cultural representa um passado, uma memória, um aspecto de uma determinada cultura e também expressa diferentes representações coletivas, ou seja, cheios de significados e experiências sociais. Como lugares de memórias, são compreendidos pelas mais diversas formas da atividade humana. Segundo Nunes (2005, p. 26):

[...] o patrimônio, enquanto um bem cultural, deve ser visto a partir das disputas entre grupos, cada qual tentando garantir sua continuidade pois tais bens abrigam valores e significados que os distinguem, atribuindo-lhes identidades. Em outras palavras, a luta pela preservação de um patrimônio expressa a luta pela continuidade e pela memória de uma história.

As reflexões apresentadas por Nunes nos ajudam a pensar o patrimônio como lugar de recomposições e sentidos que reflete a continuidade, atribui sentidos e valores aos bens culturais, imprime uma marca cultural a ser incorporada pelos grupos sociais. Essas considerações se alicerçam no exercício que construímos para compreender as histórias dessas comunidades e tecermos com elas um diálogo que caminha pela questão da manutenção dos seus bens culturais.

Desde que a Igreja de Nossa Senhora do Monte foi interdita, por estar em vias de desabamento, sua comunidade tem se empenhado para conseguir recursos para a sua recuperação. A maioria dos moradores mostra comprometimento e realiza ações com este objetivo, o que pode ser constatado no Quadro 9.

Atitude	Descrição	%
Desinteresse	Descaso; falta de apoio; incredibilidade.	13
Interesse	Envolvimento; participação; harmonia de interesse; disposição.	22
Ação	Mobilização; cartas a órgãos competentes; abaixo-assinado; solicitação de apoio: a Petrobrás, a Prefeitura e a políticos; confecção de outdoor; eventos sociais.	65

Quadro 9: Comportamento dos moradores em relação ao Patrimônio degradado

Fonte: Pesquisa de campo realizada em Monte Recôncavo no período de jul. 2013 a out. 2013.

A comunidade, em sua maioria, se organizou para desenvolver diversas atividades, voltadas para a busca de recursos financeiros, com o objetivo de custear os serviços de conservação e restauração da Igreja. Foram criadas várias comissões, compromissadas em efetuar atividades com retorno financeiro: vendas de camisetas, coleta de doações financeiras, vendas de lanches, confecção de outdoor, bazar, quermesse, festival de sorvete, torneio de esportes, bingo, leilão, divulgação em jornais. Como as atividades, relacionadas acima, não poderiam cobrir os valores totais necessários para a recuperação da Igreja, formaram outras comissões, para tentar buscar financiamentos ou doações de empresas; realizaram contatos com a prefeita de São Francisco do Conde, com políticos e autoridades religiosas. Todas estas ações foram registradas num livro de ocorrências, da Associação da Comunidade de Monte Recôncavo (Anexo K).

A fé, a religiosidade e a devoção dessa comunidade, talvez expliquem tamanho envolvimento e empenho para conseguir recuperar seu patrimônio. Num relato de um entrevistado sobre estas ações, ele discorre:

“Se a comunidade não abraçasse essa causa não sei o que seria...em pouco tempo isso tudo seria uma ruína...só ia restar a lembrança da nossa igreja. A gente fez a nossa parte, nos mobilizamos, pedimos. Agora estamos aguardando a promessa que a prefeita fez de iniciar a restauração. Tenho certeza que ela vai cumprir. Quando isso acontecer, vai ser uma felicidade só, será a maior festança” (EMR₁₅).

Com relação a comunidade de Vencimento, o comportamento dos moradores referente ao patrimônio, não é muito expressivo, em função da Capela estar fechada há muitos anos, pois só os mais antigos participaram das celebrações religiosas lá realizadas (Quadro 10).

Atitude	Descrição	%
Desinteresse	Pouca contribuição; indiferença; falta de apoio.	68
Interesse	Disposição; importância.	31
Ação	Não existem relatos concretos.	1

Quadro 10: Comportamento dos moradores em relação ao Patrimônio degradado
 Fonte: Pesquisa de campo realizada em Vencimento no período de jul/2013 a out/ 2013.

A comunidade reconhece o valor da Capela, gostaria de vê-la restaurada, porém poucos moradores demonstraram interesse em lutar pela sua preservação, acham que essa atitude deveria partir do atual proprietário, ou mesmo da prefeitura de São Francisco do Conde.

A recuperação desse patrimônio devido a sua tradição, associada como lugar de memória, possibilitará sua reinserção no cotidiano do povoado, contribuindo para o reforço da identidade local, no registro e na valorização da história. As expectativas das comunidades de Monte Recôncavo e Vencimento, relativas às preservações de suas igrejas são demonstradas na pesquisa (Tabela 12)

Tabela 12 – Expectativa dos moradores em relação a recuperação do patrimônio

Comunidades	Positiva	Negativa	Total
Monte Recôncavo	99,5%	0,5%	100%
Vencimento	72,5%	27,5%	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2013; Org.: DIAS, M.G.A.

A maioria dos moradores de Monte Recôncavo demonstrou uma expectativa positiva com relação a recuperação da Igreja de Nossa Senhora do Monte, em decorrência do compromisso assumido pela Prefeitura do Município de São Francisco do Conde para esta preservação. Presenciaram várias articulações nesse sentido, isto é, visitas de técnicos e demais profissionais, efetuando levantamentos para as propostas de restauração.

Os moradores do povoado de Vencimento demonstraram, também, expectativa positiva para a recuperação da Capela de Nossa Senhora do Vencimento, porém ainda tem um percentual significativo de pessoas que não acredita que isto aconteça. Diante das melhorias de acesso e iluminação que a prefeitura realizou,

recentemente, no povoado, a credibilidade em relação a uma possível restauração da capela, aumentou consideravelmente.

De uma forma geral, as representações sociais dos sujeitos entrevistados estão vinculadas às questões históricas e culturais, ligadas à dinâmica de suas vidas pessoais, ou seja, às igrejas, a todos os eventos que lá aconteceram ou mesmo pelo que elas representam. Embora se encontrem em estado de degradação, eles a consideram como patrimônio, sentem orgulho e respeito por pertencer a eles, desejando que sejam preservadas.

Buscou-se, também, investigar a opinião dos atores sociais sobre a restauração e adaptação do patrimônio numa nova utilização, os dados resultantes da pesquisa estão descritos na Tabela 13.

Tabela 13 – Possibilidade de reabilitação do bem após sua restauração

Opiniões	Concorda	Discorda	Não sabe	Total
Comunidade de Monte Recôncavo	2,5%	92,5%	5%	100%
Comunidade de Vencimento	52%	40%	8%	100%

Fonte: Pesquisa de campo, 2013; Org.: DIAS, M.G.A.

A grande maioria dos moradores de Monte Recôncavo mostrou-se contra a adaptação da Igreja de Monte Recôncavo para nova utilização, isto é, diferente daquela para a qual foi concebida. Já na comunidade do Vencimento, houve expressivas opiniões favoráveis à reabilitação da Capela.

As representações sociais de Monte Recôncavo reconhecem a necessidade de manutenção do seu patrimônio, da forma original, como elemento de identidade e de herança cultural, e exteriorizam os seus valores de fé, cultura e tradição. Pode-se observar na fala de um morador:

[...] mudar a igreja pra outra coisa que não seja igreja, desconjuro, jamais, nem pensar numa coisa dessa. A gente quer a nossa igreja do jeitinho que ela era, igualzinha. E ela vai voltar pra gente mais bonita ainda, o sino tocando, o padre rezando a missa, assim[...] (EMR₁₅)

A possibilidade de reabilitação da Igreja de Nossa Senhora do Monte é, veementemente, rejeitada pelos moradores pois, esse patrimônio fortalece a identidade e o sentido de pertencimento do grupo.

Com a confirmação do interesse da população de Vencimento para a valorização do patrimônio por meio da reabilitação, poderia trazer, dependendo do que seria proposto, a viabilização da inserção social da comunidade ou uma perspectiva de trabalho ou de lazer, para essa região tão carente. Segundo relato de uma moradora, sempre aparecem turistas na localidade:

[...] todo dia aparece gente aqui pra ver a igreja. Tiram fotos, perguntam porque ela foi abandonada e a gente nem sabe o que dizer, os dono largaram ela assim desse jeito, vou fazer o quê? A gente toma conta pra não roubarem mais ainda, já levaram quase tudo[...] (EM₁₂)

A reabilitação de um patrimônio é uma prática que vem aumentando nos últimos anos pois, a necessidade de requalificar o espaço e propor-lhe um novo uso fará com que as pessoas o resignifiquem e o valorizem. A manutenção e a sustentabilidade de um patrimônio constituem-se em direitos dos cidadãos, para manter vivo e desfrutar do legado deixado pelos seus antepassados, podendo ser apreciado por todos, em qualquer época.

6.2 RESULTADOS E REFLEXÕES

Utilizando a análise de conteúdo proposta por Bardin (2002), na documentação obtida na pesquisa, analisada e discutida no item anterior, procedeu-se um desmembramento do conteúdo em unidades, isto é, os diferentes núcleos de sentidos das comunicações, foram reagrupados numa categoria: Significados do Patrimônio - para cada uma das localidades, especificamente, do distrito de Monte Recôncavo e do Povoado de Vencimento. E, desta categoria foram destacadas três Unidades de Contexto: Patrimônio da comunidade; Igreja e Relação Igreja/Comunidade, organizadas em quadros e relacionadas com as suas respectivas unidades de registro. Cada uma das unidades identificadas, constitui-se no resultado obtido na pesquisa, sendo analisadas com base nas

representações sociais de cada localidade, aliada aos comentários e reflexões da pesquisadora sobre as descobertas.

6.2.1 Representações Sociais relativas ao Patrimônio

6.2.1.1 Distrito de Monte Recôncavo

Na investigação dos “Significados do Patrimônio” para as representações sociais dos locais em estudo, foram destacadas as seguintes Unidades de Contexto: “Patrimônio da comunidade”, “Igreja de Nossa Senhora do Monte” e “Relação Comunidade e Igreja”, e, partir delas, foram encontradas onze unidades de registro: igreja, história, cultura, religiosidade, memória, identidade, pertencimento, valorização, compromisso, esperança e preservação (Quadro 11).

Unidades de Contexto (UC)	Unidades de Registro (UR)
Patrimônio da comunidade	Igreja, história, cultura.
Igreja de Nossa Senhora do Monte	Religiosidade, memória, identidade, pertencimento, valorização.
Relação comunidade e Igreja	Compromisso, esperança, preservação.

QUADRO 11 - Categoria: Significados do Patrimônio

Fonte: Pesquisa de campo realizada em Monte Recôncavo no período de maio 2013 a out. 2013.

A Unidade de Contexto: “**Patrimônio da Comunidade**” está ancorada nas unidades de registro: igreja, história e cultura, o que identifica a relação dessas pessoas com o lugar, como também, com suas origens.

UR₁ – Igreja, refere-se à Igreja de Nossa Senhora do Monte, muito marcante na comunidade, pois além de única, simboliza a fé católica dos moradores, destacando-se pela imponência da sua monumentalidade, de característica singular, pois contrasta com a simplicidade das construções do seu entorno, sendo este patrimônio motivo de orgulho para o distrito, o que pode ser confirmado na fala de uma moradora:

Esta igreja pertence a nossa comunidade, a todos nós. Nela foram realizados todos os eventos importantes daqui. Esta igreja teve uma participação na minha vida, não só na minha, na de todos daqui, e está fazendo uma falta grande, ela estar fechada. De qualquer lugar que você

esteja você vê a igreja, de uma distância grande se vê a igreja. Não existe coisa mais bonita que ela, aqui nesta região (EMR₂).

A igreja de Nossa Senhora do Monte, constitui-se num referencial fundamental para a vida religiosa e social da comunidade, como salienta Dom João Carlos Petrini, bispo responsável pelas comarcas do Recôncavo da Bahia, numa entrevista concedida à pesquisadora:

[...] aquela é uma igreja antiga, a população que mora lá é enraizada, são as famílias que vêm de grande tradição...quem mora lá já acompanhou toda a história que vem dos avós e dos bisavôs. Aquela igreja sempre foi um ponto de referência muito grande para a vida daquela comunidade. Imagine numa época em que não haviam tantos meios de comunicação para ficarem distraídos, então aquele era um ponto de vida, não era apenas um amontoado de pessoas, mas pessoas integradas com interesses culturais e políticos fortes tendo a igreja como referência (E₅).

A igreja é reconhecida como patrimônio desta comunidade, as significações e os atributos conferidos a ela, confirmam o senso de pertencimento e a sedimentação dos valores a ela agregados.

UR₂ - A **História** permeia as representações sociais, onde a importância do patrimônio está ligada ao passado, marcado pelas memórias do período histórico do lugar. Os moradores identificam a igreja como uma herança deixada pelos escravos, que construíram o templo e que este deve ser preservado. Como pode ser observado nessa entrevista:

[...] minha família é descendente de escravos, aí eu também sou, né? Para mim esta igreja representa muita coisa, pois foi com muito sacrifício e sofrimento dos meus antepassados que ela foi construída. Ela é muito antiga e continua até hoje. Ela me traz muitas lembranças boas do meu passado e da minha família, por tudo que vivemos lá, as missas, casamentos, festas...(EMR₁₃)

A valorização dada pela comunidade à igreja, principalmente, pela sua história, contribui para fortalecer o sentimento de pertença, propiciando a eles e aos seus descendentes, o reconhecimento deste templo, como o seu patrimônio.

UR₃ - Na representação da **Cultura**, essa comunidade, remanescente de quilombo, desenvolveu ao longo de sua formação, uma grande diversidade de manifestações que integram os eventos da comunidade (grupos de samba, afoxés, capoeira, esmola cantada, dentre outras), além de festas religiosas, com sincretismo presente, e uma diversidade de gêneros musicais, como a fanfarra e o samba-de-

roda; resíduos históricos, herdados dos escravos, característicos da generalidade do Recôncavo. A cultura representa os costumes da comunidade, o que pode ser confirmado, no relato de uma moradora, sobre este aspecto:

[...] aqui a gente não deixa a nossa cultura morrer, isso passa de pai para filho, vem de longe...dos nossos irmãos escravos, viu. Aqui tem o samba-de-roda, capoeira, as nossas comida, tudo isso deixado por eles (EMR₁₂).

As manifestações culturais, estabelecidas por meio de uma longa história, como a música, os hábitos, os costumes permitiram uma maior interação entre os membros da comunidade. Na análise da fala da entrevistada percebe-se a cultura como um importante elemento da representação social:

...não deixo de participar de nenhuma festa daqui. A festa da santa então, nem se fala. Todo mundo se prepara para os dias de festejo, começa com a lavagem, a esmola cantada, as novenas, as rezas, até o grande dia, é uma festança. Desde que me entendo por gente, eu participo com toda a minha família e as pessoas da comunidade (EMR₁₁).

Entre as práticas culturais, os momentos de festejo pessoal e de devoção religiosa organizam-se em torno da comunidade. As comemorações locais apresentam, principalmente, caráter religioso e as tradições são transmitidas de geração em geração, preservando a memória local. Apesar da cultura não ser um conjunto cristalizado de valores, pois ela se recria à medida em que as pessoas redefinem suas práticas, em função das mudanças; ela contribui para a afirmação da identidade e do sentimento de pertença.

Na Unidade de Contexto relativa à “**Igreja de Nossa Senhora do Monte**”, foram encontradas cinco unidades de registro: religiosidade, memória, identidade, pertencimento, valorização.

UR₄ - A representação da **Religiosidade** na comunidade quilombola de Monte Recôncavo, se configura a partir de elementos peculiares, que identificam a mentalidade dos sujeitos que residem nessa localidade. Os moradores evidenciam a igreja católica, e a maioria são católicos praticantes, porém, em menor número, encontram-se os evangélicos e os que frequentam o candomblé. Entretanto, existem aqueles que têm fé nos santos católicos e também nos orixás do

candomblé; e outros que apesar de serem evangélicos participam dos eventos católicos.

A santa padroeira do local é Nossa Senhora do Monte, e todos os domingos, é grande a frequência dos moradores nas celebrações das missas na Casa da Irmandade. A invocação desta santa foi trazida pelos portugueses e sua fé disseminada entre a população do local, principalmente, os escravos. Por muito tempo os negros tiveram que esconder o seu culto aos orixás e mesmo após a abolição da escravatura em 1888, tiveram que assumir perante a sociedade, que eram católicos, misturando o seu culto aos dos santos da religião católica. Prandi (2004, p. 31), analisa esta relação com bastante clareza:

O sincretismo pode ser visto como característica do fenômeno religioso. Isto não implica desmerecer nenhuma religião, mas constatar que, como os demais elementos de uma cultura, a religião constitui uma síntese integradora englobando conteúdos de diversas origens. Tal fato não diminui, mas engrandece o domínio da religião, como ponto de encontro e de convergência entre tradições distintas.

Segundo o bispo Dom João Carlos Petrini, distingue-se esta realidade de duas formas, onde pode haver um polo com sua própria identidade, que reivindica sua história e não se mistura com a igreja e outro polo em que as pessoas se declaram católicas, porém no momento de doença recorre a uma entidade como um agente de proteção.

Em algumas entrevistas pode-se observar a fé, a devoção a Nossa Senhora, assim como, a continuidade dessa religiosidade, passada de geração para geração:

Eu até me emociono pra falar, eu tenho muita, mais muita fé mesmo, em Nossa Senhora, foi por meus pedidos, que alcancei tudo que queria. E desde a época de minha mãe, minha avó, os antigos, foi assim, toda nossa família tem muita fé. Meus filhos foram criados na fé e todos estão bem graças a Nossa Senhora...(EMR₄).

Nossa Senhora é tudo pra mim, é com ela que conto, nos momentos difíceis e ela sempre me atende. Minha filha sabe que eu consigo e sempre pede para eu rezar por ela. É verdade, é verdade, sou assim com ela, não deixo de rezar nenhum dia, olha ali a vela acesa...(EMR₉)

A religiosidade é uma categoria muito importante, pois a igreja, relaciona-se com os seus fiéis, reforçando a fé, por meio dos seus sacramentos e dos serviços elementares que são realizados como: casamentos, batizados, missas, festas religiosas e procissões.

UR₅ - A Memória é uma das unidades que permeia as representações sociais dos significados do patrimônio, com relação à igreja de Nossa Senhora do Monte. A memória é um elemento essencial da identidade individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos homens e das sociedades (LE GOFF, 1990).

A memória é o que ainda é vivo na consciência do grupo, para o indivíduo e para a comunidade. Moscovici (2001) ressalta a importância da memória para a representação social, pois ela não é inerte nem completa, mas dinâmica e em mutação. A representação da comunidade sobre o patrimônio está relacionada com a memória, pois possibilita a reconstituição de épocas da vida que são recordadas em uma entrevista, em um bate-papo com um amigo contemporâneo, entre outras ocasiões.

No relato da entrevistada, apresenta-se o significado da igreja como lembrança, nostalgia, testemunhos de uma época de infância e adolescência, com atribuição de valor ao patrimônio. Dessa forma, o relato representa a memória, a formação da entrevistada, e oferece a possibilidade de remontar partes de sua trajetória de vida.

A igreja teve uma participação muito grande na minha vida, é um sentimento muito bom de recordar os tempos que vivi na infância e na juventude, me casei aí, sabe? Meus filhos, também. Sinto tristeza em ver a igreja desse jeito, mas a restauração vai ser realizada. Só não sei se vou alcançar, já estou muito velha (EMR₈).

As memórias e referências do passado fundamentam a união entre os indivíduos que compartilham afetos, sensibilidades, tradições e histórias. Nas entrevistas, a memória aparece, como forma de reconstrução do passado, lembranças de fatos relevantes e constroem uma representação atualizada.

UR₆ - A Identidade, uma das unidades de representatividade dos atores sociais dessa comunidade, configura-se como a forma que o indivíduo interage com o local onde vive, assim como, com o seu patrimônio. Os moradores identificam-se com o patrimônio porque reconhecem a sua importância como espaço de uso coletivo, que simboliza a fé e os valores atribuídos por várias gerações.

Para alguns entrevistados, o patrimônio é referência de sua identidade, trazendo informações sobre sua história de vida, como relatado por essa moradora:

A igreja me faz recordar de muitos casos que minha avó contava, tenho muitas recordações boas do passado, da minha infância e também dos fatos mais recentes que aconteceram. Nossa comunidade é muito unida, todos são amigos e se conhecem, criados como parentes, nem me imagino morando em lugar, pretendo continuar vivendo aqui, sair daqui, nunca. A igreja sempre esteve aberta para todos, sem fazer distinção, ela faz parte da minha vida, da minha história, assim como, da vida de todos daqui (EMR₁₀).

As experiências comuns compartilhadas pelos moradores de Monte Recôncavo, com relação às suas trajetórias de vida, reforçam suas identidades com o local e com o seu patrimônio. Assim, a articulação entre território e patrimônio, aliada às vivências, individual ou coletiva, constitui-se como referenciais determinantes na construção identitária.

UR₇ - O Pertencimento constitui-se como uma das unidades atribuídas pelas representações sociais. O processo de pertencimento acontece quando o sujeito está consciente de pertencer ao lugar e ao mesmo tempo sentir que esse lugar lhe pertence. Na fala da entrevistada fica claro que ela se sente como parte integrante do patrimônio e que este lhe pertence:

Eu gosto muito de morar aqui, gosto de nossas festas, de nossas reuniões na comunidade e principalmente dos encontros na igreja. De tanto frequentar as missas, as rezas, posso dizer que a igreja faz parte de minha vida e é como se fosse a extensão de minha casa. É como se ela fosse minha, acho que muitos pensam assim também. A igreja é nossa, estamos lutando para ver ela restaurada e funcionando, pois a nossa casa precisa estar pronta e bonita pra nos receber. É a casa de nossa mãe, né? Pertence a todos nós (EMR₅).

O processo de significação do patrimônio consiste na atribuição de sentidos, que combinados com o lado emocional, têm caráter significativo e ordenador, configurando-se na identificação do indivíduo com o bem, o que implica no senso de pertencimento.

UR₈ - A Valorização do patrimônio pelos moradores da comunidade está refletida no desejo de permanência do seu bem, representado pela igreja, símbolo do distrito, possibilitando a continuidade e manutenção de sua história para as

gerações futuras. Numa entrevista com um morador antigo do local, confirma-se o valor do patrimônio, pela sua carga simbólica:

Minha filha, essa igreja, casa de Nossa Senhora, representa muito para todos nós. Lá eu sempre me senti protegido de todo mal. É um lugar de paz e todos reconhecemos a sua importância e isso não é só agora, sempre foi assim, desde muito tempo. Esta igreja é a coisa mais importante que temos aqui, queremos ver ela toda recuperada, pois ela representa a nossa fé (EMR₆).

Os membros da comunidade valorizam o seu patrimônio pela sua expressividade, imponência, herança dos antepassados escravos, espaço que remete às histórias vivenciadas pela comunidade, além de ser o símbolo de fé e de religiosidade.

A unidade de contexto: “**Relação comunidade e Igreja**” é evidenciada pelas representações sociais por meio de três unidades de registro: compromisso, esperança e preservação.

UR₉ - O Compromisso está relacionado com o interesse da comunidade pela preservação e recuperação da igreja, visando o retorno das atividades religiosas e sociais, tão importantes para os moradores e muito tem sido feito em prol dessa conquista. Na fala de uma entrevistada podemos constatar essa evidência:

Olhe, estamos todos empenhados em conseguir patrocinadores para a restauração da Igreja, ainda não conseguimos, temos algumas promessas. Acho que o mais certo vai ser que a prefeita consiga recursos para isso. O que angariamos até agora não é suficiente, porém temos esperança que esse dia está muito próximo (EMR₃).

Toda a comunidade está imbuída num objetivo comum que é a recuperação do seu patrimônio e a organização das atividades desempenhadas para este fim, é realizada através de cooperação mútua, tal situação é constatada na relação harmoniosa existente entre os membros da comunidade, desde os mais idosos até os mais jovens.

UR₁₀ - A Esperança constitui-se na representatividade social sobre a relação da comunidade com o patrimônio caracterizando-se como a expectativa da recuperação do bem. Todos que foram entrevistados demonstraram esperança na concretização desse desejo. Percebe-se na fala do entrevistado a sua crença na possibilidade da restauração da igreja:

Tenho uma fé muito grande, quase certeza mesmo, em ver a nossa igreja, novinha em folha...e esse dia não está muito longe, a senhora vai o mesmo e o padre Euclides no altar celebrando a missa, uma missa de festa, com coral e tudo (EMR₁).

O desejo da comunidade de ver a igreja em funcionamento é uma maneira de demonstrar a sua afetividade com o patrimônio, assim como confirma a sua expectativa para a concretização desse sonho.

UR₁₁ - A Preservação está presente na representatividade sobre o patrimônio, demonstrando as ações e interesses da comunidade para esta finalidade, além da preocupação constante com o avanço da degradação, que vem acontecendo de forma gradativa, situação presenciada pelos moradores, que não têm condições de conter, deixando-os apreensivos e desolados. Um morador relata a sua angústia, pois por morar bem próximo à igreja, tem presenciado a evolução da degradação:

Acordar todo dia e ver a igreja neste estado, a senhora não imagina o meu sofrimento. Vivi diariamente nesta igreja, desde pequeno, ajudava o padre na missa. E agora estou aqui sem poder fazer mais nada. Fizemos tudo que podíamos, recorremos a Deus e o mundo, agora só nos resta esperar. Mas tenho fé e sei que tudo vai melhorar se Nossa Senhora assim o permitir (EMR₇).

A atual administração pública do município de São Francisco do Conde tem demonstrado interesse na recuperação do monumento, algumas vistorias, pareceres técnicos e projetos já foram realizados, o problema são os valores elevados dos orçamentos que dificultam a aprovação.

6.2.1.2 Povoado de Vencimento

Em pesquisa realizada nesse povoado, as representações sociais estabelecidas para as Unidades de Contexto: “Patrimônio da Comunidade”, “Capela de Nossa Senhora do Vencimento” e a “Relação Comunidade e Igreja”, foram identificadas, após análise, em oito unidades de registro: igrejas, engenhos, cultura, história, patrimônio, herança, valorização, preservação (Quadro 12).

Unidades de Contexto (UC)	Unidades de Registro (UR)
Patrimônio da Comunidade	Capelas, Engenhos, Cultura.
Capela de Nossa Senhora do Vencimento	História, Patrimônio, Herança.
Relação comunidade e Igreja	Valorização, Preservação.

Quadro 12 - Categoria: Significados do Patrimônio

Fonte: Pesquisa de campo realizada em Vencimento no período de jul. 2013 a out. 2013.

Na Unidade de Contexto: **Patrimônio da Comunidade**, foram encontradas três Unidades de Registro: Capelas, Engenhos e Cultura.

UR₁ - Na unidade **Capelas**, as representações sociais do povoado de Vencimento referem-se às capelas existentes na localidade, a mais antiga Capela de Nossa Senhora do Vencimento e a Capela de Nossa Senhora da Piedade.

A religião católica é predominante nesta localidade, seguida da evangélica e dos adeptos do candomblé. A população do povoado frequenta as missas de domingo, programação religiosa e eventos que acontecem esporadicamente, na pequena Capela de Nossa Senhora da Piedade, realizadas pelo padre Euclides, que mora no distrito de Monte Recôncavo. A Capela de Nossa Senhora do Vencimento encontra-se desativada, há vinte anos, em decorrência da falta de manutenção, o que contribuiu para o avanço da sua degradação.

Os moradores reconhecem o valor da Capela de Nossa Senhora do Vencimento, pelos seus valores arquitetônico, histórico e simbólico. Em entrevistas realizadas com moradores locais isso pode ser confirmado:

...eu sou evangélico, mas mesmo assim, não deixo de achar que essa Capela do Vencimento tem muito valor e que é muito bonita, as autoridades deviam se interessar em consertar ela. É triste ver um prédio desse se acabando (EM₁).

Sei que essa igreja tem muita importância, vem desde a época dos escravos, aqui funcionava um engenho. Ainda hoje a capela mesmo nesta situação é visitada por turistas. E muitos, ficam admirando a sua beleza, e não entendem porque ela está abandonada. Aí tiram muitas fotos e vão embora, contrariados. E a gente não pode fazer nada, né? (EM₅)

Muitos moradores, principalmente os mais velhos, lembram dos acontecimentos que foram realizados na Capela e sentem falta da convivência da comunidade católica naquele espaço. Por ser uma comunidade de poucos recursos, de característica rural, os moradores se sentem incapazes de tomar alguma iniciativa em prol da recuperação da capela e fica à espera de que o proprietário do imóvel tome as devidas providências.

UR₂ - A unidade **Engenhos** simboliza a representatividade social quanto ao que consideram patrimônio da localidade, pois no povoado de Vencimento encontram-se vestígios de vários engenhos. A relevância destes para a comunidade, descendentes de escravos, é confirmada na fala de um entrevistado:

...se não fosse os engenho, a gente não estaria aqui. Os engenho acabou, veio as usina, que também acabou, mas deixou pra gente esse pedaço de terra e é aqui que criei os meus filhos e vou plantando, colhendo e levando na paz de Deus. Trabalhei muito na usina, meu pai e meu avô chegaram a trabalhar nos engenhos, na plantação da cana (EM₃).

O local onde está situada a Capela do Vencimento pertenceu ao antigo engenho Paramirim, passou por vários proprietários e, atualmente, a Fábrica de Papel e Papelão Nossa Senhora da Penha é a atual proprietária. Demonstrem interesse na recuperação do imóvel, porém nada fazem, porque esbarram na questão da comunidade ser quilombola e ter seus direitos garantidos na ocupação desse território; o que pode ser verificado na entrevista realizada com representantes da fábrica:

Na verdade essa é uma área que é invadida, antigamente aqui era tudo canavial e usina. A comunidade de Paramirim é histórica [...] o pessoal que era escravo, trabalhava na usina, no canavial e nos engenhos, e aí acabou que a gente não tem controle mais, pois a gente adquiriu em 2006 e o pessoal já estava lá há mais de duzentos anos, a gente não tem como tirar o pessoal dali, faz pena, faz, mas teria que ter uma intervenção da prefeitura (EV₁).

Atualmente, cada vez mais, são construídas casas no entorno da Capela e das ruínas do engenho. Resta que a prefeitura do município juntamente com o proprietário, agreguem forças em prol da recuperação e proteção desse patrimônio.

UR₃ - A **Cultura**, na representação social desse povoado está relacionada às manifestações culturais, ponto de grande referência e identidade, herdada dos escravos. Em entrevista, uma moradora da localidade, aborda esse tema:

[..] você sabe, o samba-chula é nosso patrimônio. É isso mesmo, nos aqui da comunidade não perdemos quando tem apresentação do grupo, fazemos uma caravana e vamos todos. Tem dois moradores daqui que fazem parte de outro grupo, o lindro amor, um grupo antigo, que se apresenta para obter recursos para festas de santos padroeiros das cidades dos arredores (EV₇).

O samba-chula, referido pela entrevistada, é uma versão do samba de roda, manifestação cultural típica de São Francisco do Conde, cuja apresentação inicia com uma declamação, chamada relativo; após a declamação, as mulheres vão, uma a uma, para o centro da roda e sambam, ao som da música e de palmas. O samba de roda do Recôncavo, em 2005, foi reconhecido pela UNESCO, como patrimônio da humanidade. As manifestações culturais, assim como a gastronomia dessa região, de origem africana, são muito ricas e diversificadas.

Na Unidade de Contexto relativa a “**Capela de Nossa Senhora do Vencimento**” foram encontradas as seguintes unidades de registro: História, Patrimônio, Herança.

UR₄ - A **História** representa não só conjunto de acontecimentos que foram realizados na Capela e que estão registrados na memória da comunidade, assim como todo o legado deixado pelos seus antepassados, que viveram no engenho. Segundo uma moradora:

Essa capela minha filha, tem muita história. Meus bisavós e tataravós viveram aqui, foram escravos, muitos deles participaram da construção de todo esse engenho. Minha mãe casou nesta igreja e meus filhos foram batizados aí também. É uma desolação a igreja se encontrar neste estado. Fico muito triste com essa situação. (EV₁₀)

Verifica-se que os elementos que constituem as representações sociais dos sujeitos entrevistados sobre o patrimônio estão ligados à história do engenho, sua capela e aos acontecimentos vivenciados ou repassados por familiares ou antigos moradores.

Na Unidade de Contexto relativa à **Capela de Nossa Senhora do Vencimento**, foram encontradas três unidades de registro: História, Patrimônio, Herança.

UR₄ - O **Patrimônio** como representatividade social simboliza a importância da Capela e do seu valor enquanto espaço experienciado ou reconhecido, por meio de informações repassadas. Percebe-se na fala da entrevistada esse reconhecimento:

O único patrimônio que temos aqui é essa capela do Vencimento, temos a outra capela, mas não tem a mesma importância. As pessoas que frequentava lá comentam sobre o estado lastimável que ela se encontra. Como podem deixar um monumento desses se acabar? Isso é um absurdo. (EV₄)

O valor atribuído ao patrimônio dessa comunidade é estabelecido desde o impacto causado pela monumentalidade do edifício, em contraste com as construções simples do seu entorno, como também, pela lembrança dos eventos vivenciados pelos moradores mais antigos, que participavam dos eventos religiosos e se deprimem diante da falta de perspectiva de ver este templo restaurado.

UR₄ - Uma outra unidade de registro dada à Capela pelas representações sociais é a **Herança**, conferindo o sentido de posse do bem, este é parte integrante da comunidade, que veio de gerações anteriores e continua presente com a mesma função simbólica. Numa entrevista, a moradora fala sobre o que a Capela representa:

[...] essa capela sempre foi muito importante para nos católicos, é um presente deixado pelos mais antigos. Hoje em dia quem vai fazer uma construção dessa? Minha avó contava muito que os escravos ajudaram a construir, falava também dos festejos que acontecia, dos casamentos, os escravos casaram aí também. Da casa grande só sobrou a ruína, e ela continua de pé. Esse bem é nosso, queremos que as autoridade venham ajeitar ela, pois ela é a igreja mais bonita dessa região, mesmo neste estado se vc reparar bem vê a sua boniteza (EV₆).

A capela apesar do seu avançado estado de degradação e por estar desativada há muitos anos ainda, é reconhecida pela comunidade como um importante bem coletivo que foi deixado pelos seus antepassados.

Na Unidade de Contexto: **“Relação comunidade e Igreja”** foram identificadas duas Unidades de Registro – Valorização e Preservação;

UR₅ - A Valorização como unidade de representação refere-se aos aspectos simbólicos ainda existentes, dos moradores com a Capela, mantendo viva a fé. Como pode ser observado na fala do morador:

...eu cuido, sempre que posso dessa igreja, não deixo o mato tomar conta, vou limpando toda vez. Ainda bem que a prefeitura fechou as portas, porque tinha muita gente entrando e danificando a igreja. Isso era muito perigoso. Tem muita promessa de político pra endireitar ela, mas só tem ficado na conversa. Todo mundo se admira dela quando vem aqui, quem é que não vai se admirar, né? Eu não conheço nenhuma que se pareça com ela... Isso moça é nosso tesouro, pena que a comunidade é fraca e não pode fazer nada. (EV₉)

A proteção e a defesa da Capela, demonstrada pelos moradores, refletem o amor e o apego que eles têm pelo bem. Sentem-se como guardiões do monumento e, mesmo nas pequenas atitudes, demonstram todo o valor que depositam no patrimônio.

UR₆ - A Preservação como representação da comunidade é relativa ao desejo de resgatar o monumento na sua integridade, revertendo a situação atual. Na fala de uma moradora mais jovem podemos verificar:

[...] gostaria muito que essa igreja fosse restaurada. Essa igreja teve muita coisa aí, mas depois que abriram mão dela, ela deteriorou. Se ela tivesse funcionando já tinha casado há muito tempo. Fico triste dela estar assim destruída, faz medo até entrar aí dentro e cair os pedaços do teto na cabeça da gente. Vieram uns engenheiro aqui olhar mas depois a gente não teve mais notícia nenhuma. Vem muito turista aqui, se ela fosse restaurada, pelo menos teria uma atração aqui nesse lugar (EV₈).

O desejo de preservar a Capela está presente na opinião da maioria dos moradores, mesmo daqueles que não a alcançaram em funcionamento. Eles têm orgulho de ter o monumento e se sentem mal por presenciar o seu arruinamento.

O tratamento minucioso do conteúdo da pesquisa, possibilitou a observação dos pontos comuns das narrativas e dos que estavam latentes, identificados por meio da metodologia aplicada e verificados de acordo com as circunstâncias reflexivas mais ressaltadas no período de envolvimento com as comunidades. Os locais estudados são lugares de memória, verdadeiros patrimônios culturais, refletidos, simbolicamente, nas suas representações sociais, que estão atreladas a um passado vivo que ainda marca presença e reforça os traços identitários do lugar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O patrimônio configura-se como um importante elemento cultural onde são articuladas as dimensões materiais e simbólicas, que envolvem o passado e o presente. Nos aspectos material e imaterial suas representações mediam o conhecimento histórico, se tornando uma ferramenta para a produção de significados históricos, identitários e sociais, compondo um conjunto de valores, entre o real e o simbólico, que ficam registrados na memória das representações sociais.

Nessa perspectiva, o tema tratado nesta tese objetivou investigar os aspectos simbólicos e do imaginário relacionados aos patrimônios: Igreja de Nossa Senhora do Monte e Capela do Vencimento, englobando as relações afetivas das comunidades com esses bens.

As representações sociais identificadas são resultantes do imaginário dos habitantes das comunidades acerca das dimensões subjetivas dos seus patrimônios, e foram estruturadas com base em três pontos fundamentais: aspecto valorativo, patrimônio como bem coletivo e importância histórica do bem para a comunidade. Partindo dessa premissa, os questionamentos realizados nos instrumentos de pesquisa, resultaram em seis representações, que resumem os aspectos investigados.

Na primeira representação: Religiosidade e valores culturais, foi constatado nas duas comunidades, o predomínio da religião católica, embora existam outras religiões; foi revelado um sincretismo acentuado por tratar-se de comunidades quilombolas. Poucos assumiram-se como praticantes do candomblé. Estas comunidades consideram a religião como principal fator de sociabilidade, dentre os poucos existentes, portanto a igreja tornou-se num ponto de congregação dos moradores. Os seus patrimônios, representados pelas suas igrejas, constituem-se como símbolo de valores e são referenciais da história e da memória desses grupos sociais. Essas comunidades, em decorrência das suas raízes africanas, mantêm vivas as manifestações culturais, que são também consideradas como patrimônio, realizadas, tanto no calendário religioso, quanto em festividades ditas “profanas”.

Na segunda representação: Memórias e Representações, os dois monumentos foram reconhecidos pelas suas comunidades como significativos, pois identificam os seus valores históricos, representação mais citada pelos moradores, pelo fato dessas igrejas terem sido construídas por mão de obra escrava, o que remete aos seus valores de memória.

Na terceira representação: Dimensão simbólica do patrimônio, as falas dos sujeitos sociais foram repletas de referências às suas próprias histórias de vida associadas às situações partilhadas nas igrejas, espaços experienciados e vivenciados, onde foram estabelecidos valores afetivos e simbólicos.

Na quarta representação: Permanências e rupturas nas significações do patrimônio, foi identificada a manutenção dos valores dados a esses bens nas duas comunidades, porém em maior proporção na comunidade de Monte Recôncavo. Existe uma grande coesão nas opiniões, pois esse aspecto já é consolidado pelos atores sociais e revelam suas identidades com esses bens.

Na quinta representação: Discursos e formas de utilização do patrimônio, as comunidades reconhecem suas igrejas como espaços de uso coletivo onde exercem as atividades religiosas e sociais. São, na sua maioria, pessoas de muita fé, e não deixam de participar das atividades religiosas e sociais, e não foram interrompidas, mesmo estando as igrejas fechadas, sendo realizadas em outros espaços, em Monte Recôncavo, na Casa da Irmandade e em Vencimento, na Capela de Nossa Senhora da Piedade, desse povoado.

Na sexta representação: Iniciativas e Cuidados para a preservação do patrimônio, as comunidades das duas localidades demonstraram sentimento de tristeza e inconformismo por seus bens encontrarem-se em estado de degradação. Acreditam que é de competência do IPAC e da prefeitura a recuperação dos seus bens, embora os moradores de Monte Recôncavo reconheçam-se também comprometidos e demonstraram maior interesse e empenho em buscar soluções para que sua igreja volte a funcionar. Ambas as comunidades têm expectativas muito positivas para a restauração dos seus patrimônios.

Nos resultados e reflexões, objetivando uma discussão criteriosa, utilizou-se a análise de conteúdo (BARDIN, 2002), para a avaliação do material obtido na pesquisa, efetuando-se o desmembramento desse conteúdo em unidades representativas da categoria Significações do Patrimônio, obtendo-se as seguintes conclusões:

- Na comunidade de Monte Recôncavo, a Igreja de Nossa Senhora do Monte, constitui-se num importante legado histórico e cultural dessa comunidade. Esse patrimônio cultural é fruto de uma construção coletiva, que expressa os sentidos e sentimentos desse grupo social, referendando os vínculos com esse espaço e com o vivido, desencadeando narrativas e histórias, que confirmam essa referência.
- Na comunidade de Vencimento, a Capela de Nossa Senhora do Vencimento, por ter pertencido a um antigo engenho, localiza-se distante do núcleo do povoado, as poucas pessoas que residem nas proximidades, embora reconheçam a importância desse bem e seus valores, não têm a mesma identificação que a encontrada na comunidade de Monte Recôncavo.

Nesse contexto, em ambos os casos esses monumentos configuram-se como patrimônio cultural, e suas conservações, certamente, contribuirão para a manutenção da identidade e da memória social dessas comunidades.

A comunidade de Monte Recôncavo, finalmente, em 20 de novembro de 2013, teve uma boa notícia, quando, a então prefeita da cidade de São Francisco do Conde, Rilza Valentim assinou a ordem de serviço, autorizando o início das obras de restauração da Igreja de Nossa Senhora do Monte Recôncavo, com recursos próprios do município, o que foi comemorado com muita festa na localidade, pois conseguiram, depois de tantos esforços, ver concretizado o seu maior objetivo, a restauração do seu patrimônio (Figura 81).



Figura 81 – Solenidade Pública: autorização do restauro da Igreja
Fonte: Prefeitura de São Francisco do Conde/BA, nov. 2013.

Torna-se preponderante a preservação desses patrimônios, pois são testemunhos vivos da herança cultural de gerações passadas e exercem papel fundamental no momento presente, se projeta para o futuro, transmitindo às gerações por vir as referências de um tempo e de um espaço singulares, que jamais serão revividos, mas revisitados, criando a consciência da intercomunicabilidade da história¹¹.

11. Carta de Burra, apresentada na Austrália, em 1980 (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios/ICOMOS)

REFERÊNCIAS

AKAMATSU, Etienne. *Mémoire, temps, histoire*. Paris: PUF, 1996.

ANDRADE, Adriano. A espacialidade da rede urbana no Recôncavo baiano setecentista à luz da cartografia histórica. In: III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, 2009, Ouro Preto/MG. *Anais...* Ouro Preto/MG: Centro de Referência em Cartografia Histórica, UFMG, 2009, p. 10-27.

_____. *O outro lado da Baía: a gênese de uma rede urbana colonial*. Salvador: Edufba, 2013.

ARANTES, Antônio Augusto (org). *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

ARAÚJO, Ubiratan C. de. A baía de Todos os Santos: um sistema geo-histórico resistente. In: *Revista Bahia Análise e Dados*. v. 9, n. 4. Salvador: SEI, 2002, p. 10-23.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

AZEVEDO Esterzilda Beristein. *Arquitetura do açúcar*. São Paulo: Nobel, 2009

AZEVEDO, Paulo Ormino David de (Coord.). *Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia*. Salvador: Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo da Bahia, 1978/1982. Versão em CD-ROM.

_____. Recôncavo: território, urbanização e arquitetura. In: CAROSO, Carlos; TAVARES, Fátima; PEREIRA, Cláudio (Orgs.) *Baía de Todos os Santos: aspectos humanos*. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 205-52.

AZZI, Riolando. *A igreja católica na Bahia (1551-2001)*. v. 1 – Período colonial. Petrópolis: Vozes, 2001.

BARDIN, Lawrence. *Análise de conteúdo*. 3 ed. Lisboa: Edições 70, 2002.

BAUER, M. W; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002

BAUMAN, Zigmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BAZIN, Germain. *Arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1983. 2 v.

BOM MEIHY, José Carlos S. *Manual de história oral*. 2 ed. São Paulo: Loyola, 1998.

BORDIEU, Pierre. *A Identidade e a Representação: elementos para uma Reflexão Crítica sobre a Idéia de região*. Lisboa: Difel, 1989.

_____. *O poder simbólico*. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 5 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BOSI, Ecléa. *A pesquisa em memória social. Psicologia USP*. São Paulo, vol. 4, p. 283, 1993.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. (Org.) *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado/Academia de Letras da Bahia/ UFBA, 2000.

_____. *Os vários recôncavos e seus riscos*. Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras, v. 1, n. 1, 2003.

BRANDIM, Ana Cristina M. de S. Fragmentos, restos e passagens: uma análise entre lugar e memória em Teresina. In: VASCONCELOS, Jose Gerardo; ADAD, Shara Jane (Org.) *Coisas de cidade*. Fortaleza: UFC, 2005.

BRASIL. Constituição(1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. Ministério da Cultura. IPHAN. *Coletânea de Leis sobre Preservação do Patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

BRASIL, Secretaria de Assuntos Estratégicos. *Ressurgimento da indústria naval no Brasil: (2000-2013)*. Editores: Carlos Alvares da Silva Campos Neto, Fabiano Mezadre Pompermayer. Brasília: Ipea, 2014.

BRITO, Cristóvão de Cássio da Trindade de. *A Petrobras e a gestão do território no Recôncavo Baiano*. 2004. 299 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia) -Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

CANABRAVA, Alice. A grande lavoura. In: Holanda, Sergio Buarque de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. v. 6. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1997.

CANCLINI, Néstor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

CARLOS, Ana Fani A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

CHARLOT, Bernard. *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Porto Alegre: Artemed, 2000.

CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tábula rasa do passado?* São Paulo: Ática, 1995.

CHOAY, Françoise. *Alegoria do patrimônio*. Trad. Luciano V. M. São Paulo: UNESP, 1992.

CONNERTON, Paul. *Social Memory*. New York: Cambridge University Press, 1989.

CORRÊA, R. L. Formas Simbólicas e Espaço. Algumas Considerações. *GEOgraphia*, v.9, n.17. Niterói, 2007, p.7-17.

COSGROVE, A. Mundos de Significados: Geografia Cultural e Imaginação. In *Geografia Cultural: Um Século* (2), org. R.L. Corrêa e Z. Rosendahl. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2000.

COSTA, Ana L. R. da. A igreja católica e a configuração dos espaços físicos dos núcleos urbanos coloniais brasileiros. In: *Cadernos PPG-AU/FAUFBA*. ano IV. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 33-47.

COSTA, L. *Sobre Arquitetura*. Organizado por Alberto Xavier – 2ed. Porto Alegre: UniRitter, 2007.

COSTA PINTO, Luís. *Recôncavo: laboratório de uma experiência humana*, Rio de Janeiro: Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, 1958. (Publicações, n. 1).

DIAS, Reinaldo. *Turismo e patrimônio cultural: recursos que acompanham o crescimento das cidades*. São Paulo: Saraiva, 2006.

DUFFY, M. E. Methodological triangulation: a vehicle for merging quantitative and qualitative research methods. *Journal of Nursing Scholarship*, 19(3), 1987, p.130-133.

DUNCAN, N. *Confronting Representations*. *Society and Space*, 1993, v.11, pp. 473-486.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FONSECA, Fernando L. *Primórdios da Arquitetura religiosa no Recôncavo Baiano*. Salvador: EDUFBA, 1960.

FORTUNA, Carlos. As cidades e as identidades: narrativas, patrimônios e memórias. In: Santos, Maria de Lourdes Lima dos. (Org.). *Cultura & Economia*. Lisboa: ICS, *Estudos e Investigações*, n. 4, 1995. p. 209-230.

FREIRE, Cristina. *Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo*. São Paulo: SESC - Annablume, 1997.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e Senzala: formação de família brasileira sobre o regime patriarcal*. São Paulo: Global, 2003.

FUNARI Pedro Paulo & PELEGRINI, Sandra. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

FUNDAÇÃO PALMARES. *Competências. Programas e Ações*. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=19655 Acesso em: 14 jun. 2011.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértices – Editora Revista dos Tribunais Ltda., 1990.

HALL, Stuart. A identidade cultural e Diáspora. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, p. 68-75, 1996

_____. *A identidade cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HUYSSSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente: modernismo, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2001/metodologia/default.shtm>>. Acesso em: 25 de maio de 2013.

ICOMOS - International Council of Monuments and Sites. *Carta de Burra*, 1980. Disponível em: portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=251. Acesso em: 30 mai 2013.

IPAC - Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. Bens Tombados do Estado da Bahia. *Relatório*. Salvador, IPAC, 1982.

IPHAN / Ministério da Cultura. Isabelle Cury (Org.). *Cartas Patrimoniais*, 3ª ed. Brasília: IPHAN, 2000

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: Jodelet, D. (org.). *As Representações sociais*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, p.17-44.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: Guareshi, Pedrinho; Jovchelovitch, Sandra (Orgs.). *Textos em representações sociais*. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

KUBLER. George. *A Arquitectura Portuguesa Chã*. Entre as especiarias e os diamantes 1521-1706. Lisboa: Vega, 1988.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia em Ciências Humanas*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LEFÈBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LE GOFF, Jaques. *Memória e história*. Campinas: UNICAMP, 2007.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1945.

LE MOS, Carlos. *O que é patrimônio histórico?* São Paulo: Brasiliense, 1991.
LEOPARDI, Maria Tereza. *Metodologia de Pesquisa em Saúde*. 2 ed. Florianópolis: Pallotti, 2002.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *L'Identité*. Paris: PUF, 1977.

MAGNANI, José Guilherme C. *Discursos de representação: como os baloma de Kiriwana podem reencarnar-se nas atuais pesquisas*. In: CARDOSO, Ruth (Org.) *A Aventura Antropológica Teoria e Pesquisa*. Paz e Terra. São Paulo, 1986.

MALINOWSKI, B. Objeto, Método e alcance desta pesquisa. In: *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. Malinowski, Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MARX, Murillo. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: EDUSP, 1989.

_____. *Cidade no Brasil, terra de quem?* São Paulo: Nobel / EDUSP, 1991.

MATA, Sérgio da. O espaço do arraial na Minas antiga. *Revista de História (UFES)*. Vitória, 2002. v. 14, p. 191-223.

MATTOSO, Katia. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo/Salvador: HUCITEC/Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1992.

_____. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. v 1. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974

MEIRA, Ana Lúcia. *O passado no futuro da cidade: políticas públicas e participação popular na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção* (Trad. C. Moura). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 5 ed. São Paulo – Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1994.

_____. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MINAYO, Maria Cecilia de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? *Cad. Saúde Pública*, 2005, vol.9, n.3, pp. 237-248.

MOSCOVICI, Serge. Das representações coletivas às representações sociais. In: Jodelet, D. (Org.). *Representações Sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. p. 45-66.

_____. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: *Projeto História: Revista do programa de estudos pós-graduados em História e do Depto. de História*. PUC – SP. São Paulo, n. 10, dez/1993.

_____. *Les lieux de mémoire*. Paris: Quarto Gallimard, 1997. v.1-3.1997.

NUNES, José Walter. *Patrimônios Subterrâneos em Brasília*. São Paulo: Snnáblume, 2005.

OLIVEN, Ruben G. *A antropologia de grupos urbanos*. Petrópolis: Vozes, 1996.

ORLANDI, Eni P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 4ed. Campinas/SP: Pontes, 2007

PEDRÃO, Fernando. Novos rumos, novos personagens. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). *Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1998. p. 219-239.

_____. Novos e velhos elementos da formação social do Recôncavo da Bahia de Todos os Santos. *Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras*, v. 1, n. 1, p. 8-22, 2007.

PEDREIRA, Pedro Tomás. *Notícia histórica de São Francisco do Conde*. Salvador: Estudos Baianos/UFBA, 1976.

PELEGRINI, Sandra C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo 2006, v. 26, nº 51, p. 115-140.

PINHO, Wanderley. *História de um engenho do Recôncavo*. São Paulo: Nacional, 1982. (Original de 1946).

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

_____. Memória, e identidade social. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

POMMER, Roselene Moreira Gomes. *Missionarismo: história da produção de uma identidade regional*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2009.

PRANDI, Reginaldo. O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso. *Estudos avançados*. São Paulo, 2014. v. 18, n. 52. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 05 de abril de 2013.

REISEWITZ, Lúcia. *Direito ambiental e patrimônio cultural: direito à preservação da memória, ação e identidade do povo brasileiro*. São Paulo: J.Oliveira, 2004.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial*. São

Paulo, EDUSP/Imprensa Oficial do Estado, 2001.

RIEGL, Alois. *Le culte moderne des monuments: Son essence et sa genèse*. Tradução Daniel Wieczorek. Paris: Seuil, 1984.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO (SEPLAN). *Mapa com os distritos de S. F. do Conde*. São Francisco do Conde/BA: Prefeitura de São Francisco do Conde, 2006

SANTOS, Milton. *A rede urbana do recôncavo*. Salvador: IOB/UFBA, 1998.

_____. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)*. Trad. Laura T. Motta. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO. *Inventário de proteção ao acervo cultural*. Salvador: IPAC/SIC, 1978, v. II e III. Disponível em: <http://www.sct.ba.gov.br/inventario.asp>. Acesso em: 03/05/2008.

SIMMEL, Georg. A divisão do trabalho como causa da diferenciação da cultura subjetiva e objetiva. In: SOUZA, Jessé, OELZE, Berthold (Orgs.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: Editora da UNB, 2005.

SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. 4 ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1943.

SPINK, Mary Jane. O estudo empírico das representações sociais. In: SPINK, M. J. P. (Org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense. 1995. p. 85-108.

_____. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra (Orgs.). *Textos em representações sociais*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 117-145.

_____. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. *Caderno de saúde pública*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, jul/set, 2004. P. 300-308.

TIRAPELI, Percival. "A Igreja como Centro Irradiador de Cultura no Brasil Colonial". In: Tirapeli, Percival (ed). *Arte Sacra Colonial: Barroco memória viva*. UNESP, 2005. p. 8-11.

VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia – 1707*. São Paulo: Typologia 2 de Dezembro, 1719.

WAGNER, Wolfgang. Descrição, explicação e método em pesquisa das Representações Sociais. In: Guareschi, P.; Jovchelovitch, S. (Orgs.). *Texto em Representações Sociais*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 149-185.

WARNIER, Jean-Pierre. *A mundialização da cultura*. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru: Edusc, 2000.

ZORZO, Francisco Antônio. *Ferrovia e Rede urbana na Bahia: doze cidades conectadas pela ferrovia no sul do Recôncavo e sudoeste baiano*. Feira de Santana: UEFS, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A**ROTEIRO DAS ENTREVISTAS**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG
Projeto de Pesquisa - MEMÓRIAS E EXISTÊNCIAS: identidade e valores na
representação social do patrimônio no Recôncavo da Bahia
Pesquisadora: Maria da Graça Andrade Dias

ENTREVISTA

Local.....Data.....

1. O senhor nasceu nesse distrito? E sua família?
2. Poderia me contar um pouco da sua história nessa localidade?
3. Aqui na região existiram muitos engenhos. Algum membro sua família trabalhou em engenho? Como foi que aconteceu a decadência dos engenhos?
4. A Petrobrás e demais indústrias trouxeram alguma mudança para essa localidade?
5. Algum membro da sua família trabalhou ou trabalha na Petrobrás ou em indústrias petroquímicas? Em que atividade?
6. Atualmente, o que as pessoas fazem para sobreviver nesse distrito? Tem conhecimento se algum morador saiu para outras cidades em busca de emprego?
7. Este distrito foi reconhecido como Quilombola. Isso trouxe algum benefício para a comunidade?
8. Como é a vida nessa comunidade? Os serviços básicos, como: educação, saúde e transporte, correspondem as necessidades dos moradores?
9. Pude observar que existem muitos católicos na comunidade. Qual a sua religião? E de sua família? Tem conhecimento de outras religiões no distrito?
10. O que o senhor considera como patrimônio aqui nesse local?
11. A Igreja de Nossa Senhora do Monte é um monumento que se destaca nessa localidade. O que ela representa para o senhor? E para essa comunidade?
12. Como se sente vendo a igreja em estado de arruinamento?
13. O que a comunidade tem feito para impedir a sua destruição?
14. Gostaria que ela fosse restaurada? Concordaria que ela fosse restaurada para outra finalidade?

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – NPGAU
Projeto de Pesquisa: MEMÓRIAS E EXISTÊNCIAS: Identidade e valores na
representação social do Recôncavo da Bahia
Pesquisadora: Doutoranda: Maria da Graça Andrade Dias

ROTEIRO DE ENTREVISTA
Secretária de Cultura de SFC

- 1. Qual a expectativa que a Secretaria tem em relação à recuperação dos monumentos religiosos que estão em estado de degradação?**
- 2. A Igreja de Nossa Senhora do Monte já possui projeto de restauração, o que está sendo feito para esta efetivação?**
- 3. E a Capela de Nossa Senhora do Vencimento?**
- 4. A Secretaria já manteve contato com a comunidade de Monte Recôncavo?**
- 5. O que a Secretaria tem feito por essa comunidade?**
- 6. Qual a contribuição da Secretaria para a viabilização da recuperação desses momentos?**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - NPGAU
Projeto de Pesquisa: MEMÓRIAS E EXISTÊNCIAS: Identidades e valores
na representação social do patrimônio no Recôncavo da Bahia
Pesquisadora: Doutoranda Maria da Graça Andrade Dias

ROTEIRO DE ENTREVISTA - IPAC/BA

- 1. Qual a atitude do órgão para com os monumentos que não foram tombados?
Que providências normalmente são tomadas?**
- 2. A implantação do ICMS Cultural, trará benefícios para os patrimônios da Bahia?**
- 3. Em que consiste o ICMS Cultural?**
- 4. O que é necessário para conseguir os recursos do ICMS?**
- 5. Quando o repasse do ICMS será disponibilizado para os municípios da Bahia?**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – NPGAU
Projeto de Pesquisa: MEMÓRIAS E EXISTÊNCIAS: Identidade e valores na
representação social do Recôncavo da Bahia
Pesquisadora: Doutoranda: Maria da Graça Andrade Dias

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Responsável do Setor de Patrimônio – IPAC-BA

- 1. Que critérios são utilizados pelo órgão para preservação do patrimônio?**
- 2. Qual a atitude do órgão para com os monumentos que não foram tombados? Que providências normalmente são tomadas?**
- 3. Existe algum incentivo no âmbito estadual para a preservação do patrimônio?**
- 4. O Estado tem algum interesse na criação de algum instrumento que possibilite esse incentivo?**
- 5. Existe inventário atualizado dos bens patrimoniais do Estado da Bahia?**
- 6. Há interesse do Estado na criação de Lei que possibilite o incentivo para a preservação do patrimônio?**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - NPGAU
Projeto de Pesquisa: MEMÓRIAS E EXISTÊNCIAS: Identidades e valores
na representação social do patrimônio no Recôncavo da Bahia
Pesquisadora: Doutoranda Maria da Graça Andrade Dias

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Proprietário da área do Povoado do Vencimento

- 1. O local onde está situada a Capela de Nossa Senhora do Vencimento pertence a esta indústria?**
- 2. O que a Indústria tem feito para a proteção desta área?**
- 3. Existe a preocupação do proprietário com possíveis invasões? Caso positivo, o que tem sido feito para conter esse processo?**
- 4. Embora não seja tombada, a Capela é um patrimônio. Existe algum acordo com a Prefeitura de SFC para a recuperação da mesma?**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - NPGAU
Projeto de Pesquisa: MEMÓRIAS E EXISTÊNCIAS: Identidades e valores
na representação social do patrimônio no Recôncavo da Bahia
Pesquisadora: Doutoranda Maria da Graça Andrade Dias

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Bispo da Diocese de Camaçari

- 1. O que o senhor conhece da Igreja de Nossa Senhora do Monte? E sobre a luta da comunidade para a sua preservação?**
- 2. E sobre a Capela de Nossa Senhora do Vencimento?**
- 3. A diocese tem interesse em participar no processo de viabilização de incentivos para o restauro da Capela do Vencimento?**
- 4. Atualmente, tem aumentado muito o número de construções próximas à capela, o que poderia ser feito para conter essas invasões?**
- 5. A comunidade de Monte Recôncavo na sua maioria é constituída de católicos porém, como trata-se de uma área quilombola existe muito sincretismo, o que o senhor acha disso?**
- 6. O atual pároco da Igreja do Monte, não concorda em manter a tradição das manifestações culturais aliadas ao calendário da igreja, a exemplo da esmola cantada, o senhor concorda com isso? A população tem se mostrado revoltada com esta situação.**
- 7. Como o senhor vê a atual situação dessas comunidades? Acha que eles têm condições de manter seus monumentos após a recuperação? Qual a posição da Igreja diante disto?**

APÊNDICE B**MODELO DE QUESTIONÁRIO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Núcleo de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - NPGAU
Projeto de Pesquisa: MEMÓRIAS E EXISTÊNCIAS: Identidade e valores na
representação social do patrimônio no Recôncavo da Bahia
Pesquisadora: Doutoranda Maria da Graça Andrade Dias

QUESTIONÁRIO

Data:.....

I PERFIL DO COLABORADOR DA PESQUISA

1. Nome (opcional).....
2. Sexo() M () Idade:.....Profissão.....
3. Naturalidade.....Estado:.....

II ASPECTOS RELACIONADOS COM O LOCAL DE MORADIA

1. Reside em: Distrito de Monte Recôncavo () Povoado de Madrugá ()
2. Há quantos anos você mora nesta cidade?.....
3. Você mora com sua família? () Sim () Não
4. Se positivo, o que motivou a vinda de sua família para esta cidade?.....
.....
5. Você tem conhecimento da história das primeiras pessoas da sua família que fixaram residência nesta cidade?.....
.....
.....
6. Se positivo, quais as atividades que elas desenvolviam para sobreviver?.....
.....

III ASPECTOS RELACIONADOS COM O DISTRITO E COM O BEM PATRIMONIAL

1. Você está satisfeito com a sua comunidade? () Sim () Não
Por que?.....
.....
2. Existem manifestações culturais na comunidade? () Sim () Não
Se positivo, quais?.....
3. Qual a sua religião?.....
4. Qual a religião da sua família?.....
5. Você acha que houve redução de católicos nessa região? () Sim () Não
Por que?.....
6. O que você considera como patrimônio nesta cidade?.....
.....

17. Cite em duas palavras o que esse patrimônio representa para você?.....
.....
18. O que você conhece da história da Igreja?.....
.....
.....
.....
19. Você frequentava a Igreja? () Sim () Não
20. Que acontecimentos significativos nesta igreja, você se recorda?.....
.....
.....
21. Há quanto tempo a Igreja está desativada?.....
22. De quem é a responsabilidade de preservação do patrimônio?
IPHAN() IPAC() Prefeitura() Proprietário() Comunidade() Não sei()
23. Como você se sente vendo a Igreja em processo de arruinamento?.....
.....
24. Você participa de alguma atividade social na comunidade? () Sim () Não
Qual?.....
25. Você acha que a comunidade tem lutado por sua preservação?.....
.....
26. Você gostaria de vê-la restaurada?.....
27. Você concordaria que a Igreja fosse recuperada e seu espaço fosse utilizado para
outra finalidade? () Sim () Não
Por que?.....
.....

APÊNDICE C**MODELO DE FORMULÁRIO**

Projeto de Pesquisa: MEMÓRIAS E EXISTÊNCIAS: Identidade e valores na
representação social do patrimônio no Recôncavo da Bahia
Pesquisadora: Doutoranda Maria da Graça Andrade Dias
Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FORMULÁRIO

1. Nome (opcional).....
2. Endereço.....
3. Ocupação profissional:
Assalariado () Estudante () Autônomo () Aposentado ()
Dona de Casa () Desempregado () Funcionário Público ()
4. Naturalidade (cidade onde nasceu)..... Estado:.....
5. Estado civil: Sexo: () M () F
6. Qual a renda familiar total:
Salário mínimo () De 2 a 3 salários mínimos ()
Acima de 3 salários mínimos ()
7. Quantas pessoas moram em sua casa?.....
8. Há quantos anos você mora nesta cidade?.....
9. O que motivou a vinda de sua família para esta cidade?.....
.....
10. Você tem conhecimento da história das primeiras pessoas da sua família que fixaram
residência nesta cidade?.....
.....
.....
11. Se positivo, quais as atividades que elas desenvolviam para sobreviver?.....
.....
12. Você está satisfeito com a sua comunidade? () Sim () Não
Por que?.....
.....
13. Existem manifestações culturais na comunidade? () Sim () Não
Você participa de alguma?.....
14. Qual a sua religião?.....
15. Qual a religião da sua família?.....

16. Você acha que houve redução de católicos na última década? () Sim () Não
Por que?.....
17. O que você considera como patrimônio na sua cidade?.....
.....
18. Cite em duas palavras o que esse patrimônio representa para você?.....
.....
19. O que você conhece da história da Igreja?.....
.....
20. Você frequentava a Igreja? () Sim () Não
21. Que acontecimentos significativos nesta igreja, você se recorda?.....
.....
.....
22. Há quanto tempo a Igreja está desativada?.....
23. De quem é a responsabilidade de preservação do patrimônio?
IPHAN() IPAC() Prefeitura() Proprietário() Comunidade() Não sei()
24. Como você se sente vendo a Igreja em processo de arruinamento?.....
.....
25. Você participa de alguma atividade social na comunidade? () Sim () Não
Qual?.....
26. Você acha que a comunidade lutou pela sua preservação?.....
.....
.....
27. Você gostaria de vê-la restaurada?.....
.....
28. Você concordaria que a Igreja fosse recuperada e seu espaço fosse utilizado para
outra finalidade? () Sim () Não
Por que?.....